



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - CAMPUS DE CASCAVEL  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LETRAS – NÍVEL DE  
MESTRADO E DOUTORADO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM LINGUAGEM E SOCIEDADE**

**CLEUSA TODESCATTO**

**O DISCURSO DEMOCRÁTICO E OS RESQUÍCIOS DE AUTORITARISMO: UM  
DEDO DE PROSA COM *MAFALDA***

**CASCAVEL – 2015**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - CAMPUS DE CASCAVEL  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LETRAS – NÍVEL DE  
MESTRADO E DOUTORADO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM LINGUAGEM E SOCIEDADE**

**CLEUSA TODESCATTO**

**O DISCURSO DEMOCRÁTICO E OS RESQUÍCIOS DE AUTORITARISMO: UM  
DEDO DE PROSA COM *MAFALDA***

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, para obtenção do título de Mestre em Letras, junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras – Nível de Mestrado e Doutorado, área de concentração em Linguagem e Sociedade.

Linha de Pesquisa: Estudos da linguagem: Descrição dos fenômenos linguísticos, culturais e de diversidade.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Sebastião Ferrari Soares.

**CASCAVEL – 2015**

## DEDICATÓRIA

*Dedico este estudo a todos os que lutam pela justiça.*

*Aos ditos e não ditos que sempre voltam a fazer sentido.*

*À Democracia, que um dia, espero, seja de fato aplicada a todos os povos.*

*Aos que entendem que a vida tem muitos sentidos, diferentes para cada um.*

## AGRADECIMENTOS

*Agradeço, primeiramente, ao meu orientador, professor Dr. Alexandre S. Ferrari S. pela forma como conduziu as orientações durante todo o processo de produção deste trabalho. Agradeço, ainda, por ter me recebido como orientanda, já no andar da carruagem, e por ter dado liberdade a este estudo. Liberdade para agir e para escrever.*

*Mesmo a distância, seu incentivo e apoio foram fundamentais para eu assumir o projeto Timor. Tenho certeza que esse foi apenas mais um obstáculo que se somou aos tantos outros presentes em uma orientação. Não tivemos um vínculo mais próximo, mas nem por isso deixamos de cumprir com nossas tarefas e concluirmos esta pesquisa.*

*Agradeço imensamente aos professores e aos colaboradores que atuam na secretaria do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Letras – Nível de Mestrado e Doutorado, área de concentração em Linguagem e Sociedade pelos conhecimentos compartilhados. Em especial à professora Dra. Terezinha da Consta-Hübes por ter sido minha co-orientadora e pela atenção e carinho com que sempre me tratou.*

*À professora Dra. Carmen T. Baugartener, pela permissão de estágio docente com sua turma de letras.*

*Aos professores Dr. Gustavo Biasoli Alves e Dr. João Carlos Cattelan, por avaliarem meu estudo no seminário de pesquisa, fazendo apontamentos importantes que subsidiaram a escrita do texto para a qualificação.*

*Ao professor Dr. Alexandre Felipe Fiuza, pelas fundamentais informações sobre a história da América Latina e pela indicação de referências que permitiram o aprofundamento das questões apresentadas neste texto.*

*À professora Dra. Leonor Werneck dos Santos pela leitura atenta do texto e pelas sugestões estruturais significativas, tanto na qualificação como na defesa.*

*Às professoras Dra. Carla e Dra. Sanimar, por participarem da minha defesa, e partilharem seus conhecimentos para a finalização desse estudo.*

*À equipe da UNIOESTE, ao Banco Mundial, à Embaixada Brasileira em Timor-Leste e aos técnicos responsáveis pela videoconferência, que possibilitaram a realização do exame de qualificação por meio de recursos de áudio e vídeo.*

*A minha família que entendeu minha constante ausência, que sempre torceu por mim, me apoiando e incentivando no que fosse preciso.*

*A minha mãe pelas orações ininterruptas e ao meu filho Diego Eduardo, que me surpreende a cada dia, por ser tão especial. É, certamente, meu melhor amigo, meu porto seguro.*

*A minha amiga Ana Bonk, por me apresentar esse caminho e pela amizade sem restrições. À Susana Ferreira e Márcia Hoppe, por acompanharem minha permanência em Timor-Leste, resolvendo, quando necessário, os procedimentos burocráticos na UNIOESTE.*

*Aos meus colegas de mestrado, especialmente ao Rafael e a Sueza, pela troca de conhecimentos e discussões valiosas, principalmente no início do curso.*

*Aos meus amigos do Brasil, que sempre me deram apoio na caminhada.*

*Aos meus amigos em Timor-Leste, que se tornaram uma família para mim, atenuando, muitas vezes, o sofrimento inerente à saudade daqueles que amo e que não puderam estar presentes em alguns momentos.*

*À Joice Guimarães que acompanhou os últimos trabalhos, pela amizade e por ter contribuído na revisão do texto.*

*Ao Reinaldo pelas conversas despretensiosas, mas que foram de grande importância para mim. E por ter ouvido, durante um ano, juntamente com Gewerlys, as histórias sobre Mafalda.*

*Por fim, agradeço imensamente a todos que, de uma forma ou de outra, participaram e contribuíram nesse processo.*

*Chega mais perto e contempla as palavras  
cada uma tem mil faces secretas sob a face neutra  
e te pergunta, sem interesse pela resposta  
pobre ou terrível, que lhe deres:  
trouxeste a chave?*

*Carlos Drummond de Andrade*

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>DAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO AO ESTADO DA ARTE .....</b>	<b>16</b>
<b>1.1 O tempo e a falência da prosperidade .....</b>	<b>29</b>
<b>1.2 UM <i>CORPUS</i> CHAMADO <i>MAFALDA</i>.....</b>	<b>35</b>
<b>PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA ANÁLISE DE DISCURSO .....</b>	<b>46</b>
<b>2 PARA ENTENDER A TEORIA .....</b>	<b>46</b>
<b>2.1 Análise de Discurso Francesa: das condições de produção aos efeitos de sentido.....</b>	<b>47</b>
<b>PAUSA PARA UM DEDO DE PROSA COM <i>MAFALDA</i> .....</b>	<b>71</b>
<b>3 DO <i>CORPUS</i> .....</b>	<b>72</b>
<b>3.1 Do discurso democrático ao autoritarismo: alinhem as armas .....</b>	<b>74</b>
<b>ALGUMAS CONSIDERAÇÕES POSSÍVEIS.....</b>	<b>102</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>110</b>

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- As monarquias e os resquícios de centralização do poder (SD03). .....	25
Figura 2 - Comunismo e democracia (SD04) .....	30
Figura 3 - O povo ao poder (SD05) .....	32
Figura 4 - Mafalda e a burocracia .....	36
Figura 5 - Susanita.....	37
Figura 6 - Manolito.....	37
Figura 7 - Felipe.....	38
Figura 8 - Libertad .....	38
Figura 9 - Miguelito.....	39
Figura 10 - Raquel .....	40
Figura 11 - Pai da Mafalda e do Guille.....	40
Figura 12 - Guille.....	41
Figura 13 - Liberdade(SD06).....	52
Figura 14 - Identidade (SD07) .....	56
Figura 15 - Democracia, autonomia e identidade (SD08). .....	61
Figura 16 - Exílio e o governo (SD09) .....	64
Figura 17 - Uma tal democracia... (SD10) .....	74
Figura 18 - Democracia e a relação de submissão (SD11) .....	79
Figura 19 - Discurso das massas (SD12).....	82
Figura 20 - Democracia e poder (SD13) .....	85
Figura 21 - Benefícios do poder (SD14).....	87
Figura 22 - Representação social (SD15).....	89
Figura 23 - Do real e imaginário (SD16).....	90
Figura 24 - Da censura (SD17) .....	92
Figura 25 - Da responsabilidade governamental (SD18) .....	92
Figura 26 - Ideia de liberdade e o limite (SD19) .....	94
Figura 27 - Os ideais democráticos (SD20) .....	96
Figura 28 - Democracia e militarismo (SD21).....	97
Figura 29 - Das ideologias (SD22) .....	98
Figura 30 - Democracia e opressão popular (SD23).....	99



## RESUMO

Este estudo visou analisar, amparado na teoria da Análise de Discurso de orientação francesa, como se manifestam os discursos sobre democracia e autoritarismo, mais especificamente na Argentina, nas tiras do compêndio *Toda Mafalda*, produção de Joaquín Salvador QuinoTejón, o Quino (1964-1973). O *corpus* foi selecionado por ter se tornado, não somente nos anos de sua criação, mas ainda hoje, uma obra que circula pelo mundo, com grande aceitação em todas as faixas etárias, possibilitando em sua discursividade um olhar peculiar relacionado a diferentes assuntos do cotidiano. Nosso interesse central é pelo tema democracia e os resquícios de autoritarismo, verificando os sentidos representados nas tiras, que se justificam pelas mesmas terem sido produzidas em concomitância com um recorte temporal de instabilidade política na Argentina, que se desdobrou em um golpe militar no ano de 1966 e, conseqüentemente numa sequênciade ditaduras. Esse fator nos fez crer que Quino tenha encontrado, na voz de personagens infantis, uma forma de burlar a censura da ditadura, principalmente relacionada aos meios midiáticos, produzindo sentidos sobre o desejo de um sistema democrático. Dentre as subcategorias abordadas, relacionadas ao tema, destacamos, entre outras, o autoritarismo, as ideologias, o poder, a opressão pela força e pelo ideológico e a liberdade. Utilizando-nos desses assuntos, analisamos em que medida a interdição de sentidos, promovida pelo golpe militar que resultou em uma sequênciade ditaduras (1966-1973), provocou deslocamentos no processo discursivo, cristalizando sentidos outros em relação às questões políticas e estruturais da sociedade argentina, naquele período. Assim, em *Mafalda*, se cristaliza um imaginário social, tanto da burguesia e dos governos, pela opressão, quanto da classe operária, em posição de resistência, como que denunciando aquele momento histórico (golpe militar), repudiando determinadas concepções e reverenciando outras. Nosso estudo é uma pesquisa de cunho qualitativo, de caráter bibliográfico e que tem por base teórica autores como Michel Pêcheux (2009 [1988]) e Eni Puccinelli Orlandi (2002 [1992]; 2010 [1999]), entre outros. Amparados nos estudos da Análise de Discurso francesa, procuramos analisar os efeitos de sentido que se escondem na não-transparência da linguagem e, saber, como os sujeitos desses discursos se constituem enquanto cidadãos e materializam uma relação discursiva que atravessa a linha invisível do tempo, continuando a materializar sentidos sobre os diferentes aspectos da democracia, na atualidade.

**Palavras-chave:** Análise de discurso, efeitos de sentido, *Mafalda*, democracia e autoritarismo.

## RESUMEN

Este estudio quiso analizar, con el apoyo de la teoría de Análisis del Discurso de referencia francesa, como se manifiestan los discursos acerca de la democracia y el autoritarismo, específicamente en Argentina, en las tiras del compendio *Toda Mafalda*, de Joaquín Salvador QUINO Tejón, el Quino (1964- 1973). El *corpus* fue seleccionado por convertirse, no solo en los años de su creación, pero todavía hoy, en una obra que circula por todo el mundo, con gran aceptación en todos los grupos de edad, lo que permite a partir de su discursividad hacer una mirada peculiar en relación con diferentes temas cotidianos. Nuestro interés, sin embargo, es el tema de la democracia y los rastros del autoritarismo, para verificar los sentidos representados en las tiras, que se justifican por su producción coincidiendo con un marco de tiempo de inestabilidad política en Argentina, que se desarrolló en un golpe de estado militar en 1966 y, por lo tanto creó una secuencia de dictaduras. Este factor nos hizo creer que Quino ha encontrado en la voz de los personajes infantiles una manera de burlar la censura de la dictadura, principalmente relacionada a los medios y producir significados acerca del deseo de un sistema democrático. Entre las subcategorías que abordamos, relacionadas con el tema, se destacan, entre otros, el autoritarismo, las ideologías, el poder, la opresión por la fuerza e por la ideología y la libertad. Haciendo uso de estos asuntos, se analiza en qué medida la prohibición de los sentidos, promovido por el golpe militar que dio lugar a una sucesión de dictaduras (1966-1973) causó cambios en el proceso discursivo, cristalizando otros sentidos con respecto a las cuestiones políticas y estructurales de la sociedad argentina en ese período. Así, en *Mafalda*, se ha cristalizado un imaginario social, tanto de la burguesía y de los gobiernos, por la opresión, como la clase obrera, en posición de resistencia, como que haciendo la denuncia de ese momento histórico (golpe militar), repudiando ciertos diseños y en honor a otros. Este estudio es una investigación cualitativa, de carácter bibliográfico y cuya base teórica tiene autores como Michel Pêcheux (2009 [1988]) e EniPuccinelliOrlandi (2002 [1992]; 2010 [1999]), entre otros. Nos hemos basado en los estudios de la Análisis del Discurso francesa, y hemos buscado analizar los efectos de sentido que se esconden en la falta de transparencia del lenguaje y, intentar percibir como los sujetos de estos discursos se constituyen como ciudadanos y materializan una relación discursiva que cruza la línea invisible del tiempo, sin dejar de materializarse en los diferentes aspectos de la democracia, hoy en día.

**Palabras clave:** Análisis del discurso, efectos de significado, Mafalda, democracia y autoritarismo.

## INTRODUÇÃO

O estudo em questão traz como *corpus* as tiras da *Mafalda*<sup>1</sup>, publicadas no compêndio *Toda Mafalda* (2012) produzidas pelo cartunista argentino Joaquín Salvador QUINO Tejón, o Quino. Nesta obra, encontramos, nas representações feitas pelas personagens<sup>2</sup>, reflexões sobre diferentes questões sociais. No entanto, o recorte proposto para este estudo é a análise das memórias discursivas apontadas em *Mafalda*, que discursam sobre democracia e autoritarismo. Para podermos tratar dos efeitos de sentido materializados nos enunciados, abordaremos subcategorias da democracia<sup>3</sup>. Pelo contexto sócio-histórico, buscaremos as investidas escritas e pontuadas por Quino, na não transparência da linguagem, dos resquícios de autoritarismo, referenciando os temas ao golpe militar (1966) e, conseqüentemente, à ditadura<sup>4</sup> que se estabeleceu naquele período e se alastrou pela década de 1970 até parte da década de 1980. Além dessa análise, consideraremos a submissão dos latino-americanos ao domínio econômico de países estrangeiros<sup>5</sup>.

A base teórico-metodológica de nosso estudo é a de Análise de Discurso (doravante, AD) de filiação francesa, inaugurada por Michel Pêcheux, nos anos de 1960 e trazida ao Brasil por Eni Orlandi, na década de 1970. Desta forma, sendo a análise fruto não da quantidade, mas dos possíveis efeitos de sentido do discurso (PÊCHEUX, 2009 [1988]), nossa pesquisa se inscreve na própria fundamentação da AD, que coloca o pesquisador também assujeitado às questões sócio-históricas e ideológicas, portanto, produtor de outros sentidos. Assim, compreendemos que a AD não busca a verdade absoluta, e sim, analisar como se materializam os efeitos de sentido nos enunciados.

O caráter técnico desse estudo é da ordem monográfica, realizado por pesquisa bibliográfica, por não haver coleta de dados, mas análise de textos que circulam na sociedade. O Gênero textual objeto deste estudo é a tira<sup>6</sup>,

Ela faz humor, trata com ironia, satiriza e provoca reflexões, tanto as trivialidades do dia-a-dia quanto as questões mais sérias do país e do mundo.

---

<sup>1</sup>Faremos a distinção entre *Mafalda* (itálico) referenciando a obra *Toda Mafalda* e, *Mafalda* (sem itálico), quando nos referirmos à personagem.

<sup>2</sup>Sobre as personagens, será explicado no estado da arte, no capítulo 1.

<sup>3</sup>As subcategorias serão apresentadas ao falarmos da metodologia, no capítulo 3.

<sup>4</sup>As ditaduras na Argentina foram autodenominadas como “Revolução Argentina” (EIDELMAN, 2012, p. 54).

<sup>5</sup>Este assunto será abordado posteriormente, no capítulo 1.

<sup>6</sup>De acordo com Marcuschiapud Dionísio et. al (2002), as tiras podem ser consideradas como um subtipo de um outro gênero, a história em quadrinhos. Dentre os aspectos composicionais da tira, destacamos que se caracterizam por serem curtas e sintéticas e por abordarem temas relacionados à sociedade como política, economia e cultura.

**Sua intenção de entreter traz implícito o questionamento, a denúncia e mesmo a autocrítica.** (NICOLAU, 2007, p. 07, grifos nossos).

A tira tem a intenção de provocar humor por meio de uma reflexão. Usa da heterogeneidade e das raízes ideológicas para produzir sentidos. Em se tratando de *Mafalda*, podemos dizer que são textos narrativos carregados de ironia em sua composição. A interessante marca humorística presente nas tiras mostra um olhar crítico e analítico de temas importantes daquele momento histórico e que, por serem de ordem abrangente como: política, guerras, desigualdade social, luta de classes, etc., ainda hoje são atuais. As tiras cômicas são

compostas pela relação entre dois códigos: **a linguagem verbal representada pelo texto escrito e a linguagem visual representada pelas imagens, ambas importantes para o entendimento das histórias em quadrinhos.** Verifica-se que o intertexto está presente em várias tiras da *Mafalda*, assim como informações implícitas e discursos de seu contexto de produção. Portanto, para atingir o humor a partir da leitura do quadrinho, o leitor deve ser capaz de reconhecer a presença do intertexto pela ativação do texto-fonte em sua memória discursiva ou então não será possível a construção do sentido do texto. (CAVENAGHI, 2011, p.02, grifos nossos).

Há nesse contexto duas importantes razões pelas quais devemos considerar a tira como um texto narrativo humorístico. Além da linguagem verbal, há o elemento visual que, em muitos momentos, produz outros sentidos, por vezes mais profundos que a própria verbalização. Em *Mafalda*, há o humor crítico, que por ser reproduzido na voz de crianças, as quais cremos, em função do imaginário social que se cristalizou, sejam munidas de uma ingenuidade peculiar. Isso permite a liberdade da produção de discursos que adultos não poderiam pronunciar abertamente, em função de questões políticas e da censura aos meios midiáticos, sobretudo sobre os temas políticos e religiosos. Assim elas encantam a todos, deixando livres as palavras, que se mesclam nos sentidos que produzem pelo mundo, independente da faixa etária. Bergson (2004) afirmou que o

riso deve ser alguma coisa desse tipo, uma espécie de gesto social. Pelo medo que inspira, o riso reprime as excentricidades, mantém constantemente vigilantes e em contato recíproco certas atividades de ordem acessória que correriam o risco de isolar-se e adormecer; **flexibiliza enfim tudo o que pode restar de rigidez mecânica na superfície do corpo social.** (BERGSON, 2004, p.15, grifos nossos).

Não há como negar a importância do humor nos meios de comunicação, principalmente nesses textos, ressaltando a importância das tiras cômicas, no período de

censura das produções midiáticas, de uma cultura elitizada nos meios de comunicação e do controle das produções das massas. Segundo Villwock (2013, p.75) “no que tange o humor, destacamos a natureza dos desenhos figurativos como discurso iconográfico, e como mecanismo de conexão social”, assim, o humor tem por objetivo principal despertar o interesse e a criticidade em relação a algum tema específico, geralmente relacionado ao cotidiano. Por essa razão, quando o leitor não entende o contexto histórico de produção de uma tira, provavelmente, não achará graça em seu enunciado, ou seja, para esse sujeito ela não produzirá sentidos.

Conhecendo a função da tira, as condições de produção dos discursos em *Mafalda* e tendo em vista o aporte teórico e metodológico que usamos, partimos das seguintes hipóteses para o desenvolvimento desta pesquisa: i) os sentidos produzidos no imaginário social acerca dos temas democracia e autoritarismo, presentes nos enunciados de *Mafalda*, produziram em sua materialidade discursiva formas de apagamento de sentidos; ii) a subversão de valores, aliada à violência física e psicológica, é possibilidade de mascaramento de um sistema governamental autoritário que privilegiava poucos em detrimento do trabalho de muitos.

As relações sócio-históricas e ideológicas permitem um diálogo entre o discurso, a língua e as condições de produção desses, e é por meio deles que analisamos os enunciados, procurando dar conta de nossas hipóteses. É a partir delas que traçamos nosso objetivo geral, qual seja, analisar nos discursos presentes nas tiras da *Mafalda* em que medida a interdição de sentidos, promovida pelo golpe militar que deu vazio à posterior ditadura, provocou deslocamentos no processo discursivo, cristalizando sentidos outros em relação às questões políticas e estruturais da sociedade argentina.

Para podermos responder ao objetivo geral, elencamos os seguintes objetivos específicos: a) Levantar dados históricos, sociais, culturais e políticos da América Latina, em especial da Argentina, no período de 1964 até 1973; b) Relacionar a teoria da AD, de filiação francesa, com o *corpus*, para analisar como se constitui os sujeitos dos discursos na perspectiva sócio-histórica e ideológica; c) Ponderar sobre o dito e não dito nos enunciados, refletindo e analisando as interpelações sofridas pelos sujeitos dos discursos; e d) analisar como se dão os deslizamentos de sentidos sobre os temas democracia e autoritarismo no período de constituição do *corpus*.

Assumimos como pressuposto para este estudo que os efeitos de sentido que emanam dos discursos presentes nas tiras da *Mafalda*, ocupando um espaço de ingenuidade por serem enunciados na personificação infantil, refletem o momento sócio-histórico e cultural do

período aqui estudado (1964-1973). Nesses discursos podemos encontrar evidências que nos remetem a um possível sistema democrático e exprimem as mazelas de um pretencioso autoritarismo. Acreditamos que essas evidências possam ter sido mascaradas em uma discursividade que adota os princípios democráticos como pano de fundo de suas ações, principalmente na esfera política.

Dado a importância das *condições de produção* dos discursos de nosso *corpus*, nos apoiamos em leituras que podem ilustrar o período do golpe militar na Argentina, bem como a sequência da instabilidade política até os anos de 1973.

Esta dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro é destinado à contextualização do nosso objeto de estudo, as tiras da *Mafalda*. A ideia é proporcionar aos leitores elementos suficientes para compreender a questão das condições de produção e o estado da arte, o que nos dará uma base histórica e social para a realização da análise. Nesse capítulo, além de discorrermos sobre o surgimento da *Mafalda*, elencamos as personagens que fazem parte de sua turma, uma a uma, as quais, depois de apresentadas, serão denominadas apenas pelo nome, sempre nos referindo às personagens, enunciadoras de discursos de determinado lugar e espaço.

O segundo capítulo trata dos princípios teórico-metodológicos da AD. Dentre os vários aspectos a serem verificados, buscaremos alicerçar as análises compreendendo: quem é o sujeito do discurso; como a língua pode/materializa os sentidos; como funciona o assujeitamento do sujeito (ainda que ele não seja assujeitado, mas subjetivado) e a relação das condições de produção com o discurso (o sócio-histórico e o ideológico). Nesse capítulo, apresentamos também algumas análises que demonstram a maneira como lançamos nosso olhar para o *corpus* sob a lente da teoria. Nossa intenção é mostrar, previamente, como a teoria explica a forma de materialização de questões relacionadas à democracia nos discursos em *Mafalda*. Ainda que muitas das tiras não tenham como tema central a democracia em si, foram escolhidas para ilustrar aspectos socioculturais e históricos daquela época relacionados às subcategorias de democracia explicitadas no primeiro capítulo.

O terceiro e último capítulo, destina-se à análise de quatorze tiras da *Mafalda*, produzidas no período compreendido entre 1964 e 1973. O *corpus* foi selecionado respeitando o tema proposto para a análise. Ainda que o golpe de estado tenha ocorrido no ano de 1966, anteriormente a essa data já haviam críticas relacionadas às questões políticas, que serão abordadas na medida em que contribuam para o entendimento dos dados. As tiras analisadas trazem, nos enunciados, o imaginário sócio-histórico e cultural do povo, representado por

personagens que abordam, por meio do texto humorístico, situações cotidianas atreladas a elementos políticos, os quais compunham a realidade vivenciada na Argentina e, em alguns momentos, relacionada a questões de abrangência mundial.

Dessa forma, este estudo se propõe a analisar, por meio dos discursos que emergem das memórias da sociedade argentina, os possíveis efeitos de sentido em relação ao dito e ao não dito em *Mafalda*. As representações dessa sociedade, presentes nas tiras de Quino, enunciam parte do imaginário cultural e social da gente argentina, o que faz de cada personagem, dentro de seu contexto social, representante de ideologias e vivências de determinado grupo.

## DAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO AO ESTADO DA ARTE

*O opressor não seria tão forte se não houvesse cúmplices entre os próprios oprimidos.*

*Simone de Beauvoir*

Este capítulo destina-se a apresentar uma breve contextualização sobre a história da América Latina e do *corpus* utilizado para análise – as tiras da *Mafalda*. No primeiro subcapítulo realizamos uma explanação acerca dos acontecimentos sócio-históricos e culturais que serviram como pano de fundo no período pré e pós-ditadura latino-americana, em especial na Argentina entre os anos de 1964-1973. Tendo em vista esse contexto, buscamos compreender os temas autoritarismo e democracia nessa sociedade.

No segundo subcapítulo, apresentamos as personagens que compõem as tiras, juntamente com uma síntese do perfil de cada uma delas. Na sequência elencamos, para fins de conhecimento sobre as inúmeras possibilidades de estudo que essa obra apresenta, alguns dos trabalhos já realizados sobre *Mafalda*.

### 1 O NINHO DE MAFALDA: ENTRE A LIBERDADE E O SILÊNCIO

Tido como um clássico da literatura uruguaia, *As Veias Abertas da América Latina*<sup>7</sup> retrata a violência física, econômica e social que escravizou o continente da América do Sul. Galeano (2011) evidencia que a chegada dos europeus na América (1492) foi, entre diversos aspectos, a invasão de dominantes sobre dominados, principalmente nas Américas Central e do Sul, onde portugueses e espanhóis fizeram das populações nativas/locais um negócio, mercadorias e utilizaram-se da mão-de-obra barata.

Nativos assassinados ou vendidos para países europeus e asiáticos, serviços sem direitos financeiros ou humanos, e, quando de sua libertação, esses nativos tornaram-se assalariados, subjetivados alhures por ideologias religiosas e políticas impostas pela cultura

---

<sup>7</sup>*As Veias Abertas da América Latina* é um clássico literário escrito por Eduardo Galeano, jornalista e escritor, no ano de 1971 (reescrito em 1977). Galeano conta a história da América Latina desde o período da colonização europeia até a contemporaneidade, fazendo duras críticas à exploração econômica e à dominação política do continente (antes pelos Europeus e, depois, pelos Estados Unidos da América). Por compartilhar publicamente fatos de grande impacto para a história do continente, o livro foi proibido no Chile, Brasil, Uruguai e Argentina no período das ditaduras militares que assombraram esses países (GALEANO, 2011, p. 347). Neste estudo, este livro servirá como arquivo escrito da história da Argentina (1964-1973). Consideraremos o discurso contido nele como sendo de entremeio, retratando assim o real e o imaginário, a ficção e a história.



daqueles países que os mantiveram reféns do imperialismo e do capital estrangeiro. Passaram-se séculos (do século XV ao XVIII) para que os habitantes da América Latina pudessem ser considerados livres, porém a liberdade foi forjada pelo *toma lá, da cá* de uma política opressora, que se manteve ativa até o final do século XIX e durante grande parte do século XX.

A luta pela liberdade, que culminou na transição entre o imperialismo e a república teve seu início, na América Latina, ainda no início dos anos 1800, quando as massas populares realizaram as primeiras manifestações. Porém, apenas no ano de 1898 é que se concretizou “el fin de la presencia colonial en América”<sup>8</sup>(GÓMEZ-ESCALONILLA, 2010,p. 40). Ainda, segundo esse autor, a partir daí, até o final do século XIX, os espanhóis tentaram reestabelecer uma nova relação com os latino-americanos e desfazer a hispanofobia criada na época das primeiras repúblicas. Por esse motivo, os americanos fizeram surgir o *yanquefobia*, nome dado aos habitantes latino-americanos, mais precisamente os da região do México, que lutavam para não caírem nas mãos dos Estados Unidos (EUA).

Os dominantes, ditadores que assumiram os governos da América do Sul (início do séc. XX), eram subornados e subordinados aos países estrangeiros (Espanha e Portugal) que investiam suas riquezas (tecnologias) em troca de outras. Assim, o ouro, a prata, e muitos dos outros recursos naturais, antes posse dos nativos, acabaram. Lutas desleais, assassinatos e suicídios, escreveram com sangue a história da América Latina, durante o século XIX e início do século XX. Nessa luta de gigantes, um dos maiores interessados em introduzir multinacionais na América Latina foi a Inglaterra, que venceu a guerra econômica, assim como os EUA e outros países internacionais. A diferença é que, além dos investimentos econômicos, os EUA conseguiram parte do território antes colonizado pela Espanha, nesse momento, buscava resgatar a identidade cultural do povo latino-americano, numa tentativa de não se tornar menor frente aos avanços das outras nações europeias:

Los intelectuales se movilizaron para elaborar y propagar un proyecto que, ajeno en principio a los canales de la política oficial, intentó impregnar a la sociedad española de una dirección moral y unos objetivos de regeneración nacional [...]. El papel asignado a América era el de catalizador de la renovación interior, un terreno donde encontrar afinidades en el proceso reformista, un espacio donde dotarle de un alcance supranacional. **América se concebía como un estímulo para la modernización, se la asociaba a vitalidad y recursos naturales aún por explotar, era una apuesta por el**

---

<sup>8</sup>“o fim da presença colonial na América Latina” (Trad. livre do espanhol).

**futuro sin renunciar al pasado.**(GÓMEZ-ESCALONILLA, 2010, p. 40, grifos nossos)<sup>9</sup>.

No início do séc. XX a América Latina se constituía cada vez mais em uma mina de ouro. Além das riquezas naturais, havia mão de obra barata a ser explorada. Assim, o interesse pelo desenvolvimento desses países partia de ambos os lados. Grande parte dos problemas políticos enfrentados nos países constituintes da América Latina eram consequências, principalmente, das relações econômicas com os países estrangeiros. Nesse período, a Espanha travava uma luta cultural, tentando reverter a situação de colonizador para uma relação de irmandade, com olhos para as possibilidades de desenvolvimento futuro dessas nações.

Assim, os países periféricos continuavam a ser usurpados em seus bens e aprisionados pela impotência frente às grandes potências mundiais. Assim se referiu Galeano:

O livre-comércio implicava em um frenético aumento das importações, sobretudo das importações de luxo; para que uma minoria pudesse estar na moda, os governos contraíam empréstimos que sempre geravam a necessidade de novos empréstimos: **os países hipotecavam de antemão seus destinos, alienavam a liberdade econômica e a soberania política.** (GALEANO, 2011, p. 263, grifos nossos).

Por uma consequência que remonta aos períodos coloniais dos países latino-americanos, o trabalho do povo servia para dar à elite uma vida de luxo. E, mesmo diante de tamanha violência e opressão, alguns países da América Latina continuavam a crescer, não de forma econômica e de desenvolvimento humano, mas em proporção exorbitante de pessoas. Não havia controle de natalidade, nem preocupação com o ser humano. O início do século XX era de crescimento econômico – sem resultados positivos –, ainda que se esquecesse de qualquer outra coisa. (GALEANO, 2011).

A posse das terras dos povos pré-colombianos, dos habitantes que ali viviam, da riqueza que ali existia, pelos estrangeiros europeus, fez da América Latina um continente pobre. A nova era do desenvolvimento econômico foi o início de uma luta interminável, em busca da liberdade/independência. Ianni (1988, p. 17) descreve que “todos os países latino-americanos já tiveram sua revolução burguesa, sem consolidar a democracia”. Séculos de

---

<sup>9</sup>Os intelectuais se mobilizaram para elaborar e propagar um projeto que, a princípio alheio aos canais da política oficial, tentou impregnar a sociedade espanhola de uma direção moral e uns objetivos de regeneração nacional [...]. O papel dirigido a América era de catalizador da renovação interior, um lugar onde encontrar afinidades no processo reformista, um espaço onde poderiam alcançar a supremacia nacional. A América se concebia como um estímulo para a modernização, a associavam a vitalidade e recursos naturais ainda por explorar, era uma aposta no futuro sem renunciar ao passado. (tradução livre do espanhol)

opressão (temporalmente, do século XV ao XVIII) que destruíram a esperança de um povo em vencer, independentemente de capitais estrangeiros. Dessa forma, o capitalismo favorecia quem estava no poder e empobrecia as classes já periféricas. Os ricos depositavam fortunas em países estrangeiros, deixando de investir no crescimento interno do país. Os ganhos da produção eram depositados e gastos em países estrangeiros tais como

Suíça e Estados Unidos, e **dissipam na ostentação, no luxo estéril** – ofensa e desafio – e em investimentos improdutivos, que constituem nada menos do que a metade do investimento total, **os capitais que a América Latina poderia destinar à reposição, à ampliação e à criação de fontes de produção e de trabalho.** (GALEANO, 2011, p. 20, grifos nossos).

Além da ostentação burguesa, investimentos em latifúndios pouco rentáveis constituíam uma forma de retardo na melhoria das condições de trabalho. A revolução burguesa, para Ianni (1988, p. 18) foi fundamental para o “desenvolvimento e amadurecimento da formação social capitalista, é possível dizer que a revolução burguesa foi realizada com êxito”. Porém, ressalta que tal estrutura se alicerçava em três setores “o setor produtivo nacional, o estrangeiro e o estatal” (IANNI, 1988, p.18). Diante dessa premissa, podemos constatar a dificuldade de se constituir uma sociedade igualitária, sendo que, tanto o poder econômico quanto o cultural se fixavam nas mãos desses setores. Ianni ainda cita que, na Argentina, “a revolução burguesa não criou condições para a metamorfose da população de trabalhadores em povo de cidadãos” (Id., Ibid., p. 18).

Um dos piores acontecimentos contra a evolução científica ocorreu em 1969, na Argentina, e foi chamado de *La noche de los bastones largos*. Esse evento foi aplicado pelo Estado, comandado por Onganía, ditador argentino naquele momento e assim aconteceu:

El viernes 29 de julio de 1966, a un mes del golpe militar que derrocó al gobierno constitucional del presidente Arturo Illia e inauguró la dictadura del general Juan Carlos Onganía, en la Facultad de Ciencias Exactas en la eterna *Manzana de las Luces*, la Guardia de Infantería policial que dirigía el general Mario Fonseca cargó a garrotazos y con gases lacrimógenos contra estudiantes, docentes y profesores extranjeros invitados y hubo 200 detenidos y numerosos heridos<sup>10</sup>. (SEOANE, 2006, p. 01).

---

<sup>10</sup>Na sexta-feira, 29 de julho de 1966, após um mês do golpe militar que derrotou ao governo constitucional do presidente Arturo Illia e inaugurou a ditadura do general Juan Carlos Onganía, na Faculdade de Ciências Exatas na eterna *Manzana de las Luces*, a Guarda de Infantaria policial que dirigia o general Mario Fonseca se encarregou a golpes e com uso de gás lacrimogênio contra estudantes, docentes e professores convidados estrangeiros o que causou a prisão de 200 pessoas e muitos feridos.(Trad. livre do espanhol).

A violência contra um dos maiores patrimônios da sociedade argentina, que teve início de seu processo de construção ainda no ano de 1957, pelo irmão do então presidente Illia (SEOANA, 2006, p. 01), foi devastadora em todos os sentidos. As pesquisas, os materiais, as esperanças, a coragem dos que buscavam levar a diante a melhor fase *da Universidade de Buenos Aires* em número e em potencial humano. Esse foi um acontecimento que marcou a história da Argentina e que ficou constatado que o poder não estava nem no trabalhador nem na ciência, estava nas mãos de quem tinha armas.

Em uma primeira leitura sobre a palavra democracia, constatamos que essa foi sequestrada por determinada elite que serve às classes detentoras do capital, imposta, seja por eleições fraudulentas como o voto de cabresto no Brasil, ou por golpes militares, sob a alegação de que o comunismo era uma ameaça para a sociedade (caso chileno, brasileiro, argentino, etc.). Tal democracia cumpre seu papel de manutenção do *status quo* das elites. Ianni (1989, p. 17), ao falar sobre a democracia nos países que passaram pela revolução burguesa, afirma que “também as atividades educacionais, culturais, religiosas e outras constituem e expressam aspectos relevantes da formação social capitalista”, ou seja, as conquistas democráticas estão intimamente ligadas aos setores comandados pela burguesia.

Essas razões culturais, pelas quais a democracia não se efetivava nesses países em desenvolvimento, saltam para além das questões de condições materiais (para as forças centrais de poder), na implantação das grandes empresas multinacionais, no bojo das transformações do capitalismo, no século XX. Esse processo é acentuado nos países latino-americanos, a partir dos anos sessenta, quando pouco de democracia podia ser vista, defendida, conquistada, enfim efetivada. No ano de 1966, quando ocorreu o golpe militar<sup>11</sup> na Argentina, muitas das pessoas que viviam à época sofreram opressão, foram usurpados com sagacidade, inclusive de suas riquezas humanas. Assim explica o autor:

Em termos difíceis, *a democracia transforma-se em crime contra a segurança nacional* – ou seja, contra a segurança dos privilégios internos e dos investimentos estrangeiros. *Nossas máquinas de moer carne humana integram uma engrenagem internacional. A sociedade inteira se militariza, o estado de exceção adquire permanência e o aparato da repressão torna-se hegemônico*, tudo a partir de um aperto no parafuso lá nos centros do sistema imperialista. (GALEANO, 2011, p. 358, itálicos do autor, grifos nossos).

---

<sup>11</sup>Golpe militar é a ação do Estado, por meio da força armada, que traz como discurso resolver questões sociais de ordem política, econômica e estrutural (INNIA, 1989, p. 19).

Ainda que alguns países tenham se libertado dos governos militares, as formas econômicas, o passado de opressão/exploração, são uma herança dos remotos anos de colonização e, na época da ditadura militar, ainda predominavam as mazelas deixadas pelo imperialismo e pelo domínio estrangeiro sobre a população, a produção e a circulação de dinheiro desses países. Dahl (2001), quando fala das vantagens da democracia, critica a forma que a política se usa de tal estrutura governamental:

O problema fundamental e mais persistente na política talvez seja evitar o domínio autocrático. **Em toda a história registrada, incluindo este nosso tempo, líderes movidos por megalomania, paranoia, interesse, pessoal, ideologia, nacionalismo, fé religiosa, convicções de superioridade inata, pura emoção ou simples impulso exploraram as excepcionais capacidades de coerção e violência do estado para atender a seus próprios fins.** Os custos humanos do governo despótico rivalizam com os custos da doença, da fome e da guerra. (DAHL, 2001, p. 59, grifos nossos).

Se há discussão acerca das capacidades democráticas, em que o povo entende ter direito a participar, ainda que de forma ilusória, por meio do voto, isso se faz a favor do estado e dos desmandos de países estrangeiros, que detêm o poder industrial. Assim, o estado se diz democrático, enquanto mascara uma ditadura permanente, onde ele próprio cria mecanismos de repressão contra o povo.

**A antidemocracia, como prática, muitas vezes está acompanhada de declarações de intenções “democráticas”.** Não há golpe de Estado que não esteja acompanhado de um discurso sobre a necessidade de restaurar a democracia, criar partidos livres, promover eleições, convocar uma constituinte, promover a reforma agrária, retomar o desenvolvimento econômico, acabar com o desemprego, reduzir a inflação, rolar a dívida externa, restaurar a soberania nacional e estabelecer a felicidade geral. (INNIA, 1989, p. 19, grifos nossos).

Enquanto, por um lado, poucos se beneficiavam com as riquezas, por outro, os povos latino-americanos seguiam vítimas do poder centralizado. Em um período de exploração da produção humana, os governos não demonstravam ter por objetivo atender as necessidades básicas do povo. As verbas não eram destinadas para que os países da América Latina tivessem ganhos reais e esses se revertissem para o povo. Segundo Dahl (2001) a forma de democracia, nos anos de ditadura (como o caso argentino), era propriedade do poder, e não um sistema que pudesse beneficiar a todos.

Ressaltamos, porém, que por mais que fosse importante estudar todas as formas de governo da América Latina, principalmente no período do nosso recorte (1964-1973), tal

façanha torna-se inviável por diversos fatores, entre eles o tempo hábil e os recursos humanos. Por isso, ainda que outros países desse continente tenham passado por semelhantes situações, alguns deles de forma crítica em relação à submissão dos sistemas políticos daquela época, nosso foco, neste estudo, será a Argentina, em especial por ser a nacionalidade da *Mafalda*, obra elegida como nosso *corpus*. É possível, ainda, que em alguns momentos do estudo, a América Latina seja citada para que se possa fazer a relação de questões políticas, sociais e econômicas.

Para conseguirmos estruturar a análise de forma a dar consistência aos seus possíveis efeitos de sentido, pensamos que, ainda que as democracias não sejam perfeitas, são pautadas na busca por direitos para o povo. Com base nas propostas de Dahl (2001), a sequência discursiva (a seguir, SD)<sup>12</sup> traz algumas ideias acerca da democracia e que nos servem de sustento argumentativo e norte teórico.

- A democracia ajuda a **impedir o governo de autocratas** cruéis e perversos.
- A democracia garante aos cidadãos uma série de **direitos fundamentais** que os sistemas não-democráticos não proporcionam (nem podem proporcionar).
- A democracia assegura aos cidadãos uma **liberdade individual mais ampla que qualquer alternativa viável**.
- A democracia ajuda a **proteger os interesses fundamentais** das pessoas.
- Apenas um governo democrático pode proporcionar uma **oportunidade máxima para os indivíduos exercitarem a liberdade de autodeterminação** - ou seja: viverem sob leis de sua própria escolha.
- Somente um governo democrático pode **proporcionar** uma oportunidade máxima do **exercício da responsabilidade moral**.
- A democracia promove o **desenvolvimento humano** mais plenamente que qualquer alternativa viável.
- Apenas um governo democrático pode promover um **grau relativamente alto de igualdade política**.
- As modernas democracias representativas **não lutam umas contra as outras**.
- **Os países com governos democráticos tendem a ser mais prósperos que os países com governos não-democráticos.** (DAHL, 2001, p. 73-74) (grifos nossos) (SD01).

Elaboramos uma lista de subcategorias baseadas nessas ideias, que conduzem nossa análise, com o intuito de esclarecermos os efeitos de sentido que figuram nas SDs do nosso *corpus* principal.

Vale lembrar ainda que, de 1963 até o ano de 1966, a Argentina tinha um presidente eleito, conforme manda a Constituição, porém, o mesmo foi deposto por um golpe militar, assumindo o Estado o general Onganía, que provoca uma ruptura em ganhos políticos

---

<sup>12</sup>SD “Seqüências orais ou escritas de dimensão superior à frase” (COURTINE, 1981 *apud* MARIANI, 1998, p. 53).

conquistados pela ação popular. A ditadura que sucedeu ao golpe provocou a perda de conquistas já efetivadas e um recomeço na luta pela democracia.

Para compreendermos melhor como as questões relacionadas a nossa análise funcionam, trazemos abaixo uma divisão de questões que serão abordadas nas SDs. Lembramos, ainda, que o esclarecimento se dá por não trabalharmos apenas com a palavra democracia, mas por buscarmos os resquícios de outros fatores que materializam os efeitos de sentido sobre o tema de nosso estudo. Procuramos elaborar, resumidamente, a partir das categorias propostas por Bobbio (1980), de maneira clara, focando nos temas que são referenciados nas tiras, uma lista com as categorias relacionadas à política e suas subcategorias.

- Formas de governo: Monarquia e República,
- Regimes e sistemas: Democracia Representativa, Ditadura, Presidencialismo,
- Tipos de poder: Aristocracia, Burocracia, Oligarquia e Junta Militar,
- Classe de Estado: República,
- Conceitos: Ativismo, Estado, Governo, Ideologia, Liberdade, Soberania,
- Processos: Eleições, Golpe de Estado, Revolução, Independência, Protesto, Repressão, Intervenção,
- Cargos: Ditador e Presidente,
- Ideologia: Comunismo, Populismo, Democracia,
- Atitudes: Abstenção, Coletivismo, Colonialismo, Conservadorismo, Desobediência civil, Dissidência, Elitismo, Intervencionismo, Nacionalismo, Oposição política, Resistência, Terrorismo, Tradicionalismo. (BOBBIO, 1980). (SD02)

A relação acima, de subcategorias da democracia que elencamos como SD02, converge com o problema base das nossas análises, com o objetivo principal de analisar a representação desse tema e analisar quais os possíveis deslizamentos discursivos produzidos em *Mafalda*. Munidos do conhecimento básico sobre a estrutura que compõe as formas governamentais, dando enfoque ao que nos interessa – a democracia e os resquícios de autoritarismo – seguimos com o estudo das condições históricas de produção do discurso, nela podemos vislumbrar as questões que fizeram e fazem com que as tiras de *Mafalda* produzam significados até na atualidade.

Um dos pontos mais importantes deste estudo está na ocorrência do golpe militar em 1966, que culminou numa sequência de ditaduras. Innia (1988) afirma que um golpe de Estado está recheado de política autoritária e acobertado por discursos de implementação da democracia e resolução dos problemas sociais.

O autor ainda afirma que as formas de manipulação social, por meio de discursos de desordem dessa ordem, favorecem ao Estado a autonomia em suas decisões, creditando ao povo a incapacidade de fazer parte de decisões importantes. Essa disparidade de poderes, entre povo e governo, cristaliza na história uma ideia de que a nação só consegue se manter se estiver de acordo com as ideias e ideais da burguesia que, ironicamente, domina a política, a igreja e a economia.

As posições econômicas são, comumente, entendidas como a base do desenvolvimento de um país. Sendo o governo administrado por pessoas, de quem se espera que sejam dotadas de tais competências, acredita-se que suas ações consolidem melhorias no sistema público e que possibilite tal desenvolvimento. Guillermo O'Donnell (1991), em seu estudo sobre democracia delegativa, defende que as formas de governo democrático não são iguais para todos os países, a democracia criada em países que saem de um estado ditatorial para uma forma de democracia, pode ser entendida assim:

**os fatores mais decisivos** para gerar vários tipos **de democracia** não são tanto aqueles relacionados com as características do processo de transição do regime autoritário. Parecem ter mais peso, de um lado, **fatores históricos de longo prazo** e, de outro, **o grau de profundidade da crise sócio-econômica** que os governos democráticos recentemente instalados herdaram. (O'DONNELL, 1991, p. 25-26, grifos nossos).

As relações de poder que se configuram como função aos representantes do povo, frente à instituição de um estado democrático, têm suas vertentes em questões bem mais complexas que apenas as de escolha dos representantes e do poder do voto. Nem sempre os estados estão preparados para assumir e desvencilharem-se de suas heranças determinantes de governabilidade, e o que, em alguma época, se considerarmos as condições de produção de um significado à palavra democracia, poderia deixar vácuos ou confusões, justamente pela multiplicidade de interpretações que se tem de tal palavra.

Ressaltamos que, sob a perspectiva do discurso, o atributo “poder” refere-se às relações assimétricas de embate travadas por referentes num ato de interação verbal. Pêcheux defendeu essa tese ao problematizar o esquema comunicativo de Jakobson, no qual compreende não pessoas de carne e osso trocando informações, mas posições sociais e históricas em relação de conflito. É uma releitura das teorias da luta de classes em Marx, a base da noção de *formação discursiva* (doravante, FD<sup>13</sup>), que define o que o sujeito de direito

---

<sup>13</sup>Esse conceito será explicado posteriormente, no capítulo teórico.



pode e deve dizer, de acordo com o seu lugar social, por meio das relações de classes, no interior do aparelho ideológico. (PÊCHEUX; FUCHS, 1993, p. 166).

Na SD03abaixo, em uma conversa com o personagem Manolito, a menina Mafalda demonstra preocupação com a possível existência de seres superiores, que vivem em outro planeta.

**Figura 1-** As monarquias e os resquícios de centralização do poder (SD03).



(QUINO, 2012, p. 70)<sup>14</sup>

**Mafalda:** Se for comprovado que em outros planetas existem seres superiores, estamos fritos. **Manolito:** Ah, bobearas! / Por acaso não é o homem o rei da criação? **Mafalda:** Sim. Mas neste século as monarquias estão tendo tanta má sorte...

O enunciado de Mafalda, segundo uma leitura possível, é uma denúncia a maneira como os reis/homens do governo administravam os países da América Latina. O lugar ocupado pelas personagens (1964-1973) determina a condição de produção do discurso. A formação discursiva, que determina a quais relações sócio-históricas e ideológicas o sujeito está subjetivado, e que posiciona o sujeito em determinado tempo e espaço, permite que os sentidos produzidos no enunciado de Mafalda sejam considerados como vindos de relações possíveis de se fazer quando os reis eram tidos como seres superiores, tanto financeiramente como detentores do domínio ideológico.

É, portanto, nesse imaginário linguístico que se materializam sentidos referentes às questões de o que pode e o que não pode ser dito sobre o período ditatorial. Denunciam-se governantes que não tiveram sorte em suas criações e poderiam ser subordinados a outro grupo, superior, que poderia fazer mal maior à sociedade. Essa posição enunciativa mostra que a situação das ações governamentais, no período de ditaduras (1966-1973) passou por um

<sup>14</sup> Todas as tiras são de livre tradução do espanhol.

processo de embate social. Há, nesta retomada de memórias discursivas<sup>15</sup>, por parte da personagem, um sujeito afetado ideologicamente por ações políticas e que demonstra que, ainda que não se viva mais em uma monarquia, os governantes agem como reis, donos do poder. Na FD que subjetiva Mafalda, a relação de domínio, de autoritarismo está refletida em um discurso ideológico que não se faz democrático, mas opressor e incompetente. Como se refere Rosenfield (1994):

**A democracia, no sentido etimológico da palavra, significa o "governo do povo", o "governo da maioria".** Prevalece nesta primeira aproximação deste fenômeno político uma definição quantitativa. Basta lembrar que **a democracia, na antigüidade grega, mais particularmente em Heródoto, é uma "forma de governo" entre duas outras: a monarquia ou "governo de um só" e a aristocracia ou "governo de alguns".** (ROSENFELD, 1994, p.07, aspas do autor, grifos nossos).

Sendo a democracia uma forma de governo diferente da monarquia e da aristocracia, ela surge como a esperança do povo de ter espaço nas decisões políticas. Porém, na sequência, Rosenfield (1998) relata que somente decidir pela forma democrática não resolve a situação. É preciso mudar as ações governamentais.

**A transformação da situação material da sociedade, se ela não vier acompanhada de uma efetiva democratização dos espaços ocupados pelo aparelho estatal, não modificará as condições políticas que tornaram esta situação possível.** Uma administração situada fora do processo de decisão política permanece à margem do que é público, ou seja, a burocracia estatal apropria-se dos mecanismos reguladores da vida social e econômica sob uma forma que se pretende imparcial, como se a democracia fosse um simples ritual eleitoral. **A "coisa pública", numa tal situação, é tudo menos pública.** (ROSENFELD, 1998, p. 20-21, grifos nossos).

O autoritarismo se mascara na administração dita democrática, mas que não oportuniza efetivamente a participação popular. Mesmo com a participação eleitoral, o povo elege determinado grupo que o representa, mas, em contrapartida, não tem como exercer sua opinião em decisões posteriores. E, nesta maneira de se fazer democracia, boa parte dos países, como Brasil, Argentina, Chile, entre outros, passou por processos ditatoriais ao longo de suas histórias, o que leva, em maior ou menor grau, a se intensificar os movimentos e campanhas pelos direitos sociais, ou a luta pela efetiva democracia.

---

<sup>15</sup>Esse conceito será explicado no segundo capítulo.

Em outras palavras, do ventre das ditaduras latino-americanas surgiram os movimentos pró-democracias e, com eles, a própria marcha rumo à democracia que temos atualmente, carregada de resquícios dos períodos militares, mas, ainda assim, democracias. Dessa forma, a maneira de exploração/dominação relatada por Galeano (2011, p. 24) também aparece no discurso de *Mafalda*, no qual as ações governamentais, conforme o autor se mostram autoritárias, Galeano acrescenta que a forma como eram conduzidas essas ações, por poucos e em benefício de poucos, não permitiam que os países subdesenvolvidos se consolidassem como capazes de produzir/exportar, decidir seu curso econômico e de produção.

Em um breve relato sobre a história da Argentina em que se discutem as ações do eleito presidente Dr. Arturo Umberto Illia Francesconi<sup>16</sup>, Romero explica que:

**Carente de una sólida mayoría electoral y con pocos apoyos entre los restantes factores de poder**, el gobierno encabezado por el **Dr. Illia** apenas pudo ofrecer un elenco honorable y una conducción mesurada, suficiente seguramente para un período normal, **pero incapaz de elaborar una alternativa imaginativa y sólida para la casi crónica crisis política**. (ROMERO, 1997, p. 71, grifos nossos)<sup>17</sup>.

Ainda que o então presidente, Dr. Illia, tentasse fazer um bom governo, a falta de apoio governamental, não o permitiu dar solidez a um governo que melhorasse a situação crítica do país. O dito da personagem Mafalda produz um silenciamento em Manolito, que está tomado por uma FD que defende a autonomia dos homens que podem/devem criar as coisas. Manolito retoma um discurso dos reis, inconscientemente por ter ideologicamente assumido um discurso político que garante ao homem o direito de ter domínio sobre todas as coisas. Há que se entender que, se “funcionasse” o dito “Acaso não é o homem o rei da criação”, não despertaria em Mafalda a repulsa por esse ato, já que os homens, responsáveis pelo governo, naquele momento, não instituem, na perspectiva ideológica representada por Mafalda, condições para que a democracia ocorra, e que pudesse trazer melhorias para o povo.

O homem é o rei da criação, mas não é o que se tem na Argentina naquele momento histórico. Este fato impede que Manolito sustente seu discurso, pois é subjetivado pelo que já

<sup>16</sup> Presidente da Argentina no período de 1963-1966, pelo Partido Unión Cívica Radical del Pueblo – UCRP (ROMERO, 1997, p. 71).

<sup>17</sup> **Carente de uma sólida maioria eleitoral e com poucos apoios entre os outros fatores de poder**, o governo encabezado por **Dr. Illia** apenas pode oferecer um elenco honorável e uma condução mensurada, suficiente seguramente para um período normal, mas **incapaz de elaborar uma alternativa imaginativa e sólida para a quase crônica crise política**. (ROMERO, 1997, p. 71, grifos nossos) (Trad. livre do espanhol).

foi dito, tendo o homem como o rei da criação, esquece-se que “o interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos” (ORLANDI, 2003, p. 33). Enquanto o desenvolvimento serve para garantir boa vida aos donos do poder, a maioria segue num falso balancear da justiça, que se mostra injusta, apoiada, ironicamente, pelos que são injustiçados. Galeano evidencia este fato ao dizer que:

Tudo nos é proibido, a não ser cruzarmos os braços? **A pobreza não está escrita nos astros; o subdesenvolvimento não é fruto de um obscuro desígnio de Deus. As classes dominantes põem as barbas de molho, e ao mesmo tempo anunciam o inferno para todos. De certo modo, a direita tem razão quando se identifica com a tranqüilidade e a ordem; é a ordem, de fato, da cotidiana humilhação das maiorias, mas ordem em última análise; a tranqüilidade de que a injustiça continue sendo injusta e a fome faminta. Se o futuro se transforma numa caixa de surpresas, o conservador grita, com toda razão: “Traíram-me.” E os ideólogos da impotência, os escravos, que olham a si mesmos com os olhos do dono, não demoram a escutar seus clamores.** (GALEANO, 2011, p. 24, grifos nossos).

Por conta da opressão, ainda que esteja determinado a buscar mudanças, o povo muitas vezes se cala, tamanha força ideológica de algumas instituições que se perpetua, cristalizando o efeito-autor (ORLANDI, 2013[1999], p. 75) que materializa sentidos decorrentes de uma paráfrase discursiva que subentende que há uma luta ideológica de classes.

Esse poder que emerge em todas as esferas, mesmo que se tente a libertação por meio de batalhas travadas entre as classes, pontua a dificuldade em conseguir se desvencilhar do domínio estrangeiro. De acordo com Galeano (2011):

A luta de classes não existe - decreta-se -, mais que por culpa dos agentes forâneos que a fomentam; em troca existem as classes sociais, e se chama a opressão de umas por outras de estilo ocidental de vida. **As expedições criminosas dos marines têm por objetivo restabelecer a ordem e a paz social, e as ditaduras fiéis a Washington fundam nos cárceres o estado de direito, proibem as greves e aniquilam os sindicatos para proteger a liberdade de trabalho.** (GALEANO, 2011, p. 24, grifos nossos).

Em linhas gerais, as ditaduras na América Latina foram governos que se estabeleceram pela força/poder militar ao derrubar governos eleitos institucionalmente. Leis criadas dentro da legalidade, por negociações políticas, tornaram constitucionais ações que oprimem e se fortalecem por meio de violências física e simbólica. Arbitrariamente, os

governantes passam a comandar os países de acordo com seus interesses, agindo de forma autoritária sobre quaisquer movimentos sociais contestatórios.

Ainda que o objetivo dos trabalhos dos teóricos citados seja traçar uma crítica fervorosa às ditaduras latino-americanas – que trouxeram inúmeros prejuízos, tanto no que se refere ao crescimento dos países onde houve o golpe, como aos prejuízos morais - das torturas, das coerções, da negação dos direitos do cidadão – há que se tomar os cuidados para situar o objeto do estudo, que é o discurso constituído sobre a democracia e o autoritarismo em *Mafalda*. Não se trata de uma realidade em si (adversa, “tipificante”, como é o caso), mas da análise das condições de emergência e circulação dos enunciados em questão. Se o homem é o rei da criação, como enuncia a voz corporizada em desenho da personagem, há que se compreender o que é “rei” e sobre quais sistemas ele desliza. É rei numa perspectiva de imaginário infantil (senhor absoluto duma terra, de seu reino), é líder deposto na iminência histórica da Revolução Francesa, que marca a decadência da monarquia e ascensão da burguesia.

### **1.10 tempo e a falência da prosperidade**

Em 1977, Galeano (2011, p. 347-372) revisitou seus escritos e chegou à conclusão de que pouco mudara na história em relação ao tempo decorrido desde que havia escrito a primeira versão, no ano de 1971. Os países do sul continuavam subalternos aos países estrangeiros – Europa e EUA – principalmente no setor econômico, base para o desenvolvimento de um país. Esse contexto resultava em movimentos populares para uma mudança política. Enquanto uns buscavam o socialismo, outros resistiam à ditadura militar.

Temos, em *Mafalda*, representações fictícias que apresentam a classe social média e seus costumes vivendo num momento de represálias, guerras, injustiças e que, apresentando ideais distintos, abordam as questões sociopolíticas, culturais e sociais como forma de crítica àquele momento histórico – o de ditaduras militares, conflitos políticos e populares.

Na tira abaixo, a SD04, a personagem surge afirmando que “a sopa é para a infância” (Mafalda não gostava de sopa, porém sua mãe a obrigava a tomá-la dizendo que fazia bem para a saúde), e continua “o que o ‘Comunismo é para a Democracia’”.

Muito mais do que se lê no enunciado, os sentidos desse dizer remetem a uma busca explicativa de o que era o comunismo e sua ligação com os sentidos da sopa e, como poderia, naquele momento, ser relacionada à democracia.

**Figura 2 - Comunismo e democracia (SD04)**



(QUINO, 2012, p. 97)

Mafalda: A sopa é para a infância o que o comunismo é para a democracia.

Os sentidos, dependendo das condições de produção, podem significar diferentemente em cada FD. É preciso conhecer as condições de produção discursiva para compreender a dimensão de algo que já foi dito, em outro lugar, podendo ser característico, ou não, de determinada formação discursiva. Cabe aqui lembrar que “O fato de que há um já-dito que sustenta a possibilidade mesma de todo o dizer, é fundamental para se compreender o funcionamento do discurso, a sua relação com os sujeitos e com a ideologia” (ORLANDI, 2013 [1999], p. 32). No imaginário da menina, que assume a defesa dos desejos infantis, a sopa representa um alimento repugnante, que é oferecida insistentemente para as crianças, pelos adultos, sob a alegação de que faz bem para a saúde.

A criança faz um paralelo entre sopa e infância/comunismo e democracia e materializa sentidos negativos relacionados à sopa e ao comunismo. Ambos não atendem aos desejos dos mais fracos - criança/povo. A ideologia externa que subjetiva Mafalda, se mostra em função do contexto histórico e também da posição de Mafalda em relação à sopa. Num contra-argumento, pensando pelo comum a todos, principalmente aos adultos, a sopa contém muitas vitaminas e, dessa forma poderia ser uma base alimentar. Segundo Franco (2012):

**El comunismo fue percibido como un peligro igual o mayor que el peronismo** pero ambos aparecían asociados, dado que se temía que las prohibiciones y proscripciones sobre el segundo llevaran a la masa obrera hacia el primero<sup>18</sup>. (FRANCO, 2012, p. 83, grifos nossos).

<sup>18</sup> O comunismo foi entendido como um perigo igual ou maior que o peronismo, mas ambos apareciam associados, dado ao fato de que temiam as proibições e proscrições sobre o segundo levaram à massa de trabalhadores para o primeiro. (Trad. livre do Espanhol).

Em um período de ditaduras, em que o povo clama por democracia, por justiça, por direitos iguais, também o comunismo poderia ser uma opção política. Porém, o que falta a ele para que contribua para uma ação democrática não está dito, mas pode representar sentido de carência de consistência, de insatisfação e contradição do desejo social, tal qual o sentido produzido no enunciado de Mafalda.

Consideramos as afirmativas dos teóricos aqui citados, como fonte para identificar as condições de produção, principalmente, aquelas referentes ao momento socioeconômico, instabilidade governamental, além dos resquícios ditatoriais que possam estar presentes nas tiras de *Mafalda*. A abordagem dos termos ‘democracia’ e ‘autoritarismo’ configuram um possível resumo político daquela época. Entre o vaivém das ditaduras e a luta de um povo que clama pela volta do governo popular<sup>19</sup> de Perón<sup>20</sup>, vemos em *Mafalda* os possíveis efeitos de sentido que se materializam, e percebemos como os povos latino-americanos, ainda que tenham conquistado a liberdade, acabaram por cair em mãos de militares. As relações exteriores e as formas de ditaduras adotadas mantiveram o povo ideológica e economicamente oprimido, e os desmandos da classe burguesa não impediram que o continente continuasse a ser explorado pelos países estrangeiros. Na Argentina, por um período de nove anos, os movimentos populares sofreram as consequências do passado, em que

el peronismo, que había gobernado entre 1946 y 1955, fue caracterizado como totalitario por sus detractores y proscripto desde 1955 hasta 1973. Como en la mayor parte de América Latina, **durante este período los movimientos de izquierda en Argentina se radicalizaron como reacción a su incapacidad de participar en elecciones libres, que eran periódicamente prohibidas o canceladas porque conducirían al triunfo del peronismo.**(SOR, 2012, p.170, grifos nossos)<sup>21</sup>.

<sup>19</sup>A política populista é marcada pela ascensão de líderes carismáticos que buscam sustentar sua atuação no interior do Estado através do amplo apoio das maiorias. Muitas vezes, abandona o uso de intermediários ideológicos ou partidários para buscar na “defesa dos interesses nacionais” uma alternativa às tendências políticas de sua época, sejam elas tradicionalistas, oligárquicas, liberais ou socialistas. De diferentes formas, propaga a crença em um líder acima de qualquer outro ideal. (SOUSA, 2014, s/n). Disponível em: <http://www.brasilecola.com/historia-da-america/populismo-1.htm>. Acesso em 23 mar. 2014.

<sup>20</sup>Juan Domingo Perón (1895-1974) foi um militar e, posteriormente, político. Deixou o exército no ano de 1943, quando seus ideais políticos não convergiam com os ideais militares. Foi presidente, defendendo o governo populista, de 1946 a 1955 e de 1973 a 1974. Disponível em <[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/juan\\_domingo\\_peron](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/juan_domingo_peron)>. Acesso 3 jan. 2014.

<sup>21</sup> Na Argentina, o peronismo, que havia governado entre os 1946 e 1955, foi caracterizado como totalitário por seus detratores e proscritos desde 1955 até 1973. Como na maior parte da América Latina, durante esse período os movimentos de esquerda na Argentina se radicalizaram como reação a sua incapacidade de participar em eleições livres, que eram periodicamente proibidas ou canceladas porque conduziriam o peronismo ao poder. Tradução livre do espanhol. (tradução livre do espanhol).

Os governantes latino-americanos agiam conforme as ações governamentais dos países estrangeiros dominantes, na crença de que o patrimônio público se mede por obras materiais, sendo a aposta de bons governos. Construções, maquinários, estrutura física e *status* aos homens do poder promovem diferenças sociais, direitos e obrigações distintas entre as funções que cada um desempenha. A democracia plena, como sistema do qual se espera que ocorram os direitos iguais e humanitários, esconde o funcionamento ideológico por trás de um autoritarismo determinante para a política e para a economia. Os agentes ditatoriais promovem discursos de que tudo é para o povo, assim mascarando o autoritarismo que se há mais leis a serem respeitadas do que oportunidades criadas para que condições de autonomia. O fator econômico, conforme o autor, abocanha as oportunidades de crescimento e torna frágil, pelas mãos de poderosos, as ações que possibilitam que a democracia seja efetivada, por ser de todo dependente de outros países. O povo, em contrapartida, busca a independência e tenta, ainda que com dificuldades, conquistar um espaço no poder. Na SD05, assim, há uma contradição constitutiva que aponta discursivamente para outro enunciado para o qual o comunismo é tido como “um mal necessário”. Tais observações fazem sentido à luz das condições de produção de tal dizer, já que o período político era instável e coercitivo.

A seguir, na SD05, mostramos uma tira em que Susanita e Mafalda passeiam pelas ruas quando se deparam com uma pichação no muro. Seguem andando até que Susanita se rebela pela frase escrita.

**Figura 3 - O povo ao poder (SD05)**



(QUINO, 2012, p. 465)

**Pichado no muro: O POVO AO PODER – UJR/ Susanita:** Para quê...! Para que depois todo o poder fique cheio de cascas de laranja, papéis usados e manchas de sanduíches de linguiça?



Contrária ao povo poder, Susanita se altera ao imaginar tal situação. Em sua materialidade linguístico-histórica, submerge a ideologia de que o povo não sabe governar. O enunciado de Susanita produz efeitos de sentido que subentendem o desmerecimento da capacidade do povo em governar o país com integridade, organização e justiça, representada por metáfora. Interpelada ideologicamente pelo discurso da classe burguesa, ela denuncia um povo incapaz de manter a ordem, requisito fundamental para aquele momento histórico no qual a ordem é promulgada pelos governantes.

O direito de enunciar dá ao sujeito um suposto domínio de seu dizer, de suas características ideológicas e a propriedade do lugar de onde ele significa por meio do que enuncia, e pela forma como enuncia “Os sujeitos não são inertes. É um menino que faz uma pichação está lá para dizer que ele existe, que ele está ali, que este seu gesto é um gesto simbólico que o liga de algum modo à sociedade”. (ORLANDI, 2012d, p. 01).

A complexidade do dito está tão atrelada ao não dito que é necessário conhecer mais atentamente as condições de produção dos discursos que emanam na voz das personagens criados por Quino, nas tiras de *Mafalda*, para poder olhar de forma mais subjetiva possível ao enunciado e envolver-se naquele contexto histórico.

Assim, destacamos que a Argentina, durante os anos de 1966 a 1973, passou por vários governos, somando um total de seis presidentes durante aquele período. Entre esses governos ditatoriais, estão as revoluções internas dos partidos políticos, entidades empresariais e as agremiações (sindicatos). (QUINO, 2012, p. 540-553). Os mais poderosos ingredientes dessas revoluções foram o autoritarismo e a repressão ao povo (trabalhadores), que não se beneficiavam de seus trabalhos, pois o resultado da produção, por muito tempo, serviu às elites (estrangeiras e nacionais), estabelecendo cada vez mais a diferença entre as classes sociais, como elenca Galeano:

**Era preciso proibir as greves, destruir os sindicatos e os partidos, encarcerar, torturar, matar e abater pela violência dos salários operários, para conter assim, à custa da maior pobreza dos pobres, a vertigem da inflação.** Uma pesquisa, realizada em 1966 e 1967, revelou que 84% das grandes indústrias do Brasil considerava que o governo de Goulart aplicara uma política econômica prejudicial. Entre eles estavam, sem dúvida, muitos dos grandes capitães da burguesia nacional, nos quais Goulart intentou apoiar-se para conter a sangria imperialista da economia brasileira. **O mesmo processo de repressão e asfixia do povo teve lugar durante o regime do general Juan Carlos Onganía, na Argentina;** tinha começado, em realidade, com a derrota peronista de 1955, assim como no Brasil tinha-se desencadeado realmente desde o balço de Vargas em 1954. (GALEANO, 2011, p. 277, grifos nossos).

E, segundo enunciados de Galeano, seguem os desmandos arbitrários do regime militar:

**O ditador argentino Juan Carlos Onganía esteve a ponto de antecipar em dois anos sua queda, quando em 1968 tentou aplicar um novo regime de impostos à propriedade rural.** O projeto intentava tributar as improdutivas planuras peladas mais severamente do que as terras produtivas (A oligarquia do boi pôs a boca no trombone, mobilizou suas próprias armas no Estado Maior, e Onganía teve que esquecer suas heréticas intenções. **A Argentina dispõe, como o Uruguai, de pratarias naturalmente férteis que, sob o influxo de um clima benigno, lhe tem permitido desfrutar de uma prosperidade relativa na América Latina.**[...] Os latifundiários argentinos não mostraram maior interesse por introduzir inovações técnicas em seus campos. **A produtividade é baixa porque convém que seja assim; a lei do lucro pode mais do que todas as leis.** A extensão das propriedades, através da compra de novos campos, é mais lucrativa e menos arriscada do que a colocação em prática dos meios que a tecnologia moderna proporciona para a produção intensiva. (GALEANO, 2011, p. 174, grifos nossos).

Os atos do governo de Onganía<sup>22</sup>contribuíram para que o país ficasse um complicado estado de falência. Não importava muito o desenvolvimento em longo prazo e sim, os lucros imediatos. Deixa-se de lado o uso da tecnologia para garantir que a mão de obra fosse usada de forma escrava, ainda que o uso tecnológico pudesse garantir maior produção agrícola e, com isso, prosperidade para o setor e para a Argentina. Ocorre que da maneira como as situações complexas eram resolvidas, a democracia ganhava outra forma, e a ditadura se vestia de uma pseudodemocracia, conforme pode ser percebido nas ideias de Dahl, **“As ditaduras militares foram totalmente desacreditadas por suas falhas, especialmente na América Latina; onde conseguiram sobreviver, em geral adotaram uma fachada pseudodemocrática”.** (DAHL, 2001, p.11 grifos nossos).

Deste apanhado sobre as *condições de produção* de discursos sobre democracia e autoritarismo, ainda que as personagens não estejam marcandoum ou outro cidadão, tomaremos os discursos nas tiras de *Mafalda* (QUINO, 2012) como a representação proximal da constituição sócio-histórica e ideológica do povo argentino, verificando, pelo viés da ditadura militar, dois grupos: a burguesia, que detém o poder e os trabalhadores, um povo oprimido. Que Formação Discursiva representa cada uma dessas personagens? De onde falam? Que sentidos outros se materializam no complexo processo entre a democracia e o autoritarismo no *corpusMafalda*? Dessa perspectiva, lançamos mão do *corpus* para

---

<sup>22</sup> Juan Carlos Onganía, presidente argentino (1966-1970). (ROMERO, 1997, p. 72-73).

analisarmos os possíveis sentidos ali materializados, na ânsia de compreender como se cristaliza a ideia de ações democráticas nesses enunciados.

## 1.2 Um *corpus* chamado *Mafalda*

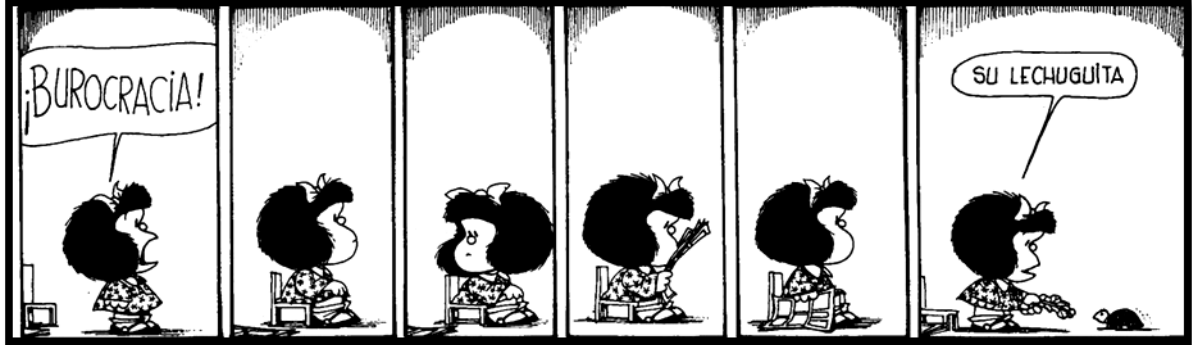
A ideia da criação da pequena *Mafalda* surgiu no ano de 1963, a pedido de uma empresa de eletrodomésticos, que encomendou de Quino uma tira cômica, que servisse de propaganda ‘disfarçada’ e que envolvesse uma ‘família típica de classe média’ composta por crianças e adultos. Quino criou a menina, que deveria ter no início do nome a letra ‘M’, por isso o nome *Mafalda*. “O cliente da agência, porém, recusa o plano da campanha, e Quino arquiva as poucas tiras desenhadas” (QUINO, 2012). Assim, no ano de 1964, o cartunista iniciou as produções das tiras de *Mafalda* no jornal “Primera Plana”. A partir daí, as tiras não pararam de ser produzidas, até o ano de 1973, quando o escritor deixou de produzi-las frequentemente, a não ser por pedidos esporádicos relacionados à campanha de saúde, direitos humanos e/ou solicitações que considerava uma contribuição social.

As tiras da *Mafalda* foram *corpora* para diversos trabalhos acadêmicos, circularam por diferentes áreas de estudo e foram analisadas com métodos e teorias diversificados. O que mostraremos no estado da arte é que essa representação de sujeitos argentinos, com o passar do tempo, deixou de ser apreciada apenas nacionalmente na Argentina, para circular em muitos países do mundo, como Itália, Espanha, França, Alemanha, Dinamarca, Suécia e Finlândia, entre outros. (QUINO, 2012, p. 655-659). Nosso interesse, no entanto, está vinculado às questões que envolvem a Argentina, especificamente entre os anos de 1964, com o início da criação da *Mafalda*, passando pelo golpe militar de 1966 até as últimas produções de Quino, referentes ao tomo *Toda Mafalda*, em 1973.

As falas das personagens que fazem parte das tiras analisadas possibilitam reflexões acerca da sociedade mundial. Nos enunciados que compõe a obra aqui trabalhada, encontramos desde referências a problemas cotidianos, como os familiares e escolares, até assuntos mais abrangentes, de ordem econômica e política, vinculando informações do âmbito mundial, como o domínio de países estrangeiros sobre os países da América do Sul. “As personagens de Quino servem para montar um jogo dinâmico de inquietudes profundas e permanentes [...]” (PIZANO *apud* QUINO, 2012, p. 12).

Trazemos, a seguir, a apresentação das principais personagens do nosso *corpus*<sup>23</sup>. Iniciamos com a própria Mafalda, a protagonista do grupo.

**Figura 4 - Mafalda e a burocracia**



(QUINO, 2012, p. 379)

**Mafalda:** BUROCRACIA!!! (muito tempo depois) Sua alfacinha.

A menina Mafalda representa a filha de um casal de meia-idade que vive em um bairro de classe baixa. Sua identidade se faz da perspectiva da incredibilidade dos acontecimentos do mundo onde vive e das injustiças sociais. Rompe, frequentemente, com as ideias de outras personagens, na tentativa de tornar o mundo melhor e de fazer com que os outros entendam sua preocupação. Em várias de suas tiras, a pequena aparece cuidando do mundo, o globo, em um ato humanitário de tentar consertar o que está rompido. Sua preocupação com as questões políticas representa um sujeito fora da sua realidade, porque ela assume um papel de maturidade e de análise crítica em relação aos fatos atuais, muitas vezes incompreendida por seus amigos e por sua família. Tem como animal de estimação uma tartaruga, que é batizada por Mafalda como burocracia, em explícita crítica ao sistema governamental. Para Mafalda, este sistema, no contexto histórico da época, lhe parece lento, burocrático e ditatorial.

<sup>23</sup> As tiras elencadas na descrição fazem parte da apresentação das personagens, não têm objetivo de análise de discurso, são complementares das características ideológicas e sociais de cada um.

Figura 5 - Susanita



(QUINO, 2012, p. 323)

**Susanita:** Filhinhos! ... Isso é a única coisa que eu peço à vida! Porque o apartamento, o carro, a geladeira, a máquina de lavar roupas, a televisão, e tudo isso penso pedi-los a meu marido, não pense que sou estúpida.

Outra personagem relevante é Susanita, que figura como uma menina fútil, na perspectiva social em que os discursos são produzidos, representa um comportamento pouco aceitável na expectativa de Mafalda, já que se trata de uma política de conquistas sociais, em evidência, também, a luta pela independência e liberdade feminina. Susanita sonha em se casar com um homem rico, ter filhos e serve, em muitas discussões, como promotora de situações cotidianas, nas quais, a protagonista Mafalda, irreverente, promove suas reflexões relacionando-as com os problemas do mundo. Em algumas outras situações, Mafalda silencia, em virtude da divergência de pensamento entre ambas.

Figura 6 - Manolito



(QUINO, 2012, p. 88)

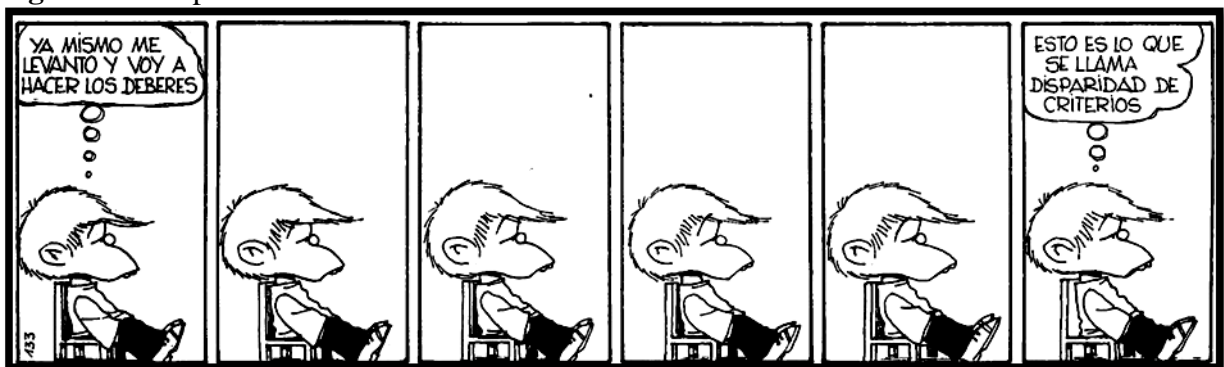
**Mafalda:** Acredita que um susto pode parar o soluço de Manolito?

**Felipe:** Provemos.

**Mafalda e Felipe (gritando):** REVOLUÇÃO! OS TANQUES! GUERRA CIVÍL! /**Manolito:** Hic!

O personagem Manolito representa um filho de comerciante, que almeja aumentar os negócios do pai, um homem rude e violento. As tiras em que aparece o personagem Manolito, geralmente vinculadas às relações comerciais, fazem referência aos altos preços dos produtos comercializados naquele momento histórico - grandes investimentos econômicos de uma elite internacional -, no qual a economia Argentina era, ainda, submetida às regras econômicas internacionais. Manolo é conivente com a situação do país e sonha com sua ascensão à burguesia comercial.

**Figura 7 - Felipe**



(QUINO, 2012, p.485)

**Felipe:** Agora mesmo me levanto e vou a fazer os deveres./ **Um tempo depois:** Isso é o que se chama disparidade de critérios.

Felipe é um personagem pacato. Não gosta de ir à escola, mostra-se um sonhador (sonha principalmente acordado), ainda que suas experiências imaginárias sempre acabem de forma trágica, fator que o faz se desarmar de suas convicções e atitudes e buscar, ainda que forçosamente, voltar ao estudo. Sua representação está em ser um personagem que gostaria de viver a vida, aproveitando-a, mas sem ter que se esforçar para isso, sem obrigações/responsabilidades. Deixa tudo o que pode para fazer no amanhã.

**Figura 8 - Libertad**



(QUINO, 2012, p.373)

**Mafalda:** Olá, que pequenina és! Como te chamas?

**Libertad:** LIBERTAD/ Já tirastestua conclusão estúpida? Todo mundo tira sua conclusão estúpida quando me conhece.

Libertad, uma menina pequena na estatura, o que compreendemos que seja em alusão ao entendimento de liberdade da época (1964-1973), conforme se pode ver no enunciado da tira que a liberdade também era limitada em função de alguns fatores sociais da época, mas que, apesar disso, se apresenta/representa ativa. Filha de pais socialistas, a pequena aborda assuntos em defesa da liberdade e do socialismo, defende direitos iguais para todos. Às vezes, apresenta-se confusa, por não saber que futuro terá a humanidade, em função da dependência financeira e política aos países estrangeiros. Mesmo com as dificuldades enfrentadas naquele momento, LIBERTAD, como gosta de ser chamada – e sempre quando se apresenta as letras são maiúsculas – defende a liberdade para todos.

Figura 9 - Miguelito



(QUINO, 2012, p. 295)

**Miguelito:** Surpreendente! Meu dedo é maior que a torre daquela casa!  
**Mafalda:** Sabes por que o vê maior, Miguelito? **Miguelito:** Claro!/  
 Porque o dedo é meu e me importa muitíssimo mais que a torre.

Miguelito, ou Pille, filho único, de personalidade forte, busca justificar sua rebeldia para com seus pais, reforçando a ideia de que as pessoas não podem aceitar as coisas sem resistir aos mandos do poder. Em tese, remete-se a situações cotidianas que ocorrem dentro de sua casa ou em ambientes comuns. Está sempre preocupado com o que lhe convém, demonstrando um certo grau de egoísmo.

**Figura 10 - Raquel**



(QUINO, 2012, p. 249)

**Raquel:** Como foi na escola hoje, Mafalda?

**Mafalda:** Aprendemos um montão de coisas novas. E você, mamãe? Como está nessa perdição de sua rotina?

Dona Raquel, a mãe da Mafalda, representa uma dona de casa conformada com sua situação social. Às vezes, questionada por Mafalda, sente-se pouco a vontade por não ter estudado e por “apenas” trabalhar em casa, cuidando dos filhos. Ainda que a personagem apresente vestígios de ser inferior e pouco inteligente, conduz a vida familiar procurando cumprir com seu papel de dona de casa, mãe e esposa, conforme a organização social daquela época.

**Figura 11 - Pai da Mafalda e do Guille**





(QUINO, 2012, p. 59)

**Pai de Mafalda:** Falam de plantas neste programa?

**Mafalda:** Sim! Mas de plantas fabris.

**Pai de Mafalda:** Quem pode sentir simpatia por plantas que se regam com dinheiro?

O pai de Mafalda é um personagem sem nome, talvez tenha a intenção de mostrar que um trabalhador, naquele momento, era apenas mais um na multidão. Evita falar de dinheiro, porque com o que ganha só consegue pagar as contas essenciais. É um personagem que gosta de plantas, que se preocupa com a educação da filha, que ama seus filhos, e vive preocupado com as contas do mês. Por Mafalda, é visto como um alienado, por não se interessar por política, pela economia e pelos problemas do mundo.

Figura 12 - Guille



(QUINO, 2012, p. 340)

**Guille:** Papai?

**Mafalda:** Papai está trabalhado Guille.

**Guille:** Por quê?

**Mafalda:** Porque quando alguém fica grande tem que trabalhar.

**Guille:** Por quê?

**Mafalda:** Porque se não, não pode se comprar comida, nem roupa, nem nada.

**Guille:** POR QUÊ?

**Mafalda:** Porque assim está organizado este mundo, Guille!

**Guille:** POR QUÊ? / **Mafalda:** Um ano e meio e já candidato aos gases lacrimogêneos.

Por fim, Guille, irmão de Mafalda, que se mostra rebelde e decidido, apesar de tão pouca idade. Ainda não tem definido quais os assuntos que irá polemizar, pois é um bebê, mas já se apresenta como um questionador, e tem por hábito imitar a Mafalda, que se faz referência para o menino.

### 1.3 Caminhos de *Mafalda*: das análises do *corpus*

A breve apresentação das personagens nos permite compreender o porquê de despertar tanto interesse de pesquisadores. No banco de dados da CAPES<sup>24</sup>, estão disponibilizados diversos trabalhos sobre *Mafalda*, pertencentes à pesquisa em várias áreas do conhecimento e que fizeram uso das tirinhas com o intuito de verificar algo que se supunha ainda não investigado, especificamente relacionado às Ciências Humanas.

Encontramos, entre dissertações e teses, o que não inclui artigos, resenhas e outros gêneros de estudo, postados até novembro de 2013, um total de 24 estudos diferentes sobre o *corpus* a que nos dedicamos nesta dissertação, ou seja, as tiras de *Mafalda*. Na sequência apresentamos parte destes estudos.

As áreas específicas em que os trabalhos sobre a obra *Mafalda* foram desenvolvidos são, em sua maioria, pesquisas realizadas nas áreas de Língua Portuguesa, Linguística Aplicada, Arte, Geografia, Semiótica, História, Literatura, Semântica, Comunicação, Ciências Sociais, Língua Estrangeira e em Análise de Discurso.

Os estudos nessas áreas priorizaram a produção e a interpretação textual, tradução, gêneros discursivos, horizontes de compreensão leitora, hermenêutica da profundidade, sócio-pragmática em língua estrangeira, práticas pedagógicas, elementos de análise sintática, entre outros. Segue uma breve descrição de teses e dissertações que ilustram como os pesquisadores analisaram as tiras de *Mafalda* para desenvolver seus trabalhos.

Voltado à comunicação iconográfico/verbal, seguindo a metodologia da Hermenêutica da Profundidade, de John B. Thompson, Araújo (2003)<sup>25</sup> elaborou sua tese intitulada *A comunicação iconográfica/verbal: uma análise hermenêutica de Mafalda*. A autora buscou a identificação da comunicação visual das histórias em quadrinhos como narrativas “iconográficas e formas simbólicas” (2003, p. 6). O estudo foi realizado considerando as três

<sup>24</sup>Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

<sup>25</sup>ARAÚJO, Denise Castilhos de. **A comunicação iconográfica/verbal: uma análise hermenêutica de Mafalda**. Tese de Doutorado. Curso de Comunicação Social -Pontifícia Universidade Católica. PUC-RS, 2003. 191p.

etapas da Hermenêutica da Profundidade: a análise sócio-histórica, a formal-discursiva e a interpretação e a representação.

Com o título *Toda Mafalda: um estudo de estratégias linguístico-discursivas da comicidade*, Marcelino (2003)<sup>26</sup> propõe “um estudo em Análise do Discurso e tem por tema pesquisar os efeitos de sentido da comicidade nas tiras de Mafalda” (id., *ibid.*, p. 6). A autora se baseou nos princípios teóricos da psicanálise, em especial, em autores como Freud (1977 [1905]), Bergson (2001 [1924]) e Propp (1992 [1976]). Com relação aos aspectos discursivos e linguísticos, citou as teorias de Travaglia (1989/90/95), Gil (1995), Possenti (2000), Eco (1986), Marcuschi (1991), Fávero (1997), Preti (1998), Van Dijk (2000) e Mainguenu (2001). Ela propôs um estudo de 40 tiras selecionadas, enquadradas em 7 temas. O objetivo foi “analisar os mecanismos linguísticos que, além de visarem a provocar o riso enquanto efeitos de sentido que serviram para ir construindo na personagem Mafalda uma personalidade de adulto camuflado no físico de uma criança” (MARCELINO, 2003, p. 6). Ainda que a autora tenha se valido de autores que caminham pela teoria de Análise do Discurso, não fez uso dos estudos de Michel Pêcheux e Eni Orlandi, base teórica que seguiremos para nossa análise.

O senso crítico e irônico de Mafalda, nas especificidades do gênero tira, serviu de pano de fundo para o estudo de Costa (2007)<sup>27</sup>, que resultou no trabalho intitulado *Representação das mulheres nos quadrinhos: de Mafalda a curvas perigosas, o que mudou?*, no qual a autora buscou “[...] detectar e avaliar a ocorrência de sentidos sobre a identidade feminina, bem como identificar e discutir as práticas discursivas sobre a mulher.” (COSTA, 2007, p. 7). Ancorada nos aportes teórico-metodológicos de Foucault, sua análise buscou discutir questões de representação do feminino, sob a mobilização dos conceitos de identidade e gênero. Seu trabalho analisa as formulações verbais e não verbais de *cartuns* e tiras de “Mafalda, Radical Chic, Mulheres Alteradas 1, Mulheres Alteradas 2, Mulheres Alteradas 3, Mulheres Alteradas 4, Mulheres Alteradas 5, Mulheres Superadas 1, Curvas Perigosas, Curvas Perigosas 2”. (COSTA, 2007, p. 7).

Dentro da área da Ciência Política, encontramos um dos trabalhos que mais se aproxima do objeto desta pesquisa. Trata-se de uma dissertação intitulada *As Ponderações da*

<sup>26</sup> MARCELINO, Marilda Machado. **Toda Mafalda**: um estudo de estratégias linguístico-discursivas da comicidade. Dissertação de Mestrado. Curso Comunicação Social-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. 2003. 100p.

<sup>27</sup> COSTA, Iraneide Santos. **Representação das mulheres nos quadrinhos: de Mafalda a Curvas Perigosas, o que mudou?** Tese de Doutorado. Curso de Letras e Linguística - Universidade Federal Da Bahia – UFB – 2007. 510p.

*Mafalda sobre cidadania e democracia*<sup>28</sup>. O tema selecionado aparentemente é o mesmo, pois se trata de uma pesquisa que discute o assunto democracia e tem por meta explicar as questões sociais como elas aparecem no conteúdo das tiras, tendo por referência a opinião pública e suas relações com a política de forma atemporal. Porém, a autora não aborda a questão da subjetividade e da interpelação ideológica, como teoriza a AD. A ideia foi “capturar o que as tiras cômicas dizem sobre o consciente coletivo do cidadão e examinar como o criador pensa o imaginário político e o socializa” (BITENCOURT, 2009, p. 6). A abordagem se dá, em síntese, pelo viés do estudo do conteúdo das tiras e suas referências às questões políticas e sociais, objetivando examinar questões referentes à ordem propriamente civil conectadas às ações do governo, à cidadania e à democracia pela mídia e pela opinião pública.

No estudo de Garcia (2010)<sup>29</sup>, intitulado *O riso, o humor e o cômico na emergência contemporânea do sujeito mulher: um discurso quadro a quadro de Mafalda e Maitena*, a autora analisou as tiras de Mafalda e Maitena com o objetivo de “perceber e descrever [...] a emergência de um tipo de sujeito-mulher contemporâneo e suas subjetividades contraditórias” (GARCIA, 2010, p. 6). Tendo por teoria os pressupostos teórico-metodológicos de Foucault, a autora analisou que as práticas discursivas, naturalizadas pelo efeito do humor, “configuram o real de um universo feminino cômico” (id., *ibid.*, p. 6).

Para abordar a diversidade de temas trabalhados por Mafalda, verificamos na produção de Silva (2010)<sup>30</sup> a possibilidade de estudar conteúdos de Geografia escolar com a mediação de charges e tiras de quadrinhos: “A proposta é [...] contribuir para o ensino de Geografia, especialmente no tocante à concepção da importância do conhecimento geográfico para se viver o cotidiano da cidade” (SILVA, 2010, p. 7). Além das tiras de Mafalda, a autora fez uso de tiras de desenhistas brasileiros, como “Jorge Braga e Mariosan e do personagem Katteca, criado por João Luís Brito de Oliveira, o Britvs, publicadas no jornal O Popular, de Goiânia-GO” (SILVA, 2010, p. 7).

Investigar *Mafalda* pressupõe alguns cuidados: o primeiro se refere ao fato de que é um objeto cultural de grande repercussão na América Latina e no mundo e que já foi estudado por

<sup>28</sup>BITENCOURT, Marta Moraes. **As ponderações da Mafalda sobre cidadania e democracia**. Dissertação de Mestrado. Curso de Ciência Política – Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRS. Porto Alegre, 2009. 111p.

<sup>29</sup>GARCIA, Julieta Vilela. **O riso, o humor e o cômico na emergência contemporânea do sujeito mulher: um discurso quadro a quadro de Mafalda e Maitena**. Dissertação de Mestrado. Curso de Letras e Linguística - UFG, 2010. 120p.

<sup>30</sup>SILVA, Eunice Isaias da. **A linguagem dos quadrinhos na mediação do ensino de geografia: charges e tiras de quadrinhos no estudo de cidade**. 1v. 215p. Doutorado. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – GEOGRAFIA, 01/04/2010.

vários pesquisadores, sob os mais diversificados enfoques. Ainda que não seja possível contemplar todos os aspectos que um material tão rico quanto esse pode oferecer, há a necessidade de evitar as *vulgatas* falaciosas que se publicaram sobre o tema. Um aspecto, por exemplo, construtivamente apagado é o fato de que Mafalda não foi produzida durante todo o tempo da ditadura argentina, mas só o seu início, perpassando o tempo do golpe militar de 1966.

O cuidado que devemos adotar para esse estudo é o fato de que a personagem é uma representação artística que dá voz a um autor –compreendido também como uma “função”, um princípio de regularidade – que, por sua vez, inscreve-se numa dada formação discursiva. Esse jogo de representações projeta certos imaginários da constituição das tiras jornalísticas sobre o que é “criança”, o que é “menina”, o que é “mulher”, o que é “comerciante” e, finalmente, o que tais vozes podem e devem enunciar no que diz respeito ao autoritarismo e a democracia. Analisamos rapidamente uma série de tiras com o objetivo de apresentar o *corpus*, as personagens que os compõe e, brevemente, o entorno sócio-histórico e ideológico que compõe as condições de produção.

## PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA ANÁLISE DE DISCURSO

*Conhecimento passado também não é simplesmente marca, vestígio, pois estas são coisas presentes, não passadas.*

*Louis Althusser*

A base teórico-metodológica de nosso estudo é a AD de filiação francesa, inaugurada por Michel Pêcheux (2009 [1988]) e trazida para o Brasil por Eni Orlandi (2002 [1992]; 2010 [1999]), na década de 1970. Além desses autores, utilizamos estudos realizados por Maria Cristina Leandro Ferreira (1994), Milton José Pinto (2002), Belmira Magalhães (2003) e Bethania Mariani (2003; 2006; 2008).

Sendo assim, este capítulo destina-se à apresentação e ao aprofundamento dessa teoria. A AD de orientação francesa constitui-se em uma combinação teórico-metodológica, dessa forma, procuramos, ao longo deste trabalho, utilizar tal combinação na análise do *corpus*. A opção por esse procedimento justifica a presença de algumas tiras nesse capítulo, que auxiliam na localização histórica da produção dos discursos e contribuem para a explicação da teoria.

### 2 PARA ENTENDER A TEORIA

No início de seus estudos em AD, Michel Pêcheux abordou as teorias interpretativas de discursos que pareciam cristalizadas pela transparência da linguagem e afirmou que, ainda que o enunciado seja o mesmo, este pode representar diferentes sentidos para cada indivíduo. Os vácuos na interpretação dos discursos observados por ele deram sustentação à disciplina de entremeio, que buscou sua base teórica em três pilares: o Materialismo-Histórico, compreendendo as formações sociais e a teoria das ideologias; a Linguística, com a teoria da sintaxe e da enunciação e; a Teoria do Discurso, que compreende a teoria da determinação histórica dos processos semânticos. Esses três campos do conhecimento são atravessados e articulados na psicanálise, pela teoria da subjetividade. (PÊCHEUX e FUCHS, 1993 [1990], p. 163-164).

Os autores reforçam que, ainda que haja relações proximais com as disciplinas antes mencionadas, a AD está interessada no Materialismo-Histórico que concerne à superestrutura ideológica, que, para Althusser (1970, p. 53) está vinculada aos “aparelhos ideológicos do Estado”. Segundo esse autor, “Na ideologia, o que é representado não é o sistema das relações

reais que governam a existência dos indivíduos, mas a relação imaginária destes indivíduos, com as relações reais em que vivem”. (ALTHUSSER, 1970, p. 82). Nessa relação, os sujeitos estão assujeitados a determinado lugar que, ainda que pareçam ser de sua livre escolha, se devem às “relações de classes”, que determinam o espaço a ser ocupado pelo sujeito.

Essas relações deram a Pêcheux (2009[1988], p. 53) a defesa de que todo enunciado pode tornar-se outro, deslocar-se discursivamente de seu sentido. É, portanto, ancorado nessa premissa, que o presente estudo busca, nos pressupostos teóricos da AD, os elementos para verificar os efeitos de sentido materializados nas tiras da *Mafalda*, focalizando o que concerne à democracia e ao autoritarismo.

As publicações (tiras) a serem analisadas foram produzidas pelo cartunista Joaquin Salvador QUINO Tejón, o Quino, durante um período de instabilidade política e também econômica, que ocorreu na Argentina e em vários outros países da América do Sul, compreendido entre os anos de 1964 e 1973.

## 2.1 Análise de Discurso Francesa: das condições de produção aos efeitos de sentido

Neste subcapítulo procuramos fazer uma relação entre a teoria e a prática. Nosso objetivo é dar ao leitor os esclarecimentos sobre a AD de orientação francesa. Essa teoria está dividida em três fases, nas quais seu precursor, Michel Pêcheux, após revisitar os primeiros escritos, fez algumas considerações. Primeiramente, na Análise Automática do Discurso (AAD-69), ele pretendia tornar a metodologia de análise rígida, automática, mas reconheceu que, dessa forma, as palavras retiram o sentido da posição social daqueles que as proferem. Tal conceito parte dos estudos de Michel Foucault:

Eis a hipótese que gostaria de apresentar essa noite, para fixar o lugar – ou talvez o teatro muito provisório - do trabalho que faço: **suponho que em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.** (FOUCAULT, 1996 [1971], p. 8-9, grifos nossos).

A retomada à teoria de Foucault faz-se necessária pela razão de que quem centraliza os enunciados em nosso *corpus*, na composição dos sentidos, é a representação de uma criança, a Mafalda, que ora se acredita ingênua (tamanhos os absurdos do mundo), ora se acredita sarcástica – eis os dois efeitos prioritários do *corpus* de análise. Assim, os sentidos se materializam na língua, ainda que diferentemente para cada sujeito do discurso.

As representações das diferentes personagens, observadas no capítulo anterior, trazidas por Quino no tomo *Toda Mafalda*, situam os enunciados em determinado local, o que dá o contexto extralinguístico da situação de enunciação e as *condições de produção*. A partir de determinada condição é que a produção do(s) sentido(s) se materializa, podendo ser reproduzida infinitas vezes por diferentes sujeitos, pois a “condição última da produção é, portanto, a reprodução das condições da produção” (ALTHUSSER, 1970, p. 9). Com esta afirmação, o autor abre os possíveis desencadeamentos que um enunciado pode produzir, em termos de sentidos.

A natureza do sentido, segundo Pêcheux (2009[1988], p. 83-84) parte das diferenças ideológicas que se desenvolvem a partir da unidade da língua, constituídas por contradições existentes nos processos discursivos quando inscritas nas *relações de classe*. Portanto, a oposição explicação/determinação, que compreende o lógico-linguístico nos processos discursivos, é que conduz à natureza do *sentido* pela perspectiva *materialista do discurso*. Assim, a relação entre língua e ideologia se explica ao conceber a língua como um sistema (nos termos de Saussure) de “relativa autonomia”, de relativa neutralidade. Essa língua, no jogo discursivo, investe-se de ideologias, produzindo efeitos de sentido, possíveis em determinada Formação Discursiva, para determinado sujeito do discurso (PÊCHEUX, 2009[1988], p. 82-84).

Tendo a língua como opaca, na perspectiva da AD, o sentido é fruto de efeitos de sentido: “Na análise do discurso procura-se compreender a língua **fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico**, parte do trabalho social geral constitutivo do homem e da sua história” (ORLANDI, 2013 [1999], p. 15, grifos nossos). Essa opacidade faz com que o uso da língua não consiga traduzir todo o complexo sistema de significações por sua superficialidade, é preciso verificar de onde ele surge, é preciso buscar na relação entre a história e o “sujeito-de-direito” o “eu sou realmente eu” (PÊCHEUX, 2009[1988], p. 145), que decide o lugar ocupado pelo sujeito e que determina “*o que é*” e “*o que pode ser*” (idem, p. 146, itálicos do autor), para se chegar ao conhecimento do todo significante. É preciso ir da história para a língua e vice-versa. Buscar, no dito, o já-dito, o onde, o como e o porquê foi dito. É não esquecer nem da história, nem da psicanálise, duas bases da AD, que fazem com que o sujeito signifique.

A análise do *corpus* desta pesquisa partirá da perspectiva, em que os sentidos enunciados, se manifestam a partir do seu lugar de produção – a saber, a Argentina de 1964 a 1973 – período que coexiste, em parte, com a ditadura militar, e as tiras, que



produzem/reproduzem discursos outros, tal como naquele período em meio a tantas barreiras sociais, possibilitam falar sobre democracia, criticar o sistema político e enunciar o autoritarismo presente naquela sociedade fazendo enlaces com outros movimentos. Aparentemente inocentes, as personagens abordam assuntos polêmicos, de interesse social, não apenas local (Argentina), mas mundialmente contextualizado, em seus diferentes contextos.

É nessa sociedade, com tais questões político-sociais, que surgiram os primeiros questionamentos em AD francesa e é sobre a relação que a língua tinha com os movimentos sociais que Pêcheux (1990 [1982], p. 11) explica que as revoluções socialistas visavam à divisão da sociedade fundada no Direito, em particular sob a difusão da Língua Nacional. Assim, enquanto a burguesia proclamava o ideal de igualdade frente à língua, impondo uma desigualdade real do ensino, o proletariado experimentava a ilusão do movimento popular, pois, pela ideologia jurídica, há “*uma barreira política invisível*” entre essas duas classes. Pela linguagem, a burguesia oculta decisões importantes, mascarada por trás de um discurso democrático. (PÊCHEUX, 1990 [1982], p. 11, itálicos do autor).

A fala de Pêcheux está relacionada às revoluções socialistas do século XIX e, ainda que ele fale mais precisamente da Europa, não foi diferente na América do Sul, já que nesse continente os dominadores eram europeus. Portanto, segundo uma das bases da AD francesa, os sujeitos aqui analisados, se constituem ideologicamente enquanto representantes da cultura europeia e dos seus princípios sócio-históricos.

Desse modo, ao analisarmos a relação sujeito-sentido, salientamos que esta se dá, então, em um ato de escolhas do que pode e deve ser dito, ao mesmo tempo em que a linguagem produzida pelo sujeito não é senão a materialização deste(s) sentido(s), carregada de sentidos outros. Esses diversos sentidos, por sua vez, se produzem no interdiscurso e são retomados para constituir uma formação discursiva, produzida das relações sociais e histórico-ideológicas do sujeito enunciador.

Ao estudarmos os sentidos dos enunciados, compreendemos a teoria da AD, não como análise do conteúdo, mas sim, como sendo a linguagem vinculada aos efeitos de sentido na materialidade da língua, presentes nos discursos das tiras. Para Orlandi (2010, p. 16) a AD tem por objeto o sócio-histórico, refletindo como está materializada a linguagem na ideologia e como esta se manifesta na língua.

A perspectiva da AD francesa implica em analisar também a exterioridade do *corpus*, ou seja, as condições de produção dos dizeres materializados nos enunciados. Quino criou a

personagem Mafalda na década de 1960, época de movimentos políticos e intervenção militar na Argentina. Caso a voz que anunciava as mazelas do sistema fosse a dele – a formação discursiva de um cidadão argentino adulto – poderia sofrer represálias em função daquele momento histórico. Porém, ao representar pelo imaginário de crianças, a personagem Mafalda e seus amigos, os discursos, analisados desta perspectiva, possivelmente serviram como um escape para as coerções submetidas em um período de interdição de sentidos: a ditadura militar.

Mafalda e sua turma enunciam o imaginário popular, interpelados ideologicamente por fatores político-sócio-históricos. Ainda que o sistema da língua seja considerado o mesmo para todos os sujeitos, a compreensão, a subjetivação, é individual. E, mesmo que o suporte linguístico do *discurso* seja o mesmo, comum para os *processos linguísticos*, a língua se apresentará de maneira diferenciada em cada discurso (PÊCHEUX, 2009[1988], p. 81).

Pêcheux afirma também, que esse fato produz a oposição *concreto/abstrato* – sem sobrepor-se à oposição *discurso/língua*. Ele cita Stalin (id., *ibid.*, p. 83), para quem esse processo linguístico tende a recolocar o idealista na noção de fala e o antropologismo psicologista ligado a ela sobre a questão *língua/luta de classes* onde aborda “*a questão da diferença/não diferença*” pelas práticas de classes e não pelas condutas. Essa diferença se dá porque o *processo discursivo* se inscreve numa relação ideológica das classes que, nas tiras analisadas, se manifesta como uma estrutura de contato a serviço dos povos. Assim, a comunicação deixa de ser superfície para trazer à tona os sentidos ali enunciados.

Partindo desse pressuposto, acordamos que na época da ditadura militar a democracia era um desejo político porque poucos tinham o poder e o acesso à educação. A liberdade era comedida e as benevolências estavam relativamente direcionadas para a elite política, da qual eram excluídas as pessoas da classe popular. Em relatório da ONU sobre as democracias da América Latina há uma breve explicação sobre a liberdade na democracia, onde se expõe que

não há problemas com a democracia, mas há problemas na democracia. Para resolvê-los, é indispensável fazer uso do mais precioso instrumento que ela nos oferece: a liberdade. **Liberdade para discutir o que perturba, o que alguns prefeririam que ficasse oculto.** Liberdade para dizer que o rei está nu e procurar compreender por quê. **Liberdade para saber por que um sistema que é quase sinônimo de igualdade convive com a mais alta desigualdade do planeta; para saber se o que discutimos é o que precisamos discutir ou o que outros nos impuseram, para saber quais são nossas urgências e prioridades** (PNUD, 2004, p. 22, grifos nossos).

Assim como traz a citação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento PENUD (2004) vimos que a democracia na América Latina foi podada em seu pleno direito: a liberdade. As barreiras sociais e culturais transformam em conhecimento comum aquilo que é uma repressão, e essa passa a ser naturalizada, sem que muitos dos afetados se sintam prejudicados por determinadas ações praticadas pela cultura elitizada.

Bourdieu fala sobre a influência da cultura dominante e acrescenta que essa

**contribui para a integração real da classe dominante** (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); **para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto a desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas;** para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções. (BOURDIEU, 1989, p. 11, grifos nossos).

A distinção entre uma classe social e outra, não é apenas uma questão de *status*, mas um conjunto complexo de poderes. Daí, em muitos casos, a preocupação da elite em deixar claro quem manda e quem deve obedecer. Desse princípio, entendemos que naquele período os industriários e os políticos (representantes de militares) eram os que detinham o poder, ditavam as regras e se beneficiavam das riquezas nacionais, além de se valerem do trabalho de cidadão de classe média e baixa, como afirmado em Galeano (2011, p. 284). Só teria poder quem fizesse parte desse círculo. Está cristalizado o discurso, entre as classes sociais, de que há que se obedecer e respeitar a hierarquia. Tudo foi dito por tanto tempo que se tornou verdade, está legitimada tal diferença.

Para compreendermos as questões abordadas acima, chamamos para o diálogo Orlandi (2002 [1992], p. 105-106) que propõe um estudo sobre o silêncio em uma acepção contrária a do senso-comum, o qual é definido como a ausência de palavras. O silêncio é, para Orlandi (ibid., p. 100), a contraposição do real da língua: não é porque não é verificável na superfície linguística que não faça sentido. Para a autora, as formas do silêncio, ao elucidar a questão da “censura ou a recusa de se submeter a ela” (id., ibid., p. 97-98), possibilitam uma leitura polissêmica, ou seja, dizer de formas diferentes para ter o mesmo sentido e de formas iguais para obter sentidos diferentes.

Na política do silenciamento proposta por Orlandi (2002 [1992], p. 104-105), constitui-se o que se pode chamar de censura, sob a perspectiva do discurso, uma interdição de sentidos. Nesse caso, a tomada de uma pequena garota, em uma época em que as mulheres não tinham participação sócio-política (imaginário de pureza máxima: é criança e é mulher),

serve como válvula de escape para a difusão de certos discursos –não possíveis em outras situações –, como pretendemos verificar na análise.

Orlandi (2002 [1992], p. 107-109) complementa os apontamentos sobre a teoria ao afirmar que a constituição determina a formulação. Há um trabalho de memória, de interdiscurso, que atravessa o enunciado, o intradiscurso, determinando-o. Pêcheux propõe algumas ponderações acerca do conceito de FD formulada por Foucault (1996 [1971], p. 42-43), que relacionam as questões de metáfora e metonímia e do interdiscurso, abordadas por meio das análises de sequências discursivas que apresentam os discursos.

Desses exemplos, conclui Pêcheux (2012 [1984], p.152), que “a referência discursiva já é construída em formações discursivas [...]”, não podendo, então, “ser considerada originária” por *circular* entre diferentes regiões de discursos. É claro que esse não é um processo transparente e que a ideologia (materializada ali) não seja passível de falhas. O próprio sujeito, em sua constituição, deve esquecer-se que não é a fonte dos sentidos para atuar como sujeito-de-direito.

## 2.2 A teoria no corpus

Na tira a seguir, Mafalda simula ser a estátua da liberdade. Um dos sentidos possíveis para esse enunciado é de que a menina faça alusão a uma liberdade forjada. Ela faz uma leitura de que a liberdade é constituída de luz, de claridade, o que não é possível vivenciar no seu espaço social.

**Figura 13 - Liberdade(SD06)**



QUINO (2012, p. 221)

**Felipe:** Que vais fazer, Mafalda? / **Mafalda:** Brincar de liberdade.

**Felipe:** De liberdade? Como? **Mafalda:** Assim...Com uma lâmpada queimada na mão direita...e um livro de contos na esquerda.

Retomamos as construções do discurso e voltamos a falar no período de governo militar, em quem muitas das ações dos cidadãos são medidas e acompanhadas pelo Estado. Sendo assim, contestar a liberdade pode ser traduzido como ato de confrontar o sistema que, sendo opressor, pode investir contra as ações praticadas, o que impede, muitas vezes, que as pessoas se permitam exteriorizar suas vontades. Na SD06, a tão esperada liberdade, oriunda dos movimentos sociais que possibilitaram o envolvimento na política fez-se, como diz o enunciado de Mafalda, uma “lâmpada queimada” e um “conto de fadas”.

Na história da estátua da liberdade, a tocha na mão direita está acesa, é o símbolo da liberdade, para Mafalda, no entanto, a lâmpada queimada pode remeter à denúncia de que a liberdade, naquele momento, está apagada, foi derrotada pelo autoritarismo e pela dependência. “Brincar de liberdade” é o que faziam os governantes, naquele período, em relação aos cidadãos argentinos, que não disfrutavam do direito de serem livres, pois são submetidos ao cumprimento das leis ditatoriais – um livro de contos – que justifica os governos ditatoriais com o discurso de reestabelecer a democracia.

Quando Mafalda enuncia o “Brincar de liberdade”, também pode produzir sentido ao que se entende sobre a liberdade dos EUA, onde está situada a Estátua da Liberdade e, dessa forma, relacionar aquilo que se cristalizou como sendo um país livre. Não depender, em muitas situações, do que é estrangeiro, sobretudo do que vem do próprio EUA, país que muito apoiou os governos ditatoriais, não apenas na América Latina, mas também em outros países do mundo, em tese, é uma forma de liberdade. Esse fato nos faz pensar na materialização dos sentidos emergentes do discurso da menina, o que, para a AD, são estruturados mediante as condições de produção (fatos da história) que os germinam.

De fato, um dos sentidos sobressalientes no discurso de Mafalda está na aparente diferença de seriedade com que os EUA tratavam sua liberdade e a forma contrária com que a essência da palavra liberdade foi moldada na Argentina. Sobretudo naquele período, com o descaso político e o não desenvolvimento em relação à dependência econômica e estrutural de países estrangeiros, como já mencionado na contextualização histórica. Assim, temos na FD representada por Mafalda, a denúncia de que não há previsão de luz, de mudança para uma liberdade que, na prática, não se concretiza.

Vale ressaltar que a liberdade cristalizada para o restante do mundo, sobre a forma política e social adotada nos EUA, não necessariamente era fato, já que nesse período, e até os dias de hoje, ainda há muitos problemas sociais naquele país, dentre eles o preconceito e injustiças de toda a ordem. A independência aqui citada pode ser pontuada na esfera política

internacional e, inclusive, na superioridade econômica a que se encontravam os EUA. Temos, em Mafalda, um sujeito-de-direito que enuncia um sujeito ideológico, afetado por situações históricas e por ditos naturalizados como verdades. Outro sentido possível é o fato de a própria estátua da liberdade estar sendo colocada em xeque, já que quem enuncia – uma menina – está, o tempo todo, atravessada por diferentes dizeres.

Para Pêcheux (2009[1988]) a FD é determinada pela formação ideológica (FI), ou seja, “a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de ‘luta de classes’, determina *o que pode e deve ser dito*” (PÊCHEUX, 2009[1988], p. 147, itálicos do autor). A FD materializada na tira produz um efeito humorístico, mesmo que as personagens não riam. A forma de abordar a questão da liberdade como produto de uma sociedade, automaticamente se faz materializada no contexto em que se chama de livre, e por isso é humor aquilo que não é fato.

Se há, nesse discurso, um pedido de liberdade: entendemos que, nos interdiscursos sobressai a ideia de que a Argentina quer ser livre igual, aparentemente, são os EUA. Essa abordagem à situação de liberdade da Argentina produz uma ligação ideológica representada na FD defendida por Mafalda que remete às características dos governantes daquela época. A leitura desse processo, segundo Pêcheux (2009[1988]), está a cargo das FDs, que representam na linguagem, as Formações Ideológicas (FIs). Sobre esses conceitos, o autor explicaque

*toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas.* (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 147, itálicos do autor, grifos nossos).

As FIs, no entanto, não são nem individuais, nem universais, ainda que pareçam ser, mas um emaranhado complexo de representações (PÊCHEUX e FUCHS, 1990 [1982]), que dão ao sujeito o direito de apropriar-se do que é tido como de todos sem, no entanto, perceber que está interpelado por essas formações ideológicas. Nesse contexto, salientamos que é preciso conhecer a história e o sentido que a linguagem faz dela para que ela consiga se manifestar. Pêcheux, no entanto, explica que a questão da Ideologia está ligada ao

meio de designar, no interior do marxismo-lenismo, o fato de que **as relações de produção são relações entre “homens”, no sentido de que não são relações entre coisas, máquinas, animais não-humanos, ou anjos: nesse sentido e unicamente nele:** isto é, sem introduzir simultânea, e subrepticamente, uma certa idéia de “o homem”, como antinatureza,

transcendência, sujeito da história, negação da negação, etc... (PÊCHEUX, 2009[1988], p. 137-138, itálicos do autor, grifos nossos).

Na AD, a linguagem “não procura atravessar o texto para saber qual o sentido que há do outro lado. A questão que ela coloca é: como este texto irá significar?” (ORLANDI, 2013 [1999], p. 17). Dessa forma, o motivo que movimenta a análise não considera a linguagem como transparente, mas possível de evidenciar vários sentidos, a considerar as condições de produção de onde o discurso foi concebido: “A compreensão procura a explicitação dos **processos de significação** presentes no texto e permite que se possam “**escutar**” **outros sentidos** que ali estão, **compreendendo como eles se constituem** (ORLANDI, 2013 [1999], p. 26, grifos nossos). Em *Mafalda*, os discursos circulam entre o enunciado e o não-enunciado – pelo texto –, mas que significa, por meio do silêncio, por não poder dizer, assim,

**a censura** tal qual a definimos **é a interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas**, isto é, proíbem-se certos sentidos porque se impede o sujeito de ocupar certos lugares, certas posições. Se se considera que o dizível define-se pelo conjunto de formações discursivas em suas relações, **a censura intervém a cada vez que se impede o sujeito de circular em certas regiões determinadas pelas suas diferentes posições** (ORLANDI, 2002 [1992], p 107, grifos nossos).

Orlandi (2002 [1992], p. 107) sublinha que a censura deve ser considerada como um ato heterogêneo, já que pode partir de diferentes instituições. Em *Mafalda*, os enunciados representam tanto a voz dos oprimidos, como a dos opressores. Por questões históricas eles aparecem parafraseados. A liberdade de enunciar abertamente as questões políticas, de forma a se fazerem claras e visíveis, não obriga o sujeito a se autocensurar, mas a conhecer os limites de o que se pode ou não se pode dizer, “são sentidos historicamente dizíveis, mas proibidos”. (ORLANDI, 2002 [1992], p. 109).

Naquele período, a política, assim como a economia, era ditada pelos estrangeiros. O povo até poderia mencionar o ‘aqui’ e o ‘lá’, ou não aceitar que as coisas fossem assim, mas nem todos se manifestavam contra tal condição de submissão. O que vemos no discurso anterior de *Mafalda*, então, são citações de como a liberdade é, em alusão à repressão, escondida por trás dela mesma.

Outro fator abordado nas tiras de *Mafalda* é a importância que tem o que é estrangeiro, diminuindo o que é nacional, como podemos constatar abaixo.

Figura 14 - Identidade (SD07)



(QUINO, 2012, p. 97)

**Felipe:** Adeus, meninas!

**Susanita e Mafalda:** Adeus, Felipe!

**Mafalda:** Este Felipe é muito bom, não?

**Susanita:** É de grande aceitação na Europa e nos Estados Unidos?

**Mafalda:** Por que isso agora?

**Susanita:** Porque NADA é bom, se não é de grande aceitação na Europa e nos Estados Unidos.

A tira enuncia a FI que interpela Susanita pelo viés do poder e do status, o domínio econômico e social do mundo dito desenvolvido, como Europa e EUA. Esse assujeitamento à FD que representa as exigências estrangeiras de qualidade mostra evidências da superioridade de quem coordena o mundo dos negócios. Ao falar sobre poder, Coracini (2007 [2004], p. 17) se refere ao discurso como *instrumento de poder*. Ela explica que, mesmo que o discurso sirva como *lugar de poder*, também é o *lugar da resistência do sujeito* frente à imposição deste mesmo poder. Forma-se a identidade do sujeito pelo poder e por resistir a ele. (CORACINI, 2007 [2004], p. 17).

Enquanto no enunciado aparecem dois sujeitos atravessados ideologicamente por FDs diferentes – uma de concordância e apoio ao que é estrangeiro e outra de valorização do que é nacional – como resistências, ambos formam sua identidade da sua relação com o *Outro*. Assim, temos sujeitos interpelados ideologicamente que ganham forma pelo olhar do outro:

**Sujeito da linguagem para Lacan, lugar ou função discursiva para Foucault**, em ambas as visões, embora com pressupostos diferentes, o aspecto social se faz presente: **o sujeito é também alteridade**, carrega em si o outro, o estranho, que o transforma e é transformado por ele. (CORACINI, 2007 [2004], p. 17, grifos nossos).

E continua:



[...] **se o sujeito é um lugar no discurso**, heterogêneo na sua própria constituição e, por isso mesmo, fragmentado, cindido, o indivíduo (indiviso, uno) **é um produto de exercício de poder disciplinar**, daquilo que Foucault (1975) denomina tecnologias de controle, totalidade ilusória que **constitui o imaginário e, como tal, a identidade do sujeito**. (CORACINI, 2007 [2004], p. 17, grifos nossos).

O sujeito, em suas FIs, constituído por meio de interdiscursos, o que Pêcheux (2009[1988], p. 149) explica como “o todo complexo com dominante”, que se manifestam nas FDs, materializam os discursos carregados de sentidos. Seja enquanto sujeito ilusório uno ou enquanto representante/membro de determinada esfera social, cada um está, todo o tempo, representando determinada FD, e nela está(ão) materializada(s) a(s) ideologia(s) que representa(m).

Em *Mafalda*, temos personagens distintos, com ideias e ideais diferentes, situados em diferentes FDs, como apresentado no estado da arte e na análise das tiras. Ainda que considerado o fato de que vivam na mesma época, cada um fala de seu lugar próprio e suas FIs retomam sentidos diferentes, por serem constituídos em distintas FDs. Cada palavra produz efeitos de sentido diversificados em cada enunciado, para cada um dos sujeitos do discurso. Assim, permeando os interdiscursos, a presença do sujeito enunciadador produz, de forma subjetiva, a materialização de sentidos, não pelo que representa enquanto sujeito-de-direito, mas pelos traços ideológicos que carrega e pela polissemia de sentidos que produz/reproduz no seu discurso.

O discurso, por sua vez, empenha-se em observar como ocorre o encontro entre língua e ideologia e os sentidos que esses representam por ou para o sujeito (ORLANDI, 2013 [1999], p. 22). Ideologia é, neste contexto, não a Ideologia de classes sociais, caracterizada por ideias comuns, mas “a fixação de um conteúdo, pela impressão do sentido dito literal, pelo apagamento da materialidade da linguagem e da história, pela estruturação ideológica da subjetividade” (ORLANDI, 2012c [1996], p. 22). O sentido não está no sujeito, está na FD, na retomada do já-dito por meio do interdiscurso.

Em relação aos vários sentidos, esses se dão pela captação que se percebe nos discursos, as características utilizadas para fazer com que o sujeito se aproprie do sentido esperado, “Poder-se-ia objetar que o sentido do todo contém um pensamento como parte [...]” (FREGE apud PÊCHEUX, 2009[1988], p. 145), que discursa e argumenta que todo o sentido tem por parte um pensamento anterior, algo que alguém já disse, alguém já pensou, produziu significado a partir daquele enunciado. Quando Pêcheux (2009[1988], p. 85) faz a reflexão sobre os pensamentos fregeanos, chama a atenção para o conhecimento anterior, base da

compreensão do discurso, o que levará o sujeito a elaborar suas memórias dando outro(s) sentido(s) a algo que já lhe é íntimo. Entendemos, assim, que o discurso nunca é novo, mas emana do já-dito e caracteriza um complexo funcionamento da memória (ORLANDI, 2013 [1999], p. 30) que está, a todo o tempo, resgatando um discurso já-dito, em determinada “relação de classes”. Nos discursos analisados, tanto a democracia quanto o autoritarismo são retomados em *pré-construídos*, “aquilo que todo mundo sabe”, isto é, aos conteúdos do “sujeito universal”, suporte da identificação e àquilo que todo mundo, em uma “situação” dada, pode ser e entender, sob a forma de evidências do “contexto situacional”. (PÊCHEUX, 2009[1988], p. 158-159, realces do autor). O que se estabelece como pré-construído é, assim, teorizado por Pêcheux:

o **“pré-construído”** corresponde ao **“sempre-já-aí”** da interpelação ideológica que fornece-impõe a “realidade” e seu “sentido” sob a forma da universalidade [...] ao passo que a **“articulação”** constitui o sujeito em sua **relação com o sentido, de modo que ela representa, no interdiscurso, aquilo que determina a dominação da forma-sujeito.** (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 151, grifos nossos).

A articulação entre o que é real e os sentidos que pode significar constituem, portanto, o sujeito ideológico, a forma. Para explicar as evidências dos discursos em *Mafalda* e as questões sociais daquela época ditatorial, nos amparamos em Pêcheux e Fuchs (1993 [1990], p. 168), que relacionam a “relação de classes” como uma FI, constituinte de várias formas de expressão e de conflito entre uma classe e outra, naquele contexto situacional. Nesse sentido, como não se pode identificar nem discurso nem ideologias, sem considerar o todo complexo que os envolve, figura este deslocamento como *espécie discursiva* pertencente ao *gênero ideológico*, ou materialidade ideológica. Essa, composta por várias FDs, determina o que pode e deve ser dito, segundo as condições de produção a que está submetido o sujeito, que é interpelado pelas FIs das “classes” (PÊCHEUX e FUCHS, 1993 [1990], p. 168-170).

O enunciado questionador de *Mafalda* “Por que isso agora?” sobre a posição ideológica de Susanita, produz um deslizamento discursivo contra a política atual, representante da elite social e dos interesses dessa classe, que defende critérios de crescimento, desenvolvimento e relações humanas a partir de um lugar de poder, delimitando as relações de *classes*. O *não-ditona* superfície do enunciado ganha forma pela paráfrase, “a matriz do sentido” (PÊCHEUX e FUCHS, 1993 [1990], p. 168), refletindo a desnecessária comparação, realizada por Susanita, do que é argentino com o que é importado.

Nesse aspecto, Pêcheux e Fuchs (1993 [1990]) reforçam que há *ideologias dominantes* que produzem as formações discursivas *historicamente* relacionadas às diferentes condições de produção. De acordo com os autores, aí é que habita um dos grandes problemas dos marxistas: “caracterizar as fronteiras reais dos objetos reais que correspondem aos conceitos introduzidos” (PÊCHEUX e FUCHS, 1993 [1990], p. 168).

Ao abordar o uso dos elementos ideológicos não-discursivos, Pêcheux (2009 [1988], p. 161-162) discursa sobre a forma como uma dada FD é interpelada pelas questões exteriores, provocando duas ilusões: a ilusão – esquecimento nº 1 (E<sub>1</sub>) – que consiste na ideia de apagamento do sentido original do discurso e faz com que o sujeito entenda ser seu o que enuncia, esse esquecimento é da ordem do inconsciente, e a ilusão – esquecimento nº 2 (E<sub>2</sub>) – na qual, ainda que o sujeito pense estar produzindo seu próprio sentido, a produção desse é uma seleção no “interior” da FD ao qual ele está assujeitado, o que o faz pensar que o que enuncia só poderia ser dito daquela maneira. Ocorre, dessa forma, a *ilusão de estar na fonte do sentido* – relativo ao *par individualidade/universalidade* (PÊCHEUX e FUCHS, 1993 [1990], p. 176-177, itálicos do autor).

Dessas considerações, conclui-se que está resolvido o problema da distância entre processo discursivo e formulação-lógica, já que se explica a necessidade de considerar tanto as questões semânticas, quanto as referências externas. Portanto, mesmo que o sujeito entenda ser sua uma ideia, um pensamento, ou um discurso final, ele está subjetivado a outros discursos que agem, ideologicamente, produzindo o sentido que se revela no sujeito, materializando um *outro* discurso, porque “não há discurso sem sujeito, nem sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido”. (PÊCHEUX, 1975apud ORLANDI, 2013 [1999], p. 17). Althusser (1970) explica a questão da ideologia dizendo que

a categoria de sujeito é constitutiva de toda a ideologia, mas ao mesmo tempo e imediatamente acrescentamos *que a categoria de sujeito só é constitutiva de toda a ideologia, na medida em que toda a ideologia tem por função (que a define) <<constituir>> indivíduos concretos em sujeitos*. É neste jogo de dupla constituição que consiste o funcionamento de toda a ideologia, pois que **a ideologia não é mais que o seu próprio funcionamento nas formas materiais da existência deste funcionamento** (ALTHUSSER, 1970, p. 94, itálicos do autor, grifos nossos).

A ideologia é exterior ao indivíduo. Ela constitui o sujeito, mas de fora para dentro, e não ao contrário. O autor complementa, que o “homem é um animal ideológico” (id., *ibid.*, p.

94) e que, por isso, age interpelado ideologicamente, passando de indivíduo concreto para sujeito ideológico. Pêcheux (2009[1988], p.159) chama a atenção ao fato de o sujeito, por ser sempre já assujeitado ao pré-construído, evidenciar o que é determinado pelo contexto situacional, se colocando como “sujeito universal” e assumindo o que todo mundo já disse, o que é de conhecimento de todos – universal – e, portanto, é real em seu imaginário.

Em *Mafalda*, temos discursos produzidos a partir de um momento histórico que transformou e marcou uma sociedade, um país, a saber, sob um período ditatorial (aqui delimitado entre 1966-1973), que, de forma autoritária, mascara uma democracia ilusória. Os sentidos produzidos nessas condições de produção se materializam nos enunciados, ainda que o sujeito não tenha a intenção de se relacionar com dada situação: “os sentidos não estão só nas palavras, nos textos, mas na relação com a exterioridade, nas condições em que eles são produzidos e que não dependem só das intenções do sujeito” (ORLANDI, 2013 [1999], p. 30), por serem interpelados ideologicamente pelas condições de produção ali estabelecidas (as regras, as crenças, etc.). Assim, ao analisarmos um enunciado, nos detemos no contexto, ou melhor, nas condições de produção, que permitem apreender os sentidos ali materializados.

Sobre esse processo em particular, podemos tomar a pichação no muro, partindo desses dois proponentes explicativos: a pichação é o suporte do significado. É algo visível, que mostra o enunciado. No entanto, o significado está no que não se pode verificar no visível, é o que está além desse entendimento, está na interpretação do contexto e das bases que permitiram que algo fosse dito, se materializasse.

Pêcheux (2012 [1982], p. 165), ao escrever sobre as questões de noção de metodologias e tratamento textual, teoriza que nenhuma resposta explícita preexiste à questão, portanto há que considerar três pontos de ordem teórico-metodológicos. O 1º refere-se à noção de leitura, em que o sentido de um texto, frase e, no limite, de uma palavra, só existe em função de outros textos, que constituem o contexto. Assim, a palavra *censura* se relaciona à ditadura militar, vivenciada na forma de corte que há na escrita no muro e no imaginário da personagem Mafalda. A análise de discurso cerca o sentido de uma sequência discursiva, por meio da substituição, comutação e paráfrase. “Chega de censura” tem muitos outros sentidos: é pedir para ter liberdade de expressão, para poder atuar igualmente na política e na sociedade. Tantos sentidos, quantos são possíveis aos sujeitos do discurso. Não ditos que se materializam oportunizando outros sentidos, outra formação discursiva, que emergem daquele momento ditatorial (1966-1973). O 2º versa sobre a “estrutura dos dados” ou a construção do *corpus*, que se apresenta de forma heterogênea. Não é um banco de dados, mas um sistema

diversificado e contraditório de informações. O discurso se materializa no enunciado provocando a reflexão do dito que se espalha em sentidos outros. Já o 3º trata do estatuto do “enunciado” que, segundo Pêcheux (2012 [1982], p.166) corresponde a um campo amplo de informações não apenas factuais, mas em enunciados, no mínimo, parcialmente opacos ou ambíguos, que devem ser observados como uma série de mudanças de níveis sintaticamente recuperáveis. Mafalda, assim, enuncia da voz de uma criança, pelo uso constante de paráfrase, que retoma os pré-construídos e interdiscursos, provocando a materialidade de outros sentidos, que não são homogêneos, mas carregados de ambiguidades.

Na SD08, Libertad e Mafalda falam sobre a relação de obediência e dependência que vivia a Argentina em relação à Europa e aos estadunidenses.

**Figura 15 - Democracia, autonomia e identidade (SD08).**



(QUINO, 2012, p. 529)

**Libertad:** Meu pai disse que nosso problema é que aqui a gente vive imitando o que está na moda na Europa ou Estados Unidos. Mas que por sorte a solução é muito simples: temos que começar a ser como nós e não como os europeus ou os norte-americanos, porque a eles não lhes importa nada sobre nós... E isso é o que temos que fazer, sermos nós como eles são, que só se ocupam deles, porque o dia que nós deixarmos de imitá-los e começarmos a ser como eles, vamos começar a ser como nós.

**Mafalda:** Sim, por sorte a solução é muito simples.

**Libertad:** Isso!

A FD a que Libertad está assujeitada enuncia a necessidade de criar uma identidade para o povo argentino. Não percebe que, ao querer ser igual aos EUA e a Europa, está constituindo uma ideia de identidade igual a deles, seu enunciado mascara, por paráfrase, o assujeitamento ideológico do sistema político e social daqueles países. No entanto, sua razão se firma no pensar que estar à mercê dos desmandos socioculturais de outros países não favorece a Argentina. É preciso desvencilhar-se dos laços de dependência que existe entre o estrangeiro e o nacional. Produz sentido referente ao poder ser semelhante aos outros países,

recupera uma ideologia de liberdade, ilusória, que favorece a conquista de sua própria identidade, sua forma de significar para o mundo. De ter controle sobre, no mínimo, suas ações e decisões sócio-políticas. Para a FD a que está subjetivada Libertad, a Argentina somente terá sua própria identidade e será autônoma em suas atividades quando deixar de querer ser igual aos outros países e construir sua história, considerando aquilo que lhe é importante e necessário. A FD de Mafalda confirma o enunciado de Libertad, ironizando a facilidade em conseguir tal conquista: o de libertar-se do domínio estrangeiro. No enunciado de Mafalda, supõe-se que hajam pré-construídos em relação ao que se sabe sobre ser diferente, mas igual a eles. Os intradiscursos que permeiam essa FD retomam a ideologia formada por meio do processo histórico que determina a dependência da Argentina pelos países estrangeiros, inclusive nas esferas ideológicas.

Os não-ditos que submergem no enunciado, ainda enunciam a troca de favores, no jogo de poder, na cedência e clemência entre a necessidade de um ao outro e vice-versa, produz vínculos de união que, após concretizados, assinados e assumidos, criam laços reais e imaginários. A intenção de construção de uma identidade própria da Argentina fica comprometida em função dos vínculos ao passado, que a independência não conseguiu deixar para trás. São construções históricas que se transformam em pré-construídos, discursos referentes ao entendimento sobre de onde vem tal discurso, de onde parte a essência dos sentidos aí manifestados. Para a AD, não perguntamos o porquê de estar dito, mas *como* algo foi dito. A ideia é analisar o funcionamento discursivo por meio da abordagem de como ele está materializado, considerando a teoria de Pêcheux (2012 [1984], p. 151-152) de que a linguagem não é transparente, que somos sujeitos assujeitados sócio-histórica e ideologicamente, e que é na linguagem que materializamos os sentidos.

Nosso empreendimento supõe, parece-me, **levar a sério a noção de *materialidade discursiva*** enquanto nível de existência sócio-histórica, que não é nem a língua, nem a literatura, nem mesmo as “mentalidades” de uma época, mas que **remete às condições verbais de existência dos objetos** (científicos, estéticos, ideológicos...) **em uma conjuntura histórica dada.** (PÊCHEUX, 2012 [1984], p. 151-152, itálicos do autor, grifos nossos).

O autor propõe avançar na interpretação do sentido, saindo da noção de sentido literal para a compreensão da materialidade de sentidos pelo viés das condições de produção destes, ou seja, pela conjuntura histórica a que está ligada esta *materialidade discursiva*. Para ele, é preciso “retroceder até a questão *da produção discursiva do sentido de um enunciado*” (PÊCHEUX, 2012 [1984], p. 152-153, itálicos do autor), para que se possa compreendê-lo.

Essa problemática é que nos faz entender o sujeito do discurso não apenas por seu atual momento histórico, mas por todas as interpelações ideológicas a que está subjetivado.

Só há relação entre significado e significante no cerne de uma formação discursiva, um recorte da memória. O significado é tomado como não meramente relacionado ao símbolo, ou ainda ao objeto, mas ao dizer e ao como se diz, respeitando o fato de que podemos ou não dizer algo, considerando o lugar de onde se fala. Desse pressuposto, em virtude da exigência do entendimento, procuramos uma base sobre a qual (como é da exigência da esfera científica) se possa fixar um entendimento que norteará nossas análises.

Sobre a necessidade de se conhecer o “lugar discursivo”, Pêcheux e Fuchs (1993 [1990]) afirmam que o discurso é justamente a relação dos efeitos de sentido entre os interlocutores, que representam lugares determinados na estrutura social. Constitui-se, assim, o sujeito dividido, nem empírico, nem não-coincidente, mas assujeitado, pois é interpelado e dominado pela língua e pela história.

**Podemos agora precisar que a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina** (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apoia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (sob sua dupla forma, descrita mais acima, enquanto “pré-construído” e “processo de sustentação”) **que constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, são reinscritos no discurso do próprio sujeito.** (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 163, itálicos do autor, grifos nossos).

Temos, então, a língua como materialidade dos efeitos de sentido nos processos discursivos. O discurso, por sua vez, se organiza em forma de referências ou na ausência delas numa situação de enunciação, desde que o sujeito experimente subjetivamente sua ligação com os eixos de tais referentes, fortalecendo uma estabilidade para que não ocorra abalo na estrutura da linguagem.

Afirmamos, dessa forma, que o estudo do texto, pelo viés da AD, compreende em seus mecanismos a intenção de captar o que é dito e o que não é dito no enunciado, considerando toda uma história que perpassa sob as condições de produção do discurso do sujeito. Por isso dizemos que quando se fala em analisar um discurso, não se está falando em compreender o que o texto diz em si, mas compreender o sentido do dito. Assim, o discurso empenha-se em observar como ocorre o encontro entre língua e ideologia, e os sentidos que esses representam através ou para o sujeito. (ORLANDI, 2013 [1999], p. 17).

Na discussão sobre língua, ideologia e discurso, Pêcheux e Fuchs (1993[1990], p. 177) abordam as particularidades dos dois esquecimentos, mencionados anteriormente. Segundo os autores os dois diferem porque o sujeito pode penetrar conscientemente no E<sub>2</sub>(ilusão de apropriação do enunciado), mas o mesmo não é possível no E<sub>1</sub>(da ordem do inconsciente). Assim, o sujeito entende como consciente o que, em tese, é um efeito ideológico proporcionado pelas formações discursivas que partem dessa retomada num processo histórico de construção de sentidos, pois considera que “a ideologia é constitutivamente inconsciente dela mesma”. (PÊCHEUX E FUCHS, 1993[1990], p. 177). Há, aí, um jogo do *consciente/inconsciente* e o aparecimento da *interpelação-assujeitamento*, pela existência de um *Outro* responsável por essa relação. Este *Outro* é o externo, aquilo que o assujeita ideologicamente. Na tira abaixo, podemos observar a existência do discurso do *Outro* atravessando o imaginário de Mafalda.

**Figura 16** - Exílio e o governo (SD09)



(QUINO, 2012, p. 555)

**Mafalda:** Proponho que este governo que formamos seja um governo no exílio.

**Manolito:** Um governo o quê?

**Mafalda:** No exílio, Manolito, no exílio!...

**Manolito:** E o que quer dizer isso?

**Mafalda:** Eu sei lá! Mas dá muita força formar um governo no exílio.

Por ser a FD dada pelo que é exterior, ela é “*aquilo que aí é estritamente não-formulável, já que a determina, e [...] não poderia ser confundida com o espaço subjetivo da enunciação, espaço imaginário que assegura ao sujeito falante seus deslocamentos no interior do reformulável [...]*” (PÊCHEUX E FUCHS, 1993[1990], p. 177-178, itálicos dos autores), destarte a oposição dos dois esquecimentos, E<sub>1</sub> e E<sub>2</sub>, está em que “o não afirmado precede e domina o afirmado” (id., ibid., p. 177-178). Temos, então, os sentidos dos enunciados de um sujeito, refletindo suas memórias, que se constitui em um sujeito que é “uma posição material



linguístico-histórica produzida em meio ao jogo e contradições e tensões sócio-ideológicas”. (MARIANI, 2003, p. 61).

Se o enunciado menciona o exílio, materializa o sentido do poder pela opressão, pela falta de liberdade, pelo conflito entre classes e pelo autoritarismo, que justifica a fuga de políticos para o exterior, sem poder voltar ao seu país, para não sofrer as penalizações aplicadas pelos ditadores. Mafalda aborda a questão de um novo governo, um governo que cause preocupação para o que é atual, que seja forte, que ganhe *status* perante a sociedade. Há, na razão de se opinar de que formar um governo no exterior tem mais vigor, uma resposta à cumplicidade entre os que estão fora do país e os militantes que ficaram. Há a necessidade de se cumprir objetivos, de continuar realizando ações que os que não estão presentes fariam, porque

**o fenômeno de exílio político deve ser compreendido no marco de um conjunto de tensões superpostas.** Tensões ideológicas dentro da organização política, com os militantes que ficaram no seu país, com as missões que deviam realizar no exílio etc. Mas também outra questão que deve ser levada a termo refere-se às famílias e relacionamentos constituídos no exterior. (FIUZA; BOHOSLAVSKY, 2012, p. 27, grifos nossos).

Mafalda não sabe por que está dizendo o que diz, assume que não sabe, mas seu ideológico fornece arquivos (CORACINI, 2007 [2004], p. 16) que lhe permite dizer ou não, e materializar os sentidos produzidos em relação ao poder e influência dos que estão no exílio. É um resgate da força popular retomada pelos arquivos que compõem a FD que a assujeita. “[...] quanto mais assujeitado ao Outro, mais o sujeito se empenha em ter êxito no domínio das posições discursivas presentes nesse seu discurso comum”. (MARIANI, 2003, p. 70).

Nesse enlace, podemos buscar a compreensão de o que se faz objetivo e o que está subjetivo em determinado discurso. Para Magalhães (2003, p. 75), toda a *práxis* do ser humano está relacionada à subjetividade e à objetividade. Segundo essa autora, as duas categorias são autônomas, mas nem por isso podem ser pensadas separadamente. O sujeito sai do que é objetivo para o plano subjetivo a fim de adentrar em situações históricas nas quais está inserido, construindo outro(s) sentido(s) na formação do discurso. Assim, dizemos que as personagens em *Mafalda* enunciam discursos outros, que já foram ditos e que retornam pelo complexo da memória discursiva, explicada por Pêcheux como o que

face a um texto que surge como acontecimento a ser lido, vem restabelecer os **'implícitos'** (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita:

**acondição do legível em relação ao próprio legível** (PÊCHEUX, 2010 [1983], p. 52, grifos nossos).

Se o sujeito está vinculado aos acontecimentos passados, também esses significam, de alguma forma, no presente. E também significaram ao longo do tempo, em pleno movimento. Pêcheux (2012 [1984]) discute as questões filosóficas, que têm o sujeito como origem, fonte do sentido e sublinha as dificuldades que surgem quando a lógica separa os resíduos exteriores e quando se integra o mundo das fórmulas e o mundo das metáforas. Pêcheux apresenta o sujeito como *assujeitado ao discurso*, passando da noção de subjetividade ou intersubjetividade à de assujeitamento. O autor completa afirmando que “o efeito-sujeito aparece então como o resultado do processo de assujeitamento e, em particular, do assujeitamento do discurso”. (Id., *ibid.*, p. 156).

Pêcheux afirma, ainda, que o interdiscurso é o princípio do funcionamento da discursividade, “[...] *porque* os elementos da sequência textual [...] podem ser importados [...] de uma sequência pertencente a *uma outra* formação discursiva [...]” (id., *ibid.*, p. 158, *itálicos do autor*). Já a metáfora, por sua vez, se faz *perturbadora*, pois pode tomar “a forma de lapso, ato falho, do efeito poético, do Witz ou do enigma” (p. 160). Para o autor, para intervir na metáfora, que pode tornar um sentido ilusório, quando compreendido em seu sentido exposto, usa-se a metonímia, que “apareceria como uma tentativa de ‘tratar’ esta perturbação” a “ferida” está no fato de que “não é o sujeito humano que é o motor da história, a história é um processo sem sujeito nem fim(ns), na preocupação de curar a ferida em questão, ou de anular seus efeitos”, e acrescenta que há que se curar da “irresistível tendência” ao narcisismo teórico. (PÊCHEUX, 2012 [1984], p. 160-161).

Frente aos procedimentos adotados para analisar as questões discursivas, cabe aqui lembrar que as circunstâncias existenciais, sejam de ordem natural ou científica, servem de base para a AD, fator fundamental para compreender o sentido do discurso. Através das experiências adquiridas nos diferentes processos, o sujeito entende o que, para ele, será o real sentido, ou a ele caberá as possíveis ou prováveis conclusões e conceitos, revelando-se, assim, a materialização do discurso.

Em tese, a luta social sempre precisou de mais. Nesse e em outro tempo sempre foi e, ainda é preciso fazer significar um novo sujeito, mas como, se a luta é heterogênea? Quantos sujeitos são possíveis? Quando, nas tiras de *Mafalda*, os discursos trazem as questões políticas, percebemos o jogo de relações e a cumplicidade que há entre os membros engajados em determinada ação. É nítido que quem fica precisa fazer algo pela causa.

A rigor, esta perseguição política que produz o exílio não atingiu unicamente os militantes, afinal, **a resposta das ditaduras foi infinitamente mais violenta do que os riscos objetivos que poderiam advir da oposição política.** (FIUZA; BOHOSLAVSKY, 2012, p. 21, grifos nossos).

Ainda que a ditadura mais severa tenha ocorrido após o ano de 1976, também ocorreram, na Argentina, exílios de muitos civis após o golpe militar de 1966.

O que podemos entender entre o enunciado na tira de Mafalda e na expressão de Fiuza e Bohoslavsky (2012) é que ainda que muitos militantes tenham se refugiado ou exilado, os que ficaram e que estavam ligados a determinada causa, ainda que não soubessem como fazer, tinham um compromisso ideológico com o prosseguimento da luta, de maneira que o governo seria atingido, se soubesse que poderia haver reorganizações nesses espaços. O fato é que, na AD, os sujeitos se mostram e se escondem no enunciado. Não é possível compreender o sujeito apenas observando a superficialidade da língua, porque um texto não é puro, provém de outros, de uma mistura de discursos, de já-ditos. As nuances de um texto podem ter múltiplos sentidos, para Pinto, “todo texto é híbrido ou heterogêneo quanto à sua enunciação, no sentido de que ele é sempre um tecido de ‘vozes’ ou citações, cuja autoria fica marcada ou não, vindas de outros textos preexistentes, contemporâneos ou do passado”. (PINTO, 2002, p. 31). Assim, vemos em *Mafalda* uma herança cultural, memórias que se manifestam nas tiras de humor, que figuram na heterogeneidade discursiva, possível de ser verificada quando considerada as condições de produção dos enunciados.

O estudo discursivo visa pensar o sentido dimensionado no tempo e no espaço das práticas do homem, descentrando a noção de sujeito e revitalizando a autonomia do objeto da Linguística (ORLANDI, 2013 [1999], p. 16). É fato que uma FD não se produz, se alimenta ou se sustenta por ela própria. O hábito de assumir para si dizeres está relacionado aos esquecimentos aos quais os sujeitos estão acometidos. Esse fator ocorre sob o efeito do social interpelado pelo sujeito ideológico, que inconscientemente está subordinado às duas ilusões, o  $E_1$  e o  $E_2$ . Assim, a forma-sujeito representa a superfície do discurso, onde o enunciado mascara o  $E_2$  e o sujeito pensa ser consciente do seu dizer (esse é um efeito ilusório). A retomada de diferentes já-ditos, reorganizados conforme a posição social e ideológica que o sujeito de direito ocupa, produz outro discurso, com outros sentidos, independentes.

Conforme Pêcheux (2009[1988]), o  $E_1$  e  $E_2$  fazem com que o sujeito-de-direito entenda ser seu todo o discurso, esquecendo-se que é interpelado ideologicamente. O fato é

que as personagens de *Mafalda* trazem representações de sujeitos interpelados por ideologias a todo o tempo, e, sobre isso, explica Mariani (2006):

**A interpelação produz assujeitamento** e isso ocorre em qualquer época histórica, em quaisquer que sejam as condições de produção, pois resulta da inscrição do sujeito no simbólico e, ao mesmo tempo, produz como resultado que **esse sujeito afetado pelo simbólico, expresse a sua subjetividade na ilusão de autonomia e de ser origem do seu dizer.** (MARIANI, 2006, p. 30, grifos nossos).

Amparados na citação de Mariani (2006), relatamos que os sujeitos do discurso, representados pelo enunciado do sujeito-de-direito, são interpelados ideologicamente e, ilusoriamente, acreditam ser possuidores da origem dos seus enunciados. Então, considerando *Mafalda* como representante política do imaginário social, parte de um povo, compreendemos que está assujeitada à FD representativa da luta de classes decorrente daquela época, que critica a cultura de ser oprimido e dependente, tendo naquele momento históricos sujeitos que lutavam para conquistar sua liberdade, participação efetiva na política e direitos iguais aos homens em todas as esferas. O assujeitamento, nessa perspectiva, é correspondente à submissão às leis, que vigoravam independentemente de governo ou partido político, sobre o modo de agir dos sujeitos, mantendo-se como manda a sociedade, em sua função social. Isso é, por vezes, ficar indiferente aos acontecimentos, já que se naturalizam dizeres que, por não poderem/serem questionados, continuam significando no imaginário social.

Quando analisamos um texto, independente da forma como ele se apresenta, deparamo-nos com a necessidade de saber quem está falando. Para Pêcheux (2009[1988], p.155), o discurso vem de outro, não é puro, ainda que a ilusão do sujeito esteja em acreditar que é a origem de seu discurso. Essa consideração faz voltarmos para a base da constituição dos fatores que embasam a forma-sujeito, lembrando que o sujeito-de-direito é o que assume uma função, um determinado *status*, um lugar na história, na sociedade e, o sujeito ideológico, corresponde aos atravessamentos ideológicos ao que o mesmo está subjetivado (ALTHUSSER, 1996 [1994], p. 136 - 137). As FIs se formam pelo contato social identitário do sujeito com outros sujeitos que, no contexto histórico a que pertencem, sofrem interferências ideológicas materializadas na linguagem, que para a AD não é transparente. Então, para percebermos o que é significativo para o sujeito, é preciso verificar no *sempre-já* do discurso, que é do domínio do inconsciente, mas que não se desprende do dizer e se faz presente, significando.

*Os significantes aparecem dessa maneira não como as peças de um jogo simbólico eterno que os determinaria, mas como aquilo que foi ‘sempre-já’ desprendido de um sentido: não há naturalidade do significante; o que cai, enquanto significante verbal, no domínio do inconsciente, está ‘sempre-já’ desligado de uma formação discursiva que lhe fornece seu sentido, a ser perdido no *non-sens* do significante. (PÊCHEUX, 2009[1988], p. 164-165, itálicos do autor, grifos nossos).*

Todo discurso, ainda que apresente efeitos de sentido diferenciados, evidencia um outro dizer, que é retomado pela memória discursiva, definida por Pêcheux como um “corpo sócio-histórico de traços discursivos” (PÊCHEUX, 2012 [1990], p. 145), e deve ser levado em conta quando da análise discursiva, assim como a presença de um discurso outro, ou seja, da heterogeneidade. Destarte, ainda que o dizer seja assumido por um sujeito, não sabemos, na superfície do dizer, de onde ele foi enunciado.

A questão do assujeitamento, nomeado por Althusser (1996 [1994], p. 132-133), provocou o questionamento de o que ele estaria fazendo com a “luta de classes”, já que esse autor afirmava que o sujeito era apenas um “suporte” para a Ideologia dominante e que agia inconscientemente. Pêcheux, em estudo posterior sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE), buscou retificar a imagem anterior e caracterizou a luta ideológica de classes como *reprodução/transformação* das relações de produção existentes.

Dessa forma, o sujeito, sempre que interpelado ideologicamente, produz falhas. O lapso e o ato falho do ritual têm relação com o *sempre-já* aí; origem não detectável da resistência e da revolta. A ordem do inconsciente não coincide com a ideologia, o recalque não se identifica nem com o assujeitamento nem com a repressão. O inconsciente não é a fonte da ideologia dominante, ela tem origem na “luta de classes”.

Análises de Foucault (1996) colocam à mostra o processo de individualização-normatização que assujeitam os corpos e asseguram materialmente a submissão dos dominados. Esse conceito traz uma contribuição importante para as lutas revolucionárias, mas as torna obscuras, ficando imprescindíveis os pontos de resistência e as bases da revolta de classe. Pêcheux (2009[1988], p. 279) afirma que isso impede de operar uma distinção “coerente e consequente” entre os processos de assujeitamento humano e de domesticação animal. Esse biologismo, sem considerar a causa, faz com que não ocorra a revolta sistematizada. Acrescenta que “como não poderia haver a ‘revolução dos bichos’ também não poderia haver extorsão de sobre-trabalho ou de linguagem” (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 279) no reino animal. O autor faz duas reflexões: se a revolta está ligada à extorsão do sobre-trabalho, é porque a luta de classes é o motor da história contemporânea; se a revolta é

contemporânea à linguagem, é porque sua própria possibilidade se sustenta na existência de uma divisão do sujeito, inscrita no simbólico e, mesmo que essas duas “descobertas” não possam se fundir, elas se representam politicamente. Para Pêcheux (2009 [1988], p. 279), o momento de uma descoberta tem a ver com o desequilíbrio de uma certeza.

Ao pensarmos as tiras de *Mafalda* como uma possibilidade para entender como a democracia era enunciada em um período dito ditatorial, na Argentina, nos anos de 1966 a 1973, olhamos para o *corpus* com a sutileza de perceber personagens que assumem papéis de sujeito-de-direito. Constituem-se, assim, como cidadãos anônimos ou não, de lugares diferentes, de posições sócio-históricas diferentes. Há uma diversidade de discursos que são retomados e postos em contraposição, dependendo de quem é o sujeito que fala e de que lugar inconsciente ele enuncia. É a busca da compreensão desse jogo discursivo, dessa polissemia imensurável que permite, no uso de metáforas, em forma de paráfrases, fazer conhecer ao mundo – não apenas na Argentina - que a linguagem não é transparente e por isso materializa sentidos outros, que se recriam em uma rede discursiva, o tempo todo.

Na sequência desta dissertação, trazemos o *corpus* principal de análise. Por meio dele procuramos compreender como se constituiu a ideia de democracia, enquanto produto sócio-político, em um ambiente regido por leis autoritárias e por princípios herdados de países estrangeiros que, como já verificamos, eram os detentores de grande parte do capital econômico e, também, com grande influência sociocultural.

## PAUSA PARA UM DEDO DE PROSA COM MAFALDA

*Não creio que possamos alterar coisa alguma nesta vida. Mas posso imaginar pequenos nódulos de resistência brotando aqui e ali...pequenos grupos de gente que se reúne, e vão crescendo, e deixando algumas notas, de modo que a geração seguinte possa continuar a obra.*  
George Orwell

Este capítulo está destinado às análises do nosso *corpus* principal. Primeiramente, retomaremos alguns dos pontos essenciais para a compreensão de como trabalhar a teoria como método de análise. A princípio, é importante ressaltar que após nossa trajetória neste estudo, resta-nos exteriorizar que a AD tem suas artimanhas para nos prender a ela. Como afirma Orlandi (2013 [1999], p. 73), o sujeito está para o discurso da mesma forma que o autor está para o texto, numa relação de assujeitamento. É quando sua interpretação está também assujeitada às condições de produção do discurso para compor um novo, com possíveis desdobramentos de sentidos. Pensando por essa concepção, entendemos que o sujeito-pesquisador deve se manter o menos subjetivo possível, focar sua análise justificando-a com a teoria para saber como os discursos se materializam e nisso está a clara evidência de que esse processo não se dá pelo seu conhecimento, mas pelo dito pelo sujeito do discurso (2013 [1999], p. 73).

Colocando-nos como sujeito-pesquisador, passíveis de falhas e assujeitados às condições de produção da nossa análise, apresentamos uma breve explicação da importância da seleção de nosso *corpus*, de como foram pensados e traçados os objetivos e a forma teórica-metodológica que utilizamos. Compreendemos que a AD de filiação francesa é adequada para a análise do referido objeto de estudo, pois ela compreende três pontos fundamentais para a formação discursiva: a linguística, a história e a psicanálise. (PÊCHEUX, 2009 [1988]).

Durante todo o percurso deste texto trouxemos tiras para auxiliar o leitor na compreensão daquilo que propomos para a realização deste trabalho: a articulação entre a opção teórica e metodológica na análise dos enunciados. Neste capítulo, especificamente, pretendemos aprofundar essa relação por meio das tiras da *Mafalda*. As subcategorias da democracia, trabalhadas no primeiro capítulo, deram suporte as nossas análises. As reflexões desenvolvidas, apresentadas a seguir, embasam a produção das considerações finais desta dissertação.

### 3 DO CORPUS

O *corpus* principal deste estudo é composto por 14 tiras da *Mafalda*, as quais trazem enunciados que revelam sutis conexões com os movimentos políticos do momento histórico em que ocorreu o golpe militar na Argentina e a sucessão ditatorial, época em que o mundo estava em constantes guerras e períodos de instabilidade. Nessas tiras percebemos a abordagem de questões relacionadas à democracia e a presença, ainda que velada, do autoritarismo.

Ao atentarmos para a leitura *docorpus* específico, apreendemos possíveis sentidos sobre o tema principal e sua relação com outros temas que chamamos de subcategorias da democracia<sup>31</sup>. Essas subcategorias são analisadas como instrumentos que permitem, ou não, que a democracia se concretize. Seriam condições necessárias para o desenvolvimento democrático, fatores esses importantes de serem analisados, em especial, em um período ditatorial (1966-1973), em que essas garantias não estavam postas efetivamente. Além das subcategorias, esclarecemos que alguns derivados de democracia são abordados nas análises e incorporam o *corpus*, como o ato democrático, o sistema democrático e o regime democrático.

Observamos que essas questões são pontos modais no estudo, já que temos como problema a constituição dos discursos sobre democracia nas tiras do cartunista argentino Quino, que retrata aspectos da sociedade e da política mundial. Demonstramos nosso interesse pela Argentina, em especial nas tiras produzidas no período de instabilidade política nesse país, concomitante a um recorte do período de golpes militares seguidos de ditaduras em alguns países da América Latina, incluindo nosso país de estudo. Constatamos, no desenvolver da análise, que o tema democracia é fato recorrente em *Mafalda*, justamente por sua ineficácia, o que levou o povo, muitas vezes, a protestar contra os governos. Esses fatores, burlando a censura, foram reproduzidos por Quino nas tiras humorísticas.

Sobre Quino, vale ressaltar que sua preocupação maior eram as questões humanitárias, sua razão política estava em querer um mundo mais humanizado, característica bem delineada e abordada por *Mafalda*, sua anunciante principal. Porém, ainda que os enunciados da menina tenham burlado a censura, naquela época de ditaduras, Quino se pronunciou dizendo que o

meu melhor aliado fui eu mesmo, porque **deixei de dizer muitas coisas que queria e não se podia dizer**. Desde que cheguei a Buenos Aires com minha

---

<sup>31</sup>Discussão apresentada no Capítulo 1 deste trabalho.



pastinha (1954), me disseram que não podia fazer desenhos sobre militares, sobre a igreja, o divórcio, a moral. Então **me acostumei a desenhar coisas que me permitiam**. (QUINO, 2014, p. 01, grifos nossos).

Mesmo com a interdição de sentidos, por conta da censura, a representação do imaginário social da Argentina, por meio da comicidade reflexiva em *Mafalda*, se tornou possível e atemporal. Isso se deu em virtude da abrangência de situações que se encerram e recomeçam no país e no mundo, denotando possíveis efeitos de sentido e comprovando que em todo lugar, onde houver uma comunidade, haverá uma organização política e, nela, similaridades e diferenças, ideais distintos, parte do mesmo e do diferente, tão presentes nas discussões aqui apresentadas.

Esses fatores foram determinantes para outro dos nossos objetivos, o de situar as condições de produção das referidas tiras (ditadura militar) nos anos acima citados, o que nos permitiu perceber sentidos nos enunciados analisados. A partir da localização do discurso na história, discutimos em que medida a interdição de sentidos, promovida pela ditadura militar, provocou deslocamentos no processo discursivo das tiras. Compreendemos que os discursos se alinham com a ideia de que, em uma democracia, há que se distribuir de forma igualitária, ao mesmo tempo em que se permite a busca individual pelo diferente. Quiçá, por isso, ela seja tão complexa e tenha tantas razões para existir e se recriar.

Assim, pensando a democracia em nossas análises propostas, consideramos o enunciado como materialização de sentidos e o sujeito do discurso histórico, social e descentrado, que não tem controle sobre seus ditos. As formas como a linguagem, o inconsciente e a história o subjetivam, não o permitem ter domínio sobre seus dizeres, além de proporcionar que o sentido seja diferente para diferentes FDs em que os sujeitos estão subjetivados, por meio do conceito de universalização de saberes e suas verdades, o pré-construído. Pretensiosamente, o sujeito assume ditos, ideais, pensamentos e ações como sendo de sua formação individual/restrita e de sua autoria. Por não poder ter controle sobre seus dizeres, ainda que pense ter, cada sujeito se afirma em pré-construídos, algo que já se constituiu enquanto ideológico e que é retomado para compor a noção de sentido real.

Dessa forma, considerando a articulação como dominação da forma-sujeito, como diz Pêcheux (2009 [1988], p. 151), é que se pretende, neste estudo, dar enfoque ao discurso enquanto efeitos de sentido, ponto de ebulição para a compreensão social. A intenção é, a partir dos enunciados, chegar ao entendimento de como ocorre a materialização dos sentidos sobre o ato democrático e a resistência/permanência do autoritarismo, quando esse se fizer

presente, como forma de quebra do entendimento que se tinha e que ainda permanece, sobre a soberania da democracia.

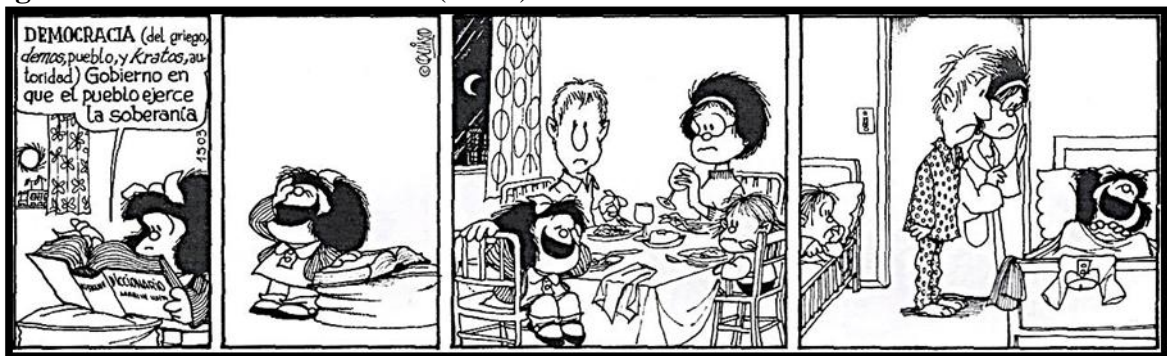
O *corpus Mafalda* foi escolhido para este estudo por trazer à baila uma das questões mais presentes na atualidade: a efetivação da democracia como direito de soberania popular nos governos e no dia-a-dia. Por meio dessa discussão e análise, visamos compreender como os sentidos sobre democracia se materializam, enunciadas por vozes de crianças, em um tempo de ditaduras, ocupando um espaço mundial, atravessando fronteiras territoriais e, principalmente, ideológicas.

### 3.1 Do discurso democrático ao autoritarismo: alinhem as armas

Nas SDs analisadas a partir deste subcapítulo, pela interpretação à luz da AD francesa, focaremos nos sentidos produzidos nos enunciados, que revelam que a opacidade da língua atravessa as fronteiras do ideológico, denunciando e disseminando, na voz das personagens em *Mafalda*, as peculiaridades do tema democracia e sua concepção ideológica, enquanto sistema político, no momento histórico dado (1964-1973) na Argentina.

Na tira apresentada a seguir, a pequena Mafalda referencia a oposição do dizer do dicionário em relação ao termo democracia. A designação do significado se refere a uma democracia em que o povo exerce a soberania. Porém, ao retomar as memórias discursivas de como é conduzido o governo naquela época, ela tem como reação um riso incontrolável.

**Figura 17** - Uma tal democracia... (SD10)



(QUINO, 2012, p. 425)

**Mafalda** (lendo em voz alta – sozinha): DEMOCRACIA: (do grego *demos*, povo, e *kratos*, autoridade) governo em que o povo exerce a soberania. / (Muitos risos de Mafalda). / **Hora do jantar**: (Mafalda continua a rir, e a família não entende nada; demonstra preocupação). / **Hora de dormir**: (Todos estão curiosos, preocupados com o riso incontrolável da menina).

Na SD10, primeiramente há uma reflexão por parte da Mafalda em relação ao que lê e ao que compreende sobre democracia, criando um elo interdiscursivo, uma retomada de memória. Para Pêcheux (2010 [1983], p. 52), a memória discursiva emerge dos discursos transversos, e possibilita a produção de sentidos sobre o *não-dito*. Em relação à família de Mafalda, vale salientar que eles não entendem a reação da menina por não terem conhecimento sobre a situação anterior a que ela foi acometida e, por não conhecerem qual o contexto, nem o motivo que gerou tal reação. Sendo assim, se mantêm afastados de qualquer tipo de ação, mostrando-se fora da situação.

Para Mafalda, no entanto, há dois discursos distintos: a prática da democracia e o significado, dito literal, dessa palavra. Ela não associa o referenciado no dicionário ao contexto de prática política daquele momento. Acha cômico, ao ler o que está escrito, compreender que, naquele momento histórico, a prática da democracia tinha outra figuração, a de que não é o povo que exerce a soberania, mas sim, que vive sob um regime em que os governos são autoritários, sem que os cidadãos atuem de forma participativa nas decisões de interesse público.

Mafalda, na maioria das tiras, se mostra subjetivada a uma FD ativista, com ideais contrários ao sistema que exclui a maioria (povo), demonstrando preferência às questões voltadas aos menos favorecidos. Para tanto, fundamenta suas críticas na humanização social por meio de uma estrutura que beneficie às minorias. É possível verificar que ela está assujeitada a uma FD que vislumbra uma democracia diferente da que parece estar sendo aplicada, o que a impulsiona a reagir de tal maneira.

Decorrente de uma retomada de memória, a análise do que já se sabe em relação à sociedade e à submissão da mesma em relação ao domínio ideológico, citado por Althusser (1996 [1994], p. 133), o enunciado funciona como materialidade discursiva, trazendo para reflexão o que está *implícito*, no entrelaçar da memória discursiva. Quando o estudo de um texto se dá de forma direta, observando o conteúdo explícito, corre-se o risco de não compreender o enunciado ou, não compreender os sentidos ali materializados, porque nem tudo o que está escrito de fato é o dito, e muito do que não está escrito pode ser recuperado pelos discursos-transversos na formação discursiva, materializados no discurso. Daí a necessidade de compreensão da formação histórica dos processos de produção utilizados para compor o enunciado. Fenômeno que observamos no riso incontrolável que acomete Mafalda, devido à descoberta de que a teoria não corresponde à prática.

Cabe lembrar, como salienta Orlandi (2013 [1999], p. 32), sobre o fato de os já-ditos sustentarem os sentidos que possam surgir em novos discursos ao considerar a relação ideologia e sujeito. É, justamente, por Mafalda estar em uma FD politizada que sua reação é automática e crítica. O riso de Mafalda se espalha por um contexto histórico complexo. É um fio do discurso implícito que se alastra em risos, denunciando o que ideologicamente ela entende como inverdades. Em Foucault (1986) podemos compreender essa diferença do implícito no dito, quando ele explica a necessidade de reconhecer o enunciado para que seja possível verificar os sentidos:

Ora, por mais que o enunciado não seja oculto, nem por isso é visível; ele não se oferece à percepção como portador manifesto de seus limites e caracteres. **É necessária uma certa conversão do olhar e da atitude para poder reconhecê-lo e considerá-lo em si mesmo.** (FOUCAULT, 2008 [1969], p. 126, grifos nossos).

De Orlandi (2010), com a afirmação de que há sempre um já-dito e esse sustenta outros dizeres, e de Foucault (2008 [1969]), ao chamar a atenção para a forma de olhar para o enunciado e seus implícitos, chegamos à subjetividade que, embora individual, torna o sujeito assujeitado às condições de produção, como ilusoriamente dono de seu próprio mundo. Nesse mundo único – inconscientemente subjetivado às ideologias – cada um vive suas emoções, sentimentos, pensamentos, interpelado por outros, como se fossem seus. E, é através dessa esfera que, no anonimato, criam-se seus métodos de relacionamento com o mundo exterior.

Mafalda, ao trazer para o seu contexto o que no senso comum se entende por democracia, mesmo que em algum outro lugar ela seja conduzida de forma a efetivar a ideia de um governo igualitário, percebe que isso não se concretiza no seu espaço social: a Argentina nos anos de ditadura militar (1966 - 1973). Então, não seria possível significar, em um momento de interdição de sentidos, um enunciado que não está contemplado no imaginário real do sujeito.

Esse agravante interfere na compreensão do enunciado que coloca a palavra ‘democracia’ como um marco de igualdade para todos, é a sua forma de significar. Segundo Foucault (2008 [1969]), todo enunciado precisa ser interpretado e averiguado nos fundamentos de sua origem. É preciso buscar os possíveis sentidos materializados no discurso, além dos significados e significantes utilizados para fazê-lo ser. Isso faz com que outros sentidos sejam produzidos, por meio do conhecimento histórico. Pêcheux (2009 [1988], p. 271) afirma que a “forma-sujeito do discurso [...] realiza o *non-sens* da produção do

sujeito como causa de si sob a forma de evidência primeira”, ou seja, o contrassenso do inconsciente nunca é inteiramente recoberto, o tempo de produção e do produto não é o mesmo, o que faz com que ele volte sempre no sujeito e no sentido que nele pretende se instalar (Id., Ibid., p. 277).

O dito “governo em que o povo exerce a soberania” é a razão de ser em uma democracia, segundo o próprio enunciado. O eixo perfeito para as lutas sociais da época contra o autoritarismo ditatorial que se instalou, acompanhando os presidentes militares que assumiram o poder; bússola para as reivindicações sociais, organizadas pelo povo, trabalhadores e ativistas, que buscavam participação efetiva na política e também reivindicavam melhores condições de trabalho e valorização do nacional. Mesmo assim, com o poder que a democracia dava ao povo, eram soberanas as grandes investidas dos países estrangeiros que, em troca, ditavam suas regras, o que fez com que esse sistema governamental não imperasse, e a luta interna não se concretizasse.

É assim que Pêcheux (2009 [1988]) coloca a história como fator determinante na construção das memórias discursivas que surgem embrionadas nas formações ideológicas:

*Em um momento histórico dado, as “formas ideológicas” em presença cumprem, de maneira necessariamente desigual, seu papel dialético de matéria-prima e de obstáculo com relação à produção dos conhecimentos, à prática pedagógica e à própria prática política do proletariado (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 74, itálicos do autor, grifos nossos).*

Para Pêcheux (2009 [1988]), as FIs, impostas ou assumidas por determinado grupo, fazem a diferença na hora de compreender as significações do discurso a partir do explícito. Isso permite averiguar os possíveis sentidos, compreendendo o subjetivo praticado por meio da transferência de conhecimentos e pensamentos ideológicos vivenciados por determinado grupo social ou por cada sujeito. Para Althusser (1996 [1994]), o sujeito desconhece o caráter ideológico praticado, ao mesmo tempo esse autor diz que as formações ideológicas nunca se assumem em questão. Pêcheux (Ibid., p. 64) argumenta ainda que, por conta do momento histórico dado, não há equivalência nas ideologias e as formas utilizadas para o dizer e para o não dizer não são homogêneas, pois cada sujeito é único, porém revestido de inumeráveis concepções ideológicas.

Assim, temos a língua como um instrumento para todo o povo, respeitando as mesmas regras, sendo dotado, como afirmou P. Henry, citado por Pêcheux (2009 [1988], p. 81), de ‘relativa autonomia’ e a mesma se materializa quando:

tomamos como ponto de referência a relação explicação/determinação, a fim de estudar a base comum sobre a qual os processos nocionais-ideológicos, por um lado, e os processos conceituais-científicos, por outro, se constituem como processos discursivos. **Esse ponto lógico-lingüístico vai nos conduzir progressivamente – tendo por fio a questão material do sentido – até os fundamentos de uma teoria materialista do discurso** (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 84, itálicos do autor, grifos nossos).

Nas tiras de *Mafalda*, percebemos que os processos discursivos, que constituem os acontecimentos sociais, da religião, da política, da educação, das leis, dos costumes, da cultura e de todos os pressupostos que podem direcionar o pensamento para a materialidade do discurso, estão presentes assujeitando sócio-histórico e ideologicamente tanto a menina Mafalda como as outras personagens.

Esses fatores são buscados, resgatados na memória e é importante saber que, na AD,

**a memória** se remete não a traços corticais *dentro* de um organismo, nem aos traços cicatriciais depositados *sobre* este organismo, nem mesmo aos traços comportamentais depositados *por* ela no mundo exterior ao organismo, mas sim, a um conjunto complexo, preexistente e exterior ao organismo, constituído por séries de *tecidos de índices legíveis*, **constituindo um corpus sócio-histórico de traços** (PÊCHEUX, 2012 [1990], p. 142, itálicos do autor, grifos nossos).

Por meio da explicação de Pêcheux (2012 [1990], p. 142), tratamos da memória no discurso como algo que recupera *traços* sócio-históricos que existem no exterior do organismo, sendo o sujeito subjetivado a esses traços preexistentes. Dessa forma, concebemos a memória como algo concreto, que se materializa na linguagem das tiras por trazer, para o discurso, “traços linguageiros discursivos que formam uma memória sócio-histórica” (PÊCHEUX, 2012 [1990], p. 146), elencados no que podemos entender como legível. É a forma de o sujeito dizer algo que já faz parte da sua história, dos acontecimentos já cristalizados. Assim ocorre a classificação daquilo que é significativo para o sujeito e aquilo que deve ser rejeitado para, na voz de outro, tornar-se um novo discurso, de forma particular, para que no anonimato possa produzir outro sentido, mesmo que inconsciente.

Buscamos, a seguir, compreender a questão da autonomia da língua e sua materialidade discursiva, analisando as posições discursivas de dois personagens, Mafalda e Raquel.

**Figura 18** - Democracia e a relação de submissão (SD11)



(QUINO, 2012, p. 505)

**Raquel:** Está bem! Não toma a sopa: não come a sobremesa!!

**Mafalda:** Não tomo e não tomo! Eu seria alguém desprezível se houvesse algum suborno capaz de fazer-me renunciar aos meus princípios, trair minhas crenças e vender minhas convicções!!

**Raquel:** Panquecas.

**Mafalda:** Tenho nojo de mim, às vezes!!

Na SD11, Mafalda é interpelada por já-ditos que emergem de outro lugar. O repúdio ao fato de dizer ou aceitar o que não está em seus princípios faz com que assuma uma posição que não parece ser de sua vivência. Usa artifícios e palavras que não condizem, a priori, com dizeres – efeitos de sentido – produzidos por uma criança. O hábito de falar o que pensa se constitui em assumir, como posse, uma identidade que pretende ter em si, saída de si, sua, pois se esquece de que o que diz é uma retomada de outros ditos.

O fato de que o sujeito é um locutor de sentidos não garante que ele tenha consciência que seu dizer emerge de outros discursos. Os efeitos de sentido são retomados dos interdiscursos, representam sócio-histórica e ideologicamente seu **compromisso com sua verdade**. (ORLANDI, 2013 [1999], p. 32, grifos nossos). O sujeito não é uma entidade homogênea, exterior à linguagem, que lhe serviria para traduzir em palavras um sentido do qual ele seria fonte consciente.

Isso se dá, no enunciado da SD11, pelo imaginário que se cristalizou historicamente sobre as expressões “suborno”, “renunciar” e “vender convicções”, retomadas por Mafalda e que são comumente relacionadas a questões políticas. Destarte, Mafalda se percebe na incapacidade de dizer não, subalterna a uma ideologia social.

A FD política que assujeita Mafalda não a impede de reagir, oportunamente, como qualquer outro alguém que aceita suborno. Ainda que resista ao assujeitamento não consegue se opor a ele, em detrimento de que a linguagem, o dito, é sempre algo que alguém já disse, em outro lugar, em outro momento.

Pêcheux (2009 [1988], p. 147) afirma que a posição do sujeito é determinada por sua formação ideológica, que materializa o sentido na FD que representa, pois todo sujeito é assujeitado, subjetivado. Nesse jogo discursivo, o ato de um sujeito pensar ser seu um enunciado o faz esquecer-se de sua subjetivação a outros dizeres. Esse processo, para Magalhães (2003, p. 75), tem a ver com a teoria de que toda a *práxis* do ser humano está relacionada à subjetividade e à objetividade. Segundo a autora, as duas categorias são autônomas, mas nem por isso podem ser pensadas separadamente. No enunciado de Mafalda, a singularidade e a universalidade, citadas por Magalhães (2003, p. 75), fazem com que a personagem pense e assuma um dizer (universal) e se repudie, ainda que inconscientemente, do próprio ato (subjetivo).

Tentemos, então, neste momento, reconstituir dois falantes: Mafalda e sua mãe. Situemos, primeiramente, a representação da mãe, na figura de Raquel. Ela representa a segurança familiar. Historicamente, tem-se o conhecimento de que o *sujeito-de-direito*, posto na sociedade com um nome, uma profissão, uma função, conforme Althusser (1996, p. 136-137) é o que é porque alguém disse que ele o seria. Nesse caso, a mãe é quem cuida da família, quem educa os filhos e quem os encaminha para a vida. É também a responsável pela garantia da saúde física e mental dos filhos. Raquel tem por hábito servir sopa para Mafalda; essa, em contrapartida, não gosta de sopa e se recusa a tomá-la. A forma de suborno usada pela mãe – oferecer a sobremesa – retoma um princípio básico de hierarquia nessa situação: a mãe tem mais poder que o filho. Mais do que esse princípio, o enunciado reflete uma cultura política da época usada pelos governantes para conseguir algo.

No jogo de poder aí instituído, Mafalda parece representar o poder de massa, a que necessita de algo, porém, não tem poder sobre suas vontades. Raquel representa aquele que tem o domínio sobre a situação, o poder estatal, que permite ou não, que algo aconteça. Ao recusar a sobremesa e se rebelar, afirmando que seria “desprezível” se aceitasse suborno, Mafalda faz alusão aos que o aceitam em troca de favores políticos/empresariais. O que ela se esquece é que, ao ceder, se favorece das situações apresentadas, o que determina as bases de um poder cíclico, em que uma força depende de outra para existir, o que acaba por se tornar uma hegemonia.

Podemos, pensando analogicamente, relacionar a situação demonstrada na SD11 como uma forma de organização social em que o povo diz que não quer, que não aceita, que não concorda, mas, no final, acaba por aceitar as condições impostas pela classe dominante que pode muito mais e sempre tem uma maneira de reverter a situação para que o dominado faça o



seu desejo. As retomadas de memória que movem o discurso mostram um período em que o governo se utilizava de diferentes táticas para adquirir informações de grupos contrários organizados. Além da prática da violência física contra os prisioneiros, estudantes, ou participantes de algum tipo de reivindicação, também as negociações possibilitavam que, entre os fracos, se criassem traidores que denunciavam os que iam contra o sistema. (GALEANO, 2011).

Mafalda é sua própria traição. Mais que isso, ela é a traição de uma classe sufocada que não consegue sair da opressão e ter voz na sociedade fazendo valer a tão almejada democracia. O que fazem e esperam como retorno os que mandam não está explícito nesse discurso de Mafalda e também não está em muitos outros que emergem de classes menos favorecidas. No entanto, por não saber, ou por não poder manter seu dizer, Mafalda aceita o suborno ao mesmo tempo em que se repudia em ser igual a tantos que, como ela, não seguem suas convicções, seus princípios, por estarem ideologicamente afetados pela divisão de classes. O que não se pode pensar, ingenuamente, é que os de *status* de oprimidos são apenas sofrendores de um poder. Esses sujeitos também alimentam o poder de outros, ao mesmo tempo em que constroem seu próprio poder. Para Foucault (1996), o poder não é de todo negativo. Ele tem a parte positiva que é exatamente colocar o que não está na superfície para pensar e produzir meios de também ter poder. Assim, vemos na mãe a representação do poder estatal, e em Mafalda a representação do poder de massa, que se coloca como subornada, legitimando que há um poder maior.

Compreendemos, então, pensando sob essa perspectiva, a de que todos em determinado momento têm o poder, uma forma de criticar as massas, que assim como a elite política, repetem um discurso já cristalizado. Os muitos movimentos sociais, desde os primeiros que existiram até muitos dos dias atuais, constroem a história partindo de um novo dizer, de um grito, de um clamor. Porém, são discursos que se constituem enquanto interesse social, que se enfraquecem, muitas vezes, por negociações de um grupo menor por conta de interesses pessoais.

A metáfora utilizada por Mafalda contorna o que pode e o que não pode/deve ser dito, em função do contexto histórico restrito e amplo. Não se pode dizer tudo o que se pensa e nem ir de encontro aos que determinam qual será o discurso que prevalece. Predominam, então, as palavras que empreendemos para dizer algo, o momento em que recuperamos as memórias discursivas, heranças sócio-históricas e ideológicas de outros. O que Pêcheux assevera ao dizer que não há uma única palavra que nos pertença de fato, não pelo signo que

ela representa, mas pela ideologia que carrega. (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 173). Assim, faz-se a junção do contexto histórico amplo e restrito, rerepresentando os sentidos produzidos, mesmo que a língua se mostre opaca.

Na tira abaixo, é possível perceber que o diálogo proposto traz à tona a identificação dos sujeitos na relação de poder, reproduzindo ditos que buscavam fugir à cristalização de sentidos dos discursos governamentais para fortificar os discursos das massas.

**Figura 19 - Discurso das massas (SD12)**



(QUINO, 2012, p. 508)

**Mafalda:** É absurdo! Por que as crianças não podem votar?

**Miguelito:** Bem dito!

**Filipe:** É isso aí!

**Susanita:** Isso! Por quê?

**Mafalda:** Por acaso nós não formamos também parte do país?

**Miguelito:** Muito bem!

**Filipe:** Bravo!

**Susanita:** Sim senhor!

**Mafalda:** Acaso não somos tão cidadãos como os outros?

**Miguelito/Filipe/Libertad:** Claro que sim!

**Susanita:** Sim, somos!

**Mafalda:** E tão do povo como qualquer um?

**Susanita:** AH, NÃO! A MIM, INSULTOS NÃO!

Para verificar os possíveis efeitos de sentido nessa tira, é preciso compreender as raízes da história na qual estão inseridas as personagens. A SD12 produz sentidos sobre a ação de líderes políticos populares que agem em defesa do povo e, também a participação popular nas discussões de massa. Essa era umadas formas adotada pelos líderes populistas para ganhar a simpatia e a confiança da população, que de alguma maneira aguardava uma forma de manifestar-se naquela época. Ao posicionar-se em cima de uma cadeira, a menina ocupa um lugar de destaque, simbolizando a liderança, a representatividade, defendendo direitos iguais para todos. O povo –representado por Susanita, Miguelito, Libertad e Felipe – porta-se à frente, gritando como em forma de apoio, concordando com o enunciado, afirmando o desejo de que o dito se concretize.

Os deslizamentos de sentidos fazem com que o sujeito se desfaça da origem do discurso que reproduz a ideologia dominante, de modo que se formem novos sentidos. Essa ruptura produz movimentos, como um efeito visual “olhar pela qual o invisível [...] se deixa ser visto”. (PÊCHEUX, 1990 [1982], p. 17). É quando surge o *porta-voz* que fala de dentro de um ‘nós’ para um adversário exterior, fazendo o papel de negociador entre as partes. “O *porta voz* é confrontado aos efeitos do trabalho revolucionário da memória” (Ibid., p. 18). No discurso se materializa esse deslocamento de sentidos e é possível perceber os sujeitos se manifestando dentro de uma mesma FD, que centraliza em um líder a responsabilidade em defendê-los, ainda que, quem promete, também assume o posto de um mandatário. Bobbio (2000) ao falar de direito e representatividade, advoga que

**atribuir a alguém um direito significa reconhecer que ele tem a *faculdade de fazer ou não fazer algo conforme seu desejo e também o poder de resistir***, recorrendo, em última instância, à força (própria ou do outro), contra o eventual transgressor, o qual tem em consequência o dever (ou a obrigação) de se abster de qualquer ato que possa de algum modo interferir naquela faculdade de fazer ou não fazer. (BOBBIO, 2000, p. 11-12, realce do autor, grifos nossos).

A posição de Mafalda oferece um discurso político pronto, mesmo que ela pense que seja dela. Os já-ditos são apagados pelo E<sub>2</sub>, nas revoluções anteriores, nas lutas dos povos pré-colombianos e peronistas. Ela assumiu o poder para realizar algo, representar uma classe, agir em defesa de uma ideologia. Assim, os enunciados que pareciam representar a mesma formação discursiva sofrem deslizamentos quando Susanita é interpelada por outra formação ideológica e passa a outra FD, negando sua participação na classe ali representada, ou seja, o povo.

É possível também compreender, na reação de Susanita, que as memórias discursivas que lhe pertencem, em relação as suas relações sócio-históricas, materializam-se em seu discurso de duas formas: primeiramente ela concorda que faz parte daquele lugar, que é uma cidadã que almeja direitos; porém, em contrapartida, no último quadro enuncia sua indignação, ao não aceitar, ainda que os motivos não estejam explícitos, ser igual ao seu povo e toma esse título como um insulto. Há repulsa por parte dela em ser igual ao povo, não pelo enunciado, pelas reivindicações – nesse quesito seria beneficiada –, mas por ser tratada como tal, igual a todos, o que vem de encontro às suas expectativas de pertencer à elite.

Susanita enuncia sentidos, em sua concepção, em relação ao imaginário que tem sobre o povo: uma ideologia de repulsa que transparece fortemente em sua negativa ao ter que

assumir um título de igualdade plena em sua sociedade. Lembremo-nos de Galeano (2011), que retrata um povo injustiçado e explorado em vários aspectos. A ideia de pertencer à sociedade elitizada, ideologia que movimenta a FD de Susanita, a remete para fora do círculo das lutas sociais. Ao enunciar sua rebeldia ela resiste a um determinado grupo social. Citando o “efeito Münchhausen”, Pêcheux (2009 [1988], p. 281) aborda dois pontos incontestáveis para uma reflexão ao que ele chama de “inverno político”: não há dominação sem resistência e ninguém pode pensar do lugar do outro. Está, dessa forma, explicitado o deslocamento de sentido de Susanita. Se por um lado ela se mantém resistente, por outro, está intimamente ligada à luta de classes, já que se revoltar contra aquilo que não acreditam ser justo, é um dos primados dessa esfera. E, pelo primado prático do inconsciente, ela assume pensar por si mesma.

A multiplicidade de sentidos presentes no enunciado da personagem Susanita representa a busca da liberdade e a negação de ser o que o povo é. A expressão “Sim senhor!” coloca a personagem como uma cidadã que concorda com quem detém o poder. Contudo, como afirma Leandro Ferreira (1994), o hábito de reproduzir fatos costumeiros faz com que haja uma multiplicidade de sentidos em apenas uma expressão. O “Sim senhor” revela que, ideologicamente, Susanita é assujeitada a dizer sim, a aceitar as ordens de quem tem o poder, agindo da mesma forma que as outras personagens, igual ao povo. Ela aceita e concorda com o discurso pronunciado, porém, em sua ilusão de detentora de sua vontade, esquece-se de que está assujeitada, não às ações dos movimentos sociais, mas ao autoritarismo que permeia os discursos políticos na sociedade. Leandro Ferreira (1994) discursa sobre a questão da multiplicidade de sentidos em função das condições de estrutura da língua e afirma que

com o equívoco ganhou corpo a noção de resistência e uma concepção de língua que incorpora ao seu interior os fatos costumeiramente postos à margem, como indesejáveis, problemáticos. **Daí o sistema significante se apresentar como instável, heterogêneo e não-fechado, prevendo em seu próprio ordenamento um espaço que escapa ao enquadramento formal.** Afinal, é sempre bom reiterar que a multiplicidade do dizer é condição estruturante da própria língua. (LEANDRO FERREIRA, 1994, p. 154, grifos nossos).

O discurso proferido não é elitizado. Ele parte de uma percepção que determina uma classe social que reivindica, que busca, que se constitui também em função da luta de classes. Parte desse discurso se mostra resistente ao discurso governamental, que cria leis, como a de que criança não pode votar e, na visão de Mafalda, que promove um debate ideológico para

um grupo desfavorecido. Portanto, essa lei não está promovendo a igualdade para todos. Seu discurso, apoiado pelos envolvidos no ato, significa diferente para cada um dos sujeitos.

O mecanismo de antecipação, produzindo a relação de sentidos, interpela Mafalda. Por meio dele se manifesta um sujeito enunciator que tenta, ainda que inconscientemente, conduzir o processo discursivo, esperando que o interlocutor corresponda aos sentidos produzidos pelo seu discurso. Ilusoriamente pensa saber como o sentido irá interpelar o ouvinte, e conduz o processo de argumentação visando ter o resultado esperado. Esse mecanismo regula a argumentação, de tal forma que aquilo que o sujeito dirá de um modo, ou de outro, será segundo o efeito que pensa produzir em seu ouvinte, sentidos pré-existentes e recuperados pela voz do *Outro*, o que fala antes, o exterior que movimenta interdiscursos, pré-estabelecidos no imaginário do sujeito enunciator (ORLANDI, 2013[1999], 42).

Destarte, é preciso ter um processo histórico que identifica a vizinhança de saberes, pelo qual os sujeitos possam criar seu ‘feixe de relações’ que possibilita sua identificação com o objeto do discurso e forma sentidos de identificação e transformação. Há que haver uma simetria para as possibilidades de um discurso “mas não são, entretanto, **relações exteriores ao discurso, que o limitariam ou lhe imporiam certas formas, ou o forçariam, em certas circunstâncias, a enunciar certas coisas**. Elas estão, de alguma maneira, no **limite do discurso**”. (FOUCAULT, 2008 [1969], p. 56, grifos nossos).

A priori, a capacidade de dizer algo perpassa a barreira do entendimento racional. O imaginário se sobrepõe à opacidade da língua, enunciando um leque de possíveis sentidos e de formas de dizer ou não, alguma coisa.

**Figura 20 - Democracia e poder (SD13)**



(QUINO, 2012, p. 554)

**Felipe:** Se não deixas que Mafalda seja presidente, não poderemos brincar de governo!

**Manolito:** E por que ela não quer ser ministro, como nós? Na democracia todos devemos ser iguais!

**Felipe:** Bom, mas na democracia sempre há um presidente que conduz o governo!

**Manolito:** SEMPRE?

Na SD13 temos dois sujeitos pertencentes a FDs diferentes. Felipe se põe em defesa de que Manolito deve aceitar que Mafalda seja presidente, em uma suposta brincadeira de governabilidade, enquanto Manolito contesta, com o argumento de que todos poderiam ocupar os mesmos cargos, não sendo necessário um ser mais que o outro.

Por desconhecer a estrutura de uma democracia, a que se tinha no momento, ele também ignora que sempre há um presidente para conduzir o governo. A representação do imaginário social, de ambos os sujeitos, se faz de forma objetiva, até o momento em que Manolo percebe outras possibilidades, quando há a dúvida ou incredibilidade: ‘é necessário que haja um presidente na democracia?’ Essa questão traz à tona o que se entende por democracia, sob o aspecto de direitos iguais para todos, em que o povo é soberano (SD11) ainda que haja um representante legal, escolhido pelo povo, para advogar a seu favor.

Se ‘sempre’ há um presidente, nunca haverá igualdade porque alguém sempre estará em um nível superior, soberano em decisões, que não é o que semeia o que se almeja em uma democracia. Bobbio (2000, p. 20) explica que a liberdade e o poder não se complementam, pois quando um está com o poder o outro perde a liberdade, e vice-versa.

Entendemos a liberdade como o primado prático dos atos democráticos, assim “a democracia pressupõe o indivíduo livre e autônomo, capaz de tomar decisões por si e de exercer seu poder através de instituições tidas como neutras e representativas. É, portanto, irmã da liberdade”. (ALVES, 2013, p. 163-164). Dessa forma, o assujeitamento a determinadas ideologias faz com que cada representante assuma uma forma-sujeito, em função da interpelação ideológica, como afirma Pêcheux (2009 [1988], p. 272) ao falar da leitura de Althusser sobre o materialismo histórico, defendendo que os “sujeitos funcionam sozinhos”, em sua relação com a história e com a psicanálise. Esse movimento de interpelação do sujeito pela Ideologia Dominante, que pode “cegar e ensurdecer” o sujeito. (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 273).

Voltando à SD13, temos um sujeito ideologicamente subjetivado à ideologia governamental. Felipe afirma a soberania de um presidente, promovendo seu necessário posto, ao defender que se não houver um presidente, não haverá um governo. É preciso que haja uma divisão de trabalhos, o que não ocorre nesse momento de ditaduras, onde a democracia não passa de um sistema administrado para a elite, onde os obreiros ganham pouco e para manterem-se com o mínimo necessário, trabalham muito. É a interpelação da

cultura de consumo<sup>32</sup>, em que é preciso trabalhar ainda mais para conseguir adquirir bens considerados essenciais, como carro, televisor e utensílios domésticos. Porém, por conta disso, deixam de dedicar-se as coisas simples, como a família e os momentos de lazer. Esse é o caso representado pelo pai de Mafalda, que em vários momentos aparece exausto do trabalho (QUINO, 2012), como quem chega de uma guerra, derrotado.

Essa análise nos faz perceber que o domínio de já-ditos, desde a época das monarquias, é recapturado e reestabelecido em novos discursos, emanando sentidos distintos para os diferentes sujeitos.

Ser igual, ter os mesmos direitos é o discurso de Manolito. No entanto, como ‘sempre’ há que ter um presidente, se faz necessário repensar. Assim, se Manolito pudesse ser presidente, Mafalda ou qualquer outro cidadão, teria o mesmo direito que ele.

**Figura 21 - Benefícios do poder (SD14)**



(QUINO, 2012, p. 475)

**Susanita:** Para mim, o que eu gostaria é de pertencer à sociedade.

**Mafalda:** À sociedade pertencemos todos, Susanita.

**Susanita:** Não me entendes, eu te digo a quem tem sobrenome.

**Mafalda:** Todos temos sobrenome, Susanita.

**Susanita:** Não é isso, tola! Eu falo das pessoas que tem a faca e o queijo na mão. Diga... Vamos ver? Diga... A faca e o queijo na mão temos todos, Susanita... Diga, eh? Diga-o. Anda.. Vamos ver?, Diga...

A importância de se ter um sobrenome na sociedade torna-se cada vez mais comum. Na SD14, as limitações de quem não faz parte dessa sociedade são abordadas por Susanita, usando um efeito metafórico, por meio do qual exhibe as diferenças sociais de dois grupos: os que têm sobrenome e os que não o têm, no sentido de dizer quem tem o poder e quem não o

<sup>32</sup> A indústria cultural, através da cultura demassa, torna-se importante instrumento de poder, dado que detém a capacidade de canalizar forças para massificar e padronizar modelos de consumo e de pensamento ao mesmo tempo em que reconhece e assimila a diversidade e a pluralidade. A cultura de massa cultiva uma heterogeneidade coerente na qual o fator de identidade é o consumo e o de integração é o mercado (CAMPOS GONÇALVES, 2008, p. 26).

tem. Quem tem influência na sociedade e quem não a tem. Quem manda e quem obedece. Ainda hoje, em muitas sociedades, o sobrenome faz diferença para determinados assuntos, trazer como herança um sobrenome é cada vez mais importante, algo como sendo inatingível pelos menos favorecidos. É o que almeja um povo que deseja ter condições de ter o que os outros também têm. Se há democracia e igualdade para todos, porque é necessário ter sobrenome para ser aceito na sociedade? É de Susanita a voz que surge representando o desejo do imaginário da burguesia. Ela, acima de tudo, quer fazer parte da elite, reivindicando esse direito por meio da identidade social, o qual considera condição essencial de pertencimento e empoderamento.

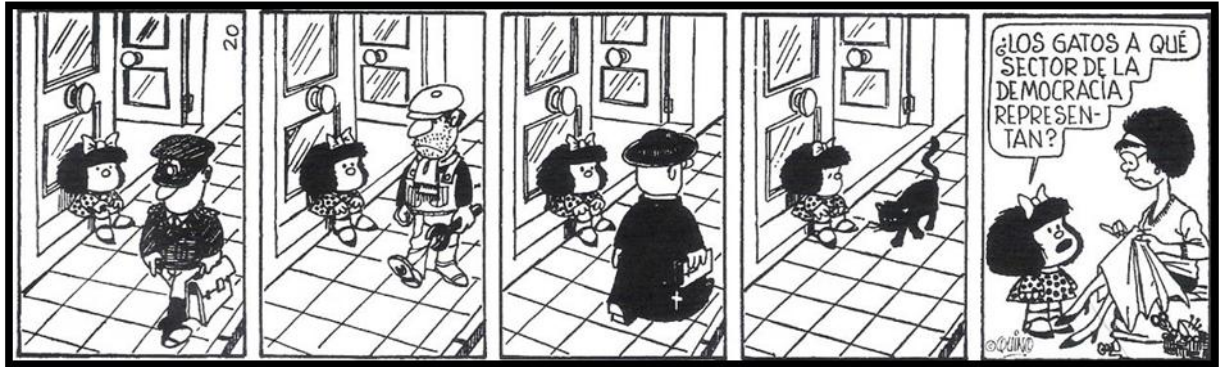
Culturalmente, a sociedade referida por Mafalda não tem a mesma condição da mencionada por Susanita. Mafalda não produz o sentido da importância de ter um sobrenome que a coloque em determinado *status* na sociedade, é independente de ser parte da elite. Isso demonstra, em seu discurso, um sujeito que já cristalizou sua condição. Enquanto que Susanita defende a ascensão social, pois está assujeitada à ideologia de que quem tem mais é mais feliz. Está convicta de que sendo aceita na elite social, terá condições de ter o que quiser, ou seja, “a faca e o queijo na mão”.

Por outro lado, o silenciamento de dizer o contrário, que deveria ser reafirmado por Mafalda, pressupõe seu consentimento à teoria defendida por Susanita: é preciso estar ligado aos que detêm o poder para ter voz e vez na sociedade. Mas, inevitavelmente, como fez Mafalda, por assujeitamento à ideologia cultural, contra o discurso ali materializado não há argumentos, apenas o silêncio.

A divisão de classes aparece na SD15, apresentada abaixo, quando abordamos as possíveis representações de classes em uma sociedade, por discursos transversos que interpelam Mafalda. Ela observa passar pela calçada primeiramente um militar, que representa o poder pela força e pela lei. Em seguida passa um trabalhador, representante da força operária. Logo após passa o padre, representante do poder religioso, da lei divina e, por último, um gato. A que setor pertenceria um gato num sistema democrático? Poderia ele ser inserido em uma das classes existentes? A pequena desconhece qual seria o setor do animal, recorre a sua mãe e a questiona.



**Figura 22 - Representação social (SD15)**



QUINO (2012, p. 52)

**Mafalda:** Os gatos, a que setor da democracia representam?

Observamos que Mafalda, ideologicamente, entende que na divisão de classes, na sociedade, cada um tem sua função. Podemos entender que os sentidos estão determinados na FD a que a menina está assujeitada. Ela questiona que setor poderia ser representado por um gato. Ela não pergunta qual o seu lugar ou o que faz, mas o que representa, construindo sentidos de poder. Sua colocação se revela na cristalização da imagem enquanto determinação dos sujeitos sociais.

Para Pinto (2002), a imagem é utilizada pelo enunciador para “**designar e descrever as coisas ou pessoas de que se fala, estabelecendo relações entre elas e localizando-as no tempo e espaço**, sempre em relação ao que o receptor supostamente conheceria deste universo em pauta”. (PINTO, 2002, p. 65, grifos nossos).

Da maneira como são postas as imagens na SD15, facilmente o receptor situará a intenção do enunciado. É possível verificar que há disparidade entre as várias funções na sociedade, assim como há os que não desempenham nenhuma função, ou não são inseridos dentro das características que formam determinada classe, nesse caso, representado na figura do gato.

Os enunciados de Mafalda revelam a interpelação às questões democráticas em voga naquele período na Argentina. Ao enunciar, a pequena produz sentidos em relação a dois fatores: um deles está em haver setores dentro da própria democracia e, outro, em ter cidadãos que não pertenciam a nenhum dos setores, portanto, excluídos do sistema.

Os sentidos produzidos revelam o que defende Althusser (1996 [1994]), que na sociedade, cada um dos sujeitos se filia a uma ou outra classe, pelo funcionamento da ideologia que age no inconsciente e faz com que o sujeito, subjetivamente, entenda ter controle de seus atos e suas escolhas.

Sendo assim, Mafalda, ideologicamente ligada às questões humanitárias, movimentada simbolicamente o sentido de que todos, inclusive os que não aparentam ter nenhuma função social ou cuja representatividade seja nula (gato), também devam ter um lugar na sociedade e, por consequência, na democracia, lugar esse de direito para cada cidadão. Sobre teorias diferentes, Silva (2008) defende duas alternativas:

de um lado, temos a **“teoria minimalista”** que afirma que a única forma de democracia possível no mundo moderno é a **democracia representativa [...] idéia de que o regime democrático é apenas um método para escolha dos governantes**. Do outro lado, por sua vez, estão as **“teorias amplas de democracia”, que defendem a idéia de que a democracia deve ser entendida como fazendo parte de toda vida social**, enquanto modelo de convivência política entre os cidadãos, no qual **todos participam igualmente** da distribuição do poder, dos bens econômicos e culturais. Este segundo grupo de teorias, portanto, **defende o modelo da democracia participativa**. (SILVA, 2008, p. 08, grifos nossos).

Ao cristalizar os sentidos de que cada um tem seu lugar no sistema democrático, Mafalda lança a dúvida se realmente todos o têm.

Na tira a seguir, o pai de Mafalda lê uma história para a menina. Durante a leitura ela o interroga em relação ao que vem a ser um país rico e o pai, de pronto, responde, afirmando que é como o “nosso” país. Ao ser questionado sobre como seria um rei bondoso, o pai responde que é como o “nosso” presidente. As duas respostas contrariam a ideia que Mafalda tem tanto de o país ser rico, como de o presidente ser bondoso.

**Figura 23 - Do real e imaginário (SD16)**



(QUINO, 2012, p. 543)

**Pai de Mafalda:** “Faz muitos anos vivia, em um país muito rico, um..”

**Mafalda:** Como é um país muito rico?

**Pai de Mafalda:** Um país muito rico é como o nosso.

**Mafalda:** Ahãã...

**Pai de Mafalda:** “...Vivia em um país muito rico, um rei muito bondoso que ...”

**Mafalda:** Como é um rei muito bondoso?

**Pai de Mafalda:** Um rei muito bondoso é como nosso presidente.

**Mafalda:** Hahahaahah, bom.../ Se aparecer algo interessante, acorde-me.

Os efeitos de sentido que podemos observar no enunciado vão desde a descrença da garota na relação que o pai faz em suas comparações até o seu desestímulo a continuar ouvindo a história, não correspondendo ao imaginário sócio-histórico da FD que interpela Mafalda.

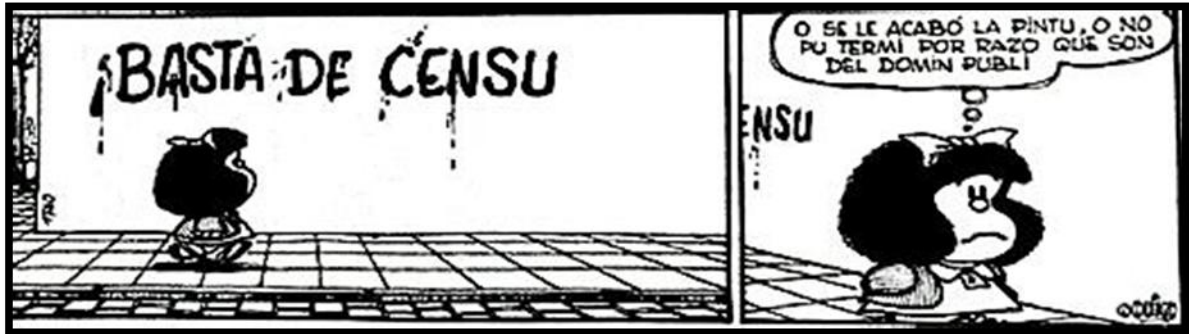
Nos domínios da linguagem podemos encontrar dois assujeitamentos distintos. Temos o pai, que está ideologicamente interpelado por discursos do governo, o que causa nele um distanciamento do quadro político atual, não o deixando alternativa de resposta a não ser afirmar que o país é rico e que o presidente é bondoso. Acredita, por meio do E<sub>2</sub>, que o que disse só pode ser dito daquela maneira e assume como seu, um discurso cristalizado, que o faz pensar, pelo E<sub>1</sub>, que é dele o dizer, que a origem da constatação, que transforma o presidente em um rei bondoso, é sua. A interpelação do pai vai ainda mais longe. Ao enunciar, ele promove uma ideologia da classe dominante: o rei é bom, o presidente é bom, o que faz com que o país seja rico. Seus efeitos de sentido são abruptamente interrompidos por Mafalda, que mesmo sem explicar, produz sentido contrário ao enunciado pelo pai.

As mazelas que se revertem em benefícios no discurso do pai ficam aquém da compreensão de ideais democráticos, em função de que não corresponde àquele momento histórico (ditadura militar) em que muito era proibido e pouco era permitido.

Na SD16 Mafalda recupera informações em seus pré-construídos e enuncia que quer algo que possa despertar sua atenção. Assim se materializa um silenciamento, após ter mostrado sua incredibilidade com as expressões “hãã..haaaaaaaa”. Nesse enunciado é possível refletir sobre os sentidos produzidos: ‘eu não acredito que o presidente seja bondoso; eu não acredito que o rei seja igual ao nosso presidente; eu não acredito que o nosso país seja rico; eu penso diferente e essas mentiras não merecem meu tempo’, subjetivada pelos dois esquecimentos E<sub>1</sub> e E<sub>2</sub>. Conforme Mariani (2003, p. 62), “o sujeito não percebe que se encontra convocado a se colocar no simbólico e partir do simbólico para dizer “eu” e para se referir a um mundo já simbolizado”, recupera sentidos, já-ditos que apontam um sujeito interpelado por outra FD, que mostra um sujeito ideologicamente afetado por um imaginário social, já cristalizado: o país não anda bem e o presidente não é bondoso.

Na tira seguinte, percebemos que os pré-construídos, resultantes do fato de todos já saberem como a censura, ainda que no período não tenha sido tão predominante socialmente, já inferia um sentido de proibição.

**Figura 24 - Da censura (SD17)**



(QUINO, 2012, p. 489)

**Pichado no muro:** CHEGA DE CENSU

**Mafalda:** Ou acabou a tinta, ou não putermi por razã que são de domín públí

É o exterior que dá a Mafalda o enunciado, a dúvida em relação ao ocorrido, mesmo que, no período ditatorial, os cidadãos estivessem subordinados às regras, é nos *já-ditos* que se constrói a FD. A FI a que Mafalda está assujeitada faz com que sinta dúvidas em relação ao ocorrido: faltou tinta ou não pode ser dito? Há o discurso que exprime e reprime, impondo ao sujeito uma nova forma de dizer, de mostrar novos sentidos. Mafalda se expõe e se retrai também em seus pensamentos. Ela também não pode dizer, o enunciado é taxativo. A censura estava presente na Argentina. Ela proíbe a personagem de dizer que há censura, que nem tudo pode ser dito. Há um domínio público em relação ao dizível. A interpelação de Mafalda materializa o silenciamento de uma classe, que não pode falar e precisa encontrar formas de significar. Usam-se signos para significar. A palavra, a meia palavra, metade de um pensamento. Coisas que não se pode dizer, mas que permanecem, ainda assim, significando.

**Figura 25 - Da responsabilidade governamental (SD18)**



(QUINO, 2012, p. 466)

**Felipe:** Caramba, que calor faz!

**Mafalda:** Uf! ...

**Guille:** É por causa do governo, verdade?

**Mafalda:** Não, Guille! É por causa do verão!

**Guille:** Ah!

**Mafalda:** O coitado, contudo, não sabe muito bem separar as culpas.

A SD18 mostra que em uma democracia é possível fazer críticas e dar sua opinião. Por conta dessa liberdade, as possibilidades de ser referência, quando algo se apresenta errado ou não está a contento do povo, são muito maiores, principalmente em relação ao governo. Guille, ao enunciar sua opinião, não tem consciência de que está interpelado por já-ditos que norteiam seu ideológico, retomando pré-construídos que são materializados em seu dizer. O discurso de culpa ao governo produz, não apenas uma explicação para o calor excessivo, culpando alguém por isso, mas mostra também um sujeito ideologicamente afetado por discursos de vertentes contrárias ao governo, o discurso da Mafalda, que culpa o governo pela situação atual naquele país.

A culpa, como afirma Mafalda, tem um peso muito grande quando se trata de esclarecer quem deverá arcar com as consequências de determinados atos. Em seguida, ao se posicionar explicando que é por causa do verão, Mafalda não se limita em reforçar que, mesmo que naquele momento o governo não seja o culpado, em outros momentos ele tem sim culpa.

Os deslizamentos, referenciados por Orlandi (2013 [1999]) entre uma FD e outra, recorrentes de já-ditos cristalizados na sociedade, determinam a qual FD o sujeito está vinculado. O que não é possível é estar em mais de uma FD ao mesmo tempo, porque a interpelação que o sujeito sofre provém de distintos pré-construídos que estão interligados e dependentes de vários outros fatores, significando diferentemente para cada sujeito, como quando compreendemos que

**o risco evocado de uma vizinhança flexível de mundos paralelos se deve de fato à diversidade de condições supostas com essa inscrição:** é a dificuldade [...] que vai da referência explícita e produtiva à linguística, até tudo o que toca as disciplinas de interpretação: logo a ordem da língua e da discursividade, a da “linguagem”, a da “significância” (Barthes), do simbólico e da simbolização. (PÊCHEUX, 2010 [1983], p. 50, grifos nossos).

O complexo significado que se estabelece nessa relação de sentidos, passa pela ordem das muitas referências que o mesmo discurso pode ter, entre o mundo das ideias e seus significantes. Ocorre que, se estabelece na memória da qual a AD dá conta, um emaranhado de informações, interdiscursos, discursos transversos e pré-construídos que perpassam por muitos outros sentidos até se inscrever em uma FD, à qual o sujeito estará subjetivado. Isso ocorre quando o processo discursivo está solto, possível de se vincular a outros sentidos, dependendo das condições de produção desses, seus fatores de linguagem e de significância, como citou Pêcheux (2010 [1983]).

Na SD19 vemos Mafalda circular pelas ruas observando as placas e, no último quadro, sua expressão demonstra incredulidade.

**Figura 26 - Ideia de liberdade e o limite (SD19)**



(QUINO, 2012, p. 308)

**Placas de aviso:** PROHIBIDO DOBRAR A ESQUERDA/ PROHIBIDO COLAR CARTAZES/ PROHIBIDO ESTACIONAR

**Mafalda:** É confortante ver como pouco a pouco o homem tem conquistado dar asas a sua liberdade de limitar-se.

O ato de proibir também é uma das características da democracia. Quando Mafalda denuncia ela faz referência aos homens que se proíbem. É preciso retomar aqui nossa discussão sobre democracia que, tradicionalmente falando, é um sistema no qual o pressuposto do poder está nas mãos do povo. Sendo assim, o povo determina um conjunto de regras/normas e punições para aqueles que desviam das regras estabelecidas. Agir dessa forma é agir de forma

democrática. Agir de acordo com a democracia significa respeitar as regras pré-estabelecidas e as punições impostas aos contraventores. Contudo, regular e limitar as ações das pessoas não significa dizer necessariamente que não há liberdade, pois a democracia não é pensada pela ausência de regras, mas sim por regras estabelecidas pelo povo e não por um único indivíduo que exige a obediência a elas e que as cria pensando apenas no próprio bem estar.

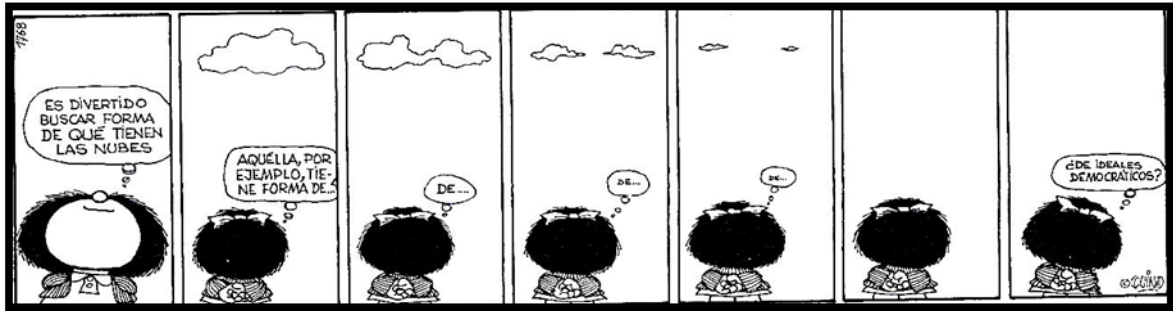
Os enunciados nas placas de aviso presentes na SD19 foram feitos por homens, os mesmos que, no enunciado de Mafalda, após supostamente terem o direito à liberdade, encontram uma forma de se aprisionarem. Porém, outro sentido que se pode compreender é a formulação de que, pelo poder que o povo dedica aos seus eleitos, o próprio povo determina sua limitação.

A retomada de traços sócio-históricos da memória é necessária para relacionar o discurso com todas as informações que se apresentam, recuperadas pelos processos inconscientes relativos a determinado ponto e em diferentes níveis histórico-sociais, para que o próprio sujeito assuma uma *forma-sujeito*. É preciso ver além, relacionar, rever conceitos, desconstruí-los, reconstruí-los e determinar um ponto de compreensão, como diz Foucault (1986) ‘além do visível’. Sendo assim, compreende-se que o texto escrito se apresenta de forma homogênea, mas os sentidos são heterogêneos. Considerando que para a personagem Mafalda o uso da ironia é frequente, é preciso averiguar no enunciado o que se pode chamar de legível, além de, encontrar os possíveis efeitos de sentido que ali se materializam, já que para a AD o mesmo texto pode trazer múltiplos sentidos.

Observamos que as questões ideológicas, carregadas de reflexões nas tiras de Quino, representadas pela obediência, indignação, incredulidade e incompreensão, além de outras expressões que se apresentam pela interpelação sócio-histórica e ideológica, acabam por incorrer em subjetivações complexas, retomadas por meio das memórias discursivas que agem no processo de construção/reconstrução do sujeito. Na paráfrase utilizada por Mafalda, podemos observar a interdiscursividade existente entre o tempo atual, de uma suposta liberdade, com os pré-construídos existentes e o ato de proibir. Dar ‘asas’ a sua liberdade é permiti-la ser soberana. Porém, ao se limitar e se proibir, o mesmo sujeito que luta pela liberdade em uma sociedade que vive às margens de governos militares, se constitui como próprio inimigo. Cerceia seu direito em função de respeitar o direito do outro.

Esse acontecimento discursivo mostra que, mesmo que na Argentina, hoje, o povo seja livre, tendo uma política que se desenvolve, teoricamente, para o bem social, há resquícios de autoritarismo quando se trata da liberdade política e estrutural.

**Figura 27 - Os ideais democráticos (SD20)**



(QUINO, 2012, p. 494)

**Mafalda:** É divertido buscar as forma que têm as nuvens. Aquela, por exemplo, tem forma / de... de... de... De ideais democráticos?

Durante o processo de luta pelo retorno da democracia na Argentina, muitos dos argumentos contrários ao governo se pautavam em ideais populares que se iniciavam nas vontades em comum de um grupo maior. Porém, aos poucos, as formações ideológicas se fundiam com outras e os assujeitamentos dispersavam para outras FDs. Isso não é, obviamente, um fato isolado do contexto da Argentina. Orlandi (2010 [1999], p. 65), ao falar sobre o silenciamento na ditadura militar no Brasil, especificamente no ano de 1968, relata que muitos dos sentidos foram interditados pela censura, pelo simples fato de “faltas” e não de “falhas” como explica: “Há, assim, “furos”, “buracos” na memória, que são lugares, não em que o sentido “cava” mas, ao contrário, em que o sentido “falta” por interdição” (Id., Ibid., 2010, p. 65, realces da autora).

Ao não poder dizer qual a forma utilizada para que os discursos sejam inibidos, Quino propõe uma metáfora e, por paráfrase, retoma as condições de produção a que esse discurso é interpelado. Não se pode dizer que os ideias democráticos são fuzilados por ideologias dominantes, nesse caso, pela política governamental que impede a manifestação de ideais contrários aos que são ditados pelo governo, mas disseminam possíveis efeitos de sentido, que naturalizam os dizeres.

A memória recuperada por Mafalda na SD20 lembra que os ideais democráticos iniciavam grandes, bem delineados, com forma e espessura. Contudo, ao longo do enunciado, a metáfora mostra o deslizamento de sentidos, revelando ideais frágeis e suscetíveis ao tempo e às mudanças. Diante da censura, interdiscursos se cruzam e subjetivam o sujeito a entrar em outra FD, que o impedem de mostrar a fragilidade dos movimentos de massa diante do poder estatal.



Em período de lutas, muitas das coisas se perdem e, aos poucos, os movimentos sociais se tornam menores. No caso da nuvem apresentada por Quino, os ideais democráticos se esvaziam ao ponto de desaparecerem.

**Figura 28** - Democracia e militarismo (SD21)



(QUINO, 2012, p. 85)

**Mafalda:** Pelo rádio disseram não sei o que de milibares. O que são os milibares, papai?

**Pai de Mafalda:** Eu explicarei: Os milibares são uma medida de pressão. Conforme está a atmosfera, se diz que há uma pressão de tantos mili...

**Mafalda:** Perdão, papai. Eu te perguntei pelos milibares, não pelos militares.

Mafalda materializa em seu discurso o momento histórico argentino ao comparar a explicação sobre os milibares com os militares. As ditaduras militares que assombraram a Argentina criaram uma barreira entre o povo e os militares. Precisamente após 1969, quando, pela força, os militares impediam a sedimentação da democracia, além de criar empecilhos para o desenvolvimento social e econômico da Argentina. (ROMERO, 1997, p. 70-72). Desse enunciado podemos ver que se cristalizou no imaginário do povo, como retomado no discurso de Mafalda, as medidas de força utilizadas pelos militares em favor do governo, expressas pelo termo ambíguo ‘pressão’. Quino, ao parafrasear as formas de censura, as mostra visíveis ao mesmo tempo em que camufla sistemas governamentais que mais oprimem do que defendem o povo. Era uma forma de ‘pressão’ contínua, inclusive entre as bases militares, com formações ideológicas distintas, instaurando a rivalidade entre os poderes.

A FD que acomete o sujeito permite que ele se relacione com esse mundo, enunciando suas filiações discursivas, numa composição de experiências históricas coletivas, nas quais transitam diferentemente, dependendo de suas vivências, ou seja, as relações sócio-históricas. É o *Outro* que se revela no discurso de Mafalda. O externo que a interpela, fazendo com que a

menina busque em seus arquivos os significantes necessários para a relação, o ato falho de trocar o uso da palavra “milibares” por “militares”.

A seguir, trazemos duas tiras que expõem uma denúncia contra o militarismo, e fazem uma dura crítica à opressão sofrida pelas massas.

**Figura 29 - Das ideologias (SD22)**



(QUINO, 2012, p. 351)

**Mafalda:** Vês? Este é o.....

**Miguelito:** Ah!

**Policial:** O pauzinho de amassar ideologias???

Os militares, desde os anos de 1930, sempre tiveram força política na Argentina (QUIROGA, 2005). A democracia se faz em todas as áreas sociais e, desde seu surgimento na Grécia Antiga, é possível que ela se crie e recrie em qualquer lugar e ocasião. E, ainda que possa parecer ter cunho político partidário e ser vista, na maioria das vezes, apenas como um sistema de governo, ela atua no cotidiano político, nas casas, nas escolas e em todo o lugar onde houver alguém lutando por direitos. Nesses, talvez, de forma mais efetiva do que nos próprios governos, pois em ambientes menores, com maior frequência, os sujeitos podem expressar suas vontades, o que permite à Mafalda uma intervenção enunciativa junto ao militar. Essas intervenções populistas não barraram a opressão sofrida e, com o poder nas mãos de militares em sua atuação junto ao governo, o povo continuava sendo oprimido pelos ideais autoritários que cercavam o país. (ROMERO, 1997, p. 73).

Porém, ao pensarmos os sistemas autoritários, como o sistema ditatorial, contra o qual Mafalda se manifesta, as ditaduras são caracterizadas por um governo unilateral, ou seja, as decisões são tomadas tendo em vista as vontades e necessidades de uma pessoa ou um pequeno grupo ou classe da população. No caso, favorecimento dos militares e daqueles que apoiam suas decisões e não pensando no todo. Os militares tomam suas decisões e obrigam que os outros ajam conforme suas leis autoritárias.

Na SD23, a seguir, Libertad faz um comentário sobre o que seu pai disse a respeito da opressão do governo sobre o povo.

**Figura 30 - Democracia e opressão popular (SD23)**



(QUINO, 2012, p. 484)

**Libertad:** Segundo disse meu pai, faz anos que a única coisa que sabem fazer os governos é oprimir ao povo. / Vem um governo e oprime ao povo! Vem outro e oprime ao povo! Vem outro e oprime ao povo.

**Susanita:** Também o povo, tchê! Que vocação para carimbo! Não?

Os dois enunciados revelam sentidos que classificam as ações governamentais como autoritárias. Assim, passa-se a verificar que não apenas os militares usavam da força para desestimular os movimentos sociais produzidos por ideologias contrárias as do governo, mas o próprio governo oprimia por sua conduta autocrática. O enunciado de Susanita, no entanto, apaga os sentidos de opressão e retoma para o povo a culpa por aceitar ser oprimido.

**Un sistema político como el argentino que entre 1916 y 1983 se desplazó sin cesar entre momentos de legitimidad y de ilegitimidad democrática, no contribuyó, naturalmente, a fortalecer la creencia efectiva en la Constitución Nacional, ni llegó a crear en tantas décadas de historia institucional un poder democrático legítimo, en torno a las reglas pacíficas de sucesión del poder, la libertad de sufragio y la soberanía popular. De ahí, también, los desafíos para el nuevo período que comienza en 1983. (QUIROGA, 2005, p. 02, grifos nossos)<sup>33</sup>.**

Outra vez, os enunciados revelam sujeitos assujeitados por diferentes FDs. Libertad produz sentidos ideologicamente pautados na luta de classes, a favor do proletariado, enquanto Susanita exhibe um discurso elitizado, em que o próprio povo permite sua submissão,

<sup>33</sup>Um sistema político como o argentino entre os anos de 1916 e 1983 mudou incessantemente entre momentos de legitimidade e ilegitimidade democrática, isso não contribuiu, naturalmente, para reforçar a crença eficaz na Constituição Nacional, nem chegou a criar, em tantas décadas de história institucional, um poder democrático legítimo, em torno de regras pacíficas de sucessão de poder, a liberdade de voto e soberania popular. Vem desde aí, também, os desafios para o novo período que começa em 1983. (tradução livre do espanhol).

‘no-sens do sujeito dividido’. Sobre as questões políticas e o cerco dos militares, Quiroga (2005) discursa que os militares tiveram pleno domínio sobre a política argentina por um longo período. Isso se deu por vários motivos e é chamado de

“pretorianismo” (es decir, la aceptación de la participación de los militares en política), escasa competencia entre partidos y rotación del poder entre civiles y militares fueron los elementos singulares de la vida política argentina entre 1930 y 1983. A la par, una línea comunicante de pretensiones hegemónicas de distintos signos, como la que notoriamente instaló el peronismo en 1946, atravesó estas diferentes etapas. En este universo, lo político no logró instalarse en su especificidad y, ante la debilidad de los partidos, las corporaciones fueron ocupando los espacios cedidos. (QUIROGA, 2005, p. 02, grifos nossos)<sup>34</sup>.

Os pré-construídos mobilizados nos enunciados causam efeitos de sentido que legitimam o poder. As questões de legitimidade/ilegitimidade são um dos fatores mais presentes nos discursos políticos, acontecem em forma de deslocamento, em que é preciso verificar as condições de produção desses discursos, pois as ‘*contra-ideologias*’, não são algo que ocorrem no exterior das ideologias dominadas, mas se constituem dentro da própria ideologia dominante e *contra* elas. (PÊCHEUX, 1990 [1982], p. 16).

Dessa forma, quando Susanita acusa o povo de ser conivente com o que o governo faz, ela silencia a opressão, dando vazão aos efeitos de sentido que tornam o povo conformista, sem um real comprometimento com as lutas sociais e com as suas posições políticas.

Contudo, nas democracias representativas se escolhem os representantes que, em nome do povo, tomam decisões pautadas na vontade geral, e a partir daí criam leis que devem ser respeitadas por todos. Nesse momento há a criação da Constituição, lei maior que todos devem respeitar e obedecer, com pena para aqueles que não agirem segundo suas prescrições. Segundo O'Donnell,

no funcionamento das complexas sociedades contemporâneas, **as instituições políticas democráticas são um nível decisivo de mediação e agregação** entre, de um lado, **fatores estruturais** e, de outro, não só pessoas mas também os **diversos agrupamentos nos quais a sociedade organiza seus múltiplos interesses e identidades**. Esse nível — institucional — intermediário tem impactos importantes sobre os padrões de organização das

<sup>34</sup> "pretorianismo" (ou seja, a aceitação do envolvimento dos militares na política), **pouca competência entre partidos e a rotação de poder entre civis e militares foram os elementos únicos da vida política argentina entre 1930 e 1983**. Tal qual, uma linha comunicativa de pretensões hegemônicas de diferentes significados, como a que instaurou o peronismo em 1946, que passou por essas diferentes etapas. **Neste universo, a política não conseguiu se estabelecer em sua especificidade e, dada a fraqueza dos partidos, as corporações foram ocupando os espaços cedidos**

**peçoas, fazendo de algumas delas vozes representativas no processo político, e excluindo outras.** (O'DONNELL, 1991, p. 29, grifos nossos).

No caso do enunciado de Susanita, ela permite que a voz do governo seja a representativa e que ao povo resta carimbar as decisões dos governos, com seu voto, para legitimar as suas decisões. Essa FD representativa das ideias do governo ecoa sentidos sobre democracia e autoritarismo, naquele período (1966 - 1973) na Argentina, e revela o silêncio da falta de participação popular na política, denunciando um governo ditatorial, com desigualdades e controvérsias internas.

Ciente das falhas existentes em um sistema que, amparado no discurso da igualdade e do reestabelecimento da ordem política, se manifesta de maneira autoritária, percebemos uma democracia que não pode fazer com que os cidadãos sejam felizes, bem sucedidos, que tenham inteligência e que tenham justiça para consigo. Porém, ainda que a luta por igualdade de direitos e de participação política, social e cultural estivesse caminhando, faz-se aqui uma ponte para que sejam aproveitadas as vantagens oportunizadas por ela.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES POSSÍVEIS

Ao iniciarmos este estudo, delineamos como objetivo verificar em que medida a interdição de sentidos interfere nos enunciados da *Mafalda* sobre o tema democracia e os resquícios de autoritarismo. Para responder à questão, foi preciso que estudássemos as condições de produção desses discursos e, apreendêssemos sentidos sobre a história da Argentina, seus muitos presidentes e sistemas governamentais, a submissão aos países estrangeiros, o uso da mão de obra em favor do desenvolvimento de empresas estrangeiras e a pouca valorização do que é nacional.

As hipóteses estabelecidas durante o processo de escrita foram aos poucos se materializando discursivamente nos enunciados analisados. Percebemos, paulatinamente, a denúncia do autoritarismo por detrás dos discursos ditos democráticos nas tiras da *Mafalda*. As formas de silenciamento da censura, promovidas nos discursos pautados numa pseudodemocracia, infringiram a liberdade social e intelectual dos cidadãos. No imaginário social, transparecem as ações ligadas às ideologias dominantes que recorrem a um passado ainda presente, relatado e retomado nas análises.

Ao estudarmos a América Latina, levantamos dados históricos, sociais, culturais e políticos, que nos possibilitaram conhecer como funcionaram os deslizamentos de sentidos sobre esses assuntos. Diante disso, constatamos que houve perdas para o povo latino-americano decorrentes do processo de colonização europeia; as duras ações contra os povos nativos, a usurpação de seus direitos humanos e o aprisionamento à cultura do colonizador, até a mascarada opressão, não tão mascarada assim, dos países estrangeiros que ludibriaram as massas com o discurso que preconizava a intervenção militar como forma de reestabelecer a democracia.

Ao empregarmos a teoria da AD, de filiação francesa, tendo em vista nosso *corpus*, analisamos a constituição dos sujeitos dos discursos na perspectiva sócio-histórica e ideológica e percebemos sujeitos intimamente assujeitados aos fatores acima mencionados.

Sobre nosso objetivo de analisar o dito e o não dito nos enunciados, percebemos que a censura, principalmente a midiática, foi estabelecida como uma forma de não permitir um contexto de instabilidade, já que aos governos importava o *como* os cidadãos se relacionavam com a forma de divisão do poder. Importava-lhes as questões de domínio e prevalectimento da ordem, ainda que para isso fosse ‘necessário’ usar da força e da intervenção militar.

Desses objetivos traçados, o mais estimulador foi o de analisar como se constituíram os deslizamentos de sentidos sobre os temas democracia e autoritarismo, no período de produção do *corpus* que analisamos neste trabalho. Nesse aspecto, caracterizamos os discursos em *Mafalda* como uma forma de denúncia aos vários fatores relacionados ao tema. Os efeitos de sentido apreendidos por nós não são os únicos possíveis de se perceber, mas procuramos elencá-los justificando-os pelas condições de produção dos mesmos, considerando a linguagem como não transparente, os fatores sócio-históricos como a base para a relação de sua constituição e o sujeito de direito materializador de discursos de um sujeito atravessado pelo ideológico, o que o permite enunciar e produzir distintos sentidos.

Para Soares (2006, p. 33), “o sentido é um efeito de sentido” e a presença de um enunciado não necessariamente se fixa em um discurso específico, mas permite leituras polissêmicas sobre o mesmo, sendo elas, explícitas ou não. Nas tiras analisadas, partindo das condições de produção dos discursos – os movimentos políticos ditatoriais e o forte domínio econômico dos países estrangeiros e de uma pequena parte elitizada de argentinos – reconhecemos nos enunciados sujeitos subjetivados a diferentes ideologias, interpelados por interdiscursos que transpassam as barreiras do tempo e se reconstroem em outros discursos, significando diferentemente para cada formação discursiva, possibilitando, na não transparência da linguagem, a verificação da polissemia.

Das questões abordadas e brevemente explicitadas, apontamos que as produções de Quino, que compreendem o recorte de nove anos (1964 - 1973), proporcionaram-nos, nas análises realizadas, o entendimento de que houve falhas nas ações democráticas realizadas na Argentina, ainda que o país se posicionasse como tal. Os regimes ditatoriais feriram grandemente a noção de democracia, impondo limites rígidos aos que lutavam por ela, mostrando, assim, mais que um momento ditatorial, mas um vício de autoritarismo herdado das gerações anteriores. Capelato (2011, p. 272) diz que “a única liberdade que o capitalismo procura preservar é a empresarial. [...] Foi o que se cansou de ver na América Latina, com a multiplicação de regimes autoritários, estreitamente associados ao empresariado capitalista”.

Um dos sentidos que se tornou possível averiguar no jogo discursivo, denunciando a prática, refere-se às evidências dos movimentos sociais e o aborto desses por forças militares e leis do governo, cúmplices de um sistema capitalista e burguês, o que tornava a luta pela democracia um ideal sem perspectiva de futuro. Nesses termos, os efeitos de sentido, dispensados ao autoritarismo, elevaram-no à imponente opositor da democracia. Isso se

mostrou em paráfrases e metáforas evidenciadas nos discursos sobre militares, tidos como os senhores do poder político.

As abordagens realizadas, principalmente nos enunciados de Mafalda, mostraram que houve, nos remetendo à Argentina, um forte desejo de retomada pela democracia. Porém, o contra discurso sempre aparece interligado, criando a ideia de que não é possível ter democracia, ou que ela é forjada, mentida. Enquanto alguns grupos se dispõem a lutar por ela outros a enfraquecem, por razões governamentais ou interesses particulares. Tal quadro se agrava sempre que os efeitos de deslocamento, provocados pela ocupação de um lugar pelo sujeito enunciador, promovem as revoltas, a não aceitação de determinado tratamento destinado à sociedade. Isso faz com que os ditos, não havendo um enunciador legítimo na transparência da linguagem, tornassem o discurso vago, sem implicações ou mudanças efetivas para o sujeito e para a própria sociedade.

Ocorre que, para a AD francesa, a língua é opaca e, nessa concepção, consideramos o discurso como multiplicador de sentidos, o que atravessa a superfície linguística e busca amparo na história e na psicanálise. (PÊCHEUX e FUCHS, 1993 [1990], p. 163-164). Assim, ao analisarmos em que medida a interdição de sentidos, promovida pela ditadura militar, provocou deslocamentos no processo discursivo retratados nas tiras de Quino, percebemos que os enunciados, pela voz de crianças, conseguem burlar a censura existente e produzir sentidos políticos que materializam o imaginário social, tanto da burguesia e dos governos, pela opressão, quanto da classe operária, em posição de resistência, assim como que denunciando aquele momento histórico (golpe e ditadura militar), repudiando determinadas concepções e reverenciando outras.

Vale lembrar que, ainda que tentemos analisar as tiras pelo viés dos sentidos sobre democracia, é imprescindível retomar Orlandi (2012b [1987], p. 15) que explica sobre a questão do sentido, e o categoriza como aberto, já que sofre deslizamentos entre uma FD e outra. Em *Mafalda*, verificamos esses deslizamentos nos discursos políticos que assumem a autoria de um já dito, prescrito por paráfrase, que retomam as memórias discursivas, ainda que os sujeitos do discurso acreditem serem os autores dos dizeres, e a democracia se filie em múltiplas categorias, que advogam em seu favor, ou não.

Nesses limites, entre o dito e o não dito, os discursos tomam um papel assimétrico em alguns aspectos das classes dominantes, deixando de considerar a heterogeneidade interna das relações ideológicas. (PÊCHEUX, 1990 [1982], p. 16). Então, se pensarmos o ato democrático e imaginarmos que é em função dele que todos têm os mesmos direitos, cabemas



seguintes perguntas: A quem confere a responsabilidade de fazer com que isso ocorra? Como falar sobre o assunto, abordar determinadas necessidades e direitos se, povo e governo, estão voltados para distintos interesses?

Insistimos em dizer que, mesmo que se possa verificar a leitura de múltiplos sentidos, é possível compreender o cunho político produzindo sentidos nas FDs. Seja por Mafalda, que se mostra politizada em função da sua proximidade e interesse pelas questões do mundo, por sua interpelação ideológica sobre as revoluções e fatos históricos que ouve e lê na mídia (rádio e jornal). Seja por Libertad que, interpelada pelos discursos de seus pais, defende o socialismo e questiona sobre a falta de liberdades e de direitos, denunciando sua pequenez, acusando o olhar de outros sobre si, de maneira a diminuí-la ainda mais, procurando resistir à ideia de que todos têm dela ‘assim que a conhecem’, dizendo ser importante e imponente.

Há Manolito, que almeja enriquecer e acredita que há sempre uma forma de se sobressair no mundo dos negócios, o que lhe dará respeito e poder. Sabe ele que, naquela época, como nos dias atuais, o dinheiro é um dos maiores mantenedores do poder. Com ele os homens se fortalecem na política e passam a ter o domínio de diferentes setores da sociedade.

A insistência de Susanita em ser diferente do que é, renegando sua origem de sujeito de direito e assumindo um discurso elitizado, demonstra que ela almeja, em sua subjetividade ideológica, ser feliz e realizada seguindo as normas ditadas pela burguesia. Isso nos remete ao seu desejo de pertencer à elite, o que a faz ignorar completamente sua responsabilidade social em relação às questões humanitárias de que Mafalda tanto fala e se preocupa.

As características desses personagens se dissipam no ar despreocupado de Felipe. Sonhos e ilusões que se deterioram na obrigatoriedade de cumprir seu papel social, político e de direito. O direito de estudar, que o perturba, por exemplo.

Dentre os direitos e deveres dos civis, submerge a condição essencial dos pais de Mafalda que parecem ser limitados. O ‘pai’ é um cidadão sem nome, apenas mais um na sociedade, com muitas responsabilidades e uma relação escrava com o trabalho. A escassa relação com a família e sua paixão por flores, parece aliviar as tensões do cotidiano e servem de fuga aos questionamentos reflexivos da filha. A mãe, Raquel, demonstra alienação política e representa o papel social da mulher da época, enquanto mãe e dona de casa.

As veias sangrentas da América Latina aparecem emergentes no personagem Guille que, apesar de ser praticamente um bebê, convive com Mafalda e se espelha nela para suas análises críticas, representando um ativista politizado sob as interferências ideológicas feitas

pelos discursos enunciados por sua irmã. Poder-se-ia entendê-lo como uma metáfora para as novas gerações e seus interesses democráticos e libertadores.

Ao nos encontrarmos com essas FDs, a de impotência (não há como mudar o que já sou) e a de opressão (não há como mudar o que dizem que somos), confirmamos as duas interpelações: a que se refere Althusser (1996 [1994]), pelo ideológico, e Lacan (*apud* PÊCHEUX, 2009 [1988]), pelo inconsciente. Encontramos sujeitos fora de si, em que a subjetividade flerta com o real da história, base da construção do sujeito social que mascara, por meio do E<sub>1</sub>, o assujeitamento da ordem do inconsciente e da ideologia.

Dessa forma,

as formações discursivas podem ser vistas como regionalizações do interdiscurso, configurações específicas dos discursos em suas relações. **O interdiscurso disponibiliza dizeres [...], pelo já dito**, aquilo que constitui uma formação discursiva em relação à outra. (ORLANDI, 2013 [1999], p. 43 – 44, grifos nossos).

No *corpus* analisado, a forma-sujeito do discurso evidencia a articulação de dizeres, de interdiscursos que se articulam e se afastam, o que nos dá o entendimento de que o sujeito-de-direito está, a todo o tempo, interpelado pelo sujeito ideológico, como teorizado por Althusser (1996, p 132-135) e representado em *Mafalda*. Os sujeitos assumem para si o dito, dentro do limite do que podem e devem dizer do lugar de onde estão.

Sobre a democracia e o autoritarismo, a herança do período de ditaduras latino-americanas se mostra ainda hoje, quando os países do sul sofrem com diversos escândalos acerca de variados tipos de corrupções, como o superfaturamento de obras ou desvios de dinheiro público com remessas ao exterior, que envolvem políticos de partidos políticos diversos. Mesmo assim, a maioria esmagadora da população comparece às urnas a cada eleição e exerce o maior de seus direitos democráticos: o direito ao voto, por meio do qual, elegem seus representantes. Vale lembrar que o direito ao voto exige que o cidadão participe das eleições, caracterizando também uma forma velada de autoritarismo. Afinal, não é permitido ao sujeito-de-direito ir contra as regras governamentais.

Podemos, então, considerar que a luta pelos direitos em uma democracia não é um acontecimento pontual, mas uma retrospectiva e prospectiva de ações e movimentos que buscam um espaço ininterrupto. O estudo do PNUD (2004) lista duas conclusões acerca dos desafios da democracia na América Latina para a atualidade. A primeira delas é “encontrar soluções políticas para seus problemas políticos” e a segunda, é “encontrar soluções para a

desigualdade, para a pobreza e para a atual impossibilidade de acesso de grande parte da população aos níveis de bem-estar necessários para o pleno exercício dos direitos”. (PNUD, 2004, p. 179).

A necessidade de buscar soluções na atualidade pode ser reflexo da cristalização de sentidos, construída pelo tempo, de como deveria ser uma democracia. Por esse modelo político ter como base a igualdade é que deixa à margem tantas questões de cunho político e social, ainda irrealizáveis, que se firmam na vontade de uma democracia efetiva. Mas como isso é possível se se cristalizou a ideia de que ‘sempre há um detentor do poder’, se há sistemas antidemocráticos à espreita, e esses se fazem detentores do poder, poder este que se materializa nos discursos aqui elencados, retomando já-ditos e produzindo novos sentidos?

Causa-nos certa intriga, nos discursos em *Mafalda*, a ideia de que em uma democracia ‘o povo que é soberano’. Parece um eterno esperar. De lá (1964-1973) pra cá (2015), vimos movimentos que aconteceram em vários países da América Latina, efetivando grandes conquistas. À mercê dos sistemas políticos, surgem vozes que produzem ecos, recuperando discursos de *Outros*, de outros lugares, que insistem em atravessar o ideológico dos sujeitos e os fazerem crer que ‘não são todos do povo, tão cidadãos como qualquer um’ e que ser da classe média, ou das massas, pode ser um insulto, ainda mais quando nem todos sabem qual ‘setor representam’ em uma democracia.

E, ainda que esse fator pareça não ser preponderante, ou não ser levado a sério, é ele que estabelece as relações de classes, que faz com que os sentidos sobre política sejam entendidos como tendo ‘um presidente bondoso e em consequência um país rico’, criando uma ilusão ideológica da cristalização do domínio do discurso burguês/elitizado.

Vemos constantemente nascerem novas ideologias, novos grupos, novas reivindicações. Um movimento incessante por direitos, por conquistas, por transparência política e resgate da dignidade humana. Como destacado anteriormente nos enunciados da *Mafalda*, em quem grupo quer que as ideias sejam registradas, legitimadas, possibilitando direitos iguais para todos. Nesse contexto parece que no pano de fundo, em que se espera pela democracia, como quem espera pela esperança, nem tudo é culpa do governo. Mas, parece para quem? É preciso separar as responsabilidades, mas assumir que há uma ideologia plantada na raiz da colonização. Há uma liberdade forjada e mascarada por discursos de liberdade que se naturalizaram como a melhor maneira de se ter liberdade e direitos.

Não menos importante é ter a coragem de entender que se esvaem alguns ideais democráticos, mas que é preciso criar novos, recriá-los, ter expectativas e esperar que um dia,

não se sofrerá mais a opressão física e ideológica tão disseminada pelos militares e governantes na época das ditaduras, silenciadas pelo tempo numa complexa materialização do poder já tão cristalizado na sociedade. É preciso relutar quando o sistema tentar prejudicar uma ideologia que defenda as massas. É preciso que outra alternativa democrática nasça e se estabeleça. É desse modo que as reações devem permanecer, para manter viva a ideia de democracia e evitar que o povo seja visto como acostumado a ‘carimbar coisas que não deveria’, como se a culpa das atitudes dos governantes, ditadoras ou não, fosse culpa do povo.

Verificamos, contudo, a insistência do “poder pelo poder”. Quebra de direitos constituem efeitos de sentido que ocupam e culpam o povo produzindo falácias como: “É, ainda, o povo que erra; Vota, mas não sabe votar; Escolhe, mas não sabe escolher.” Materializa-se o sentido de que o povo quando tem “a faca e o queijo na mão” não sabe aproveitar as oportunidades, mas a elite sabe. Vem um governo burguês e “oprimo o povo” e o povo resiste. Resiste na ideologia cristalizada que um dia vencerá, não pela força física, não pela guerra armada, mas pela insistência ideológica de conquistas já efetivadas, simbolicamente, que prometem que outras sejam idealizadas.

Quino, ao trazer a discussão sobre democracia, nas tiras da *Mafalda*, assume uma FD pautada na humanização e contra o governo ditatorial. Os sujeitos denunciam um sistema opressor, que infringe os direitos sociais e torna o povo prisioneiro da economia e das alianças políticas, sempre apoiadas pelos militares. Então, se o poder se faz opressor e a democracia é a forma mais eficaz de resistência e amenizadora dessa opressão, como vimos nos enunciados deste estudo, existe um caminho para se efetivar a democracia desejada pelo povo, em favor do povo, e o caminho nada mais é que manter acesa a chama das primeiras lutas sociais.

Esperamos que a materialização dos sentidos sobre democracia e os resquícios de autoritarismo expostos aqui, mostrando sujeitos interpelados por diferentes forças ideológicas, recuperando distintos já-ditos, produzindo outros sentidos e difundindo uma perspectiva de democracia para o futuro, possam contribuir para que quando o tema democracia seja trazido à tona, pela mídia em geral ou em grupos de discussão, ele não seja pensado apenas como uma forma ilusória de que o povo tem acesso ao voto, mas que se efetive sua participação nas decisões políticas, de forma justa e igualitária, a qual almeja a tão sonhada democracia.

Retomando a epígrafe utilizada no capítulo anterior, consideramos a obra produzida por Quino como exemplo desses *nódulos de resistência* a que se refere Orwell. Nos discursos preconizados nas vozes das personagens, vemos àquilo que esse autor considera como o legado que deve ser passado de uma geração a outra: os sentidos possíveis dos discursos

servindo como inspiração e força motora à contestação, mediante um contexto opressor e indiferente às aspirações coletivas dos sujeitos sociais.

## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. Aparelhos ideológicos do estado: notas sobre os aparelhos ideológicos de estado. In: ZIZEK, Slavoj (Org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996 [1994].

\_\_\_\_\_. **Ideologia e aparelhos ideológicos de estado**: notas sobre os aparelhos ideológicos de estado. Trad. Joaquim José de Moura Ramos. São Paulo: Martins Fontes, 1970.

ALVES, G. B. Para entender e discutir as democracias na América Latina. In: COLOGNESE, Sílvio Antonio (Org.). **Novas Fronteiras Para o Saber Sociológico**. 1ed. Porto Alegre: Evangraf, 2013, v. 1, p. 161-186.

BOBBIO, N. **A teoria das formas de governo**. Tradução: Sérgio Bath. Brasília: Editora UnB, 1980.

\_\_\_\_\_. **Liberalismo e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

BOURDIE, P. **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.

CAMPOS GONÇALVES, S. Cultura e Sociedade de Consumo: um olhar em retrospecto. **InRevista**. n. 5, p. 1-58. Disponível em: <[https://www.academia.edu/461849/Cultura\\_e\\_Sociedade\\_de\\_Consumo\\_um\\_olhar\\_em\\_retrospecto](https://www.academia.edu/461849/Cultura_e_Sociedade_de_Consumo_um_olhar_em_retrospecto)> Acesso em: jan. 2015.

CAVENAGHI, A. R.A. Mafalda: humor, ironia e intertextualidade. III ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DA IMAGEM. Londrina, PR, 2011.

COMPARATO, F. K. Capitalismo: civilização e poder. **Estud. av.**, São Paulo, n. 72, p. 251-276, Aug. 2011 Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142011000200020&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142011000200020&lng=en&nrm=iso)> Acesso em: 21 jun. 2015.

CORACINI, M. J. **A celebração do outro**: arquivo, memória e identidade. Campinas, SP: Mercado de letras, 2007 [2004].

DALL, R. A. **Sobre a democracia**. Brasília: Editora da UnB, 2001.

EIDELMAN, A. Construcción de la identidad policial y representación de la violencia política en la revista PFA- Mundo Policial durante los años 70. In: **Historia y problemas del siglo XX**, Montevidéo, año 3, v. 3, p. 53-76, 2012.

FRANCO, M. Rompecabezas para armar: la seguridad interior como política de Estado en la historia argentina reciente (1958-1976). In: **Historia y problemas del siglo XX**, Montevidéo, año 3, v. 3, p. 77-96, 2012.

FINLEY, M. **Democracia antiga e moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1988 [1973].

FIUZA, A. F.; BOHOSLAVSKY, E. O exílio dos músicos no Cone Sul: o Tango Rojo de Piru Gabetta. **Diálogos** (Maringá. Online), v. 16, supl. Espec., p. 15-36, dez./2012.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 2008 [1969].

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. 5 ed. São Paulo: Loyola, 1996 [1971].

GALEANO, E. H. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2011.

GÓMEZ-ESCALONILLA, L. D. Proyectos americanistas españoles en la primera mitad del siglo XX. In: BEIRED, José Luis Bendicho; CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia Coelho (Orgs.). **Intercâmbios políticos e mediações culturais nas Américas** / Assis: FCL-Assis-UNESP Publicações; São Paulo: Laboratório de Estudos de História das Américas – FFLCH – USP, 2010, p. 39-68.

QUINO, J. S. L. **Toda Mafalda**. 26 ed. Buenos Aires: Ediciones de la Flor. S.R.L., 2012.

QUINO. 50 anos de Mafalda. Entrevista concedida ao Estadão. São Paulo, 24 de março de 2014. Disponível em: <<http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,nos-50-anos-de-mafalda-quino-diz-que-a-garotinha-e-so-mais-um-desenho,1141750>> Acesso em: 10 jan. 2015.

QUIROGA, H. La Reconstrucción de la democracia argentina. en: SURIANO, Juan (dir.), *Dictadura y democracia, (1976-2001)*, Nueva Historia Argentina, Sudamericana, 2005; p.87-154.

LEANDRO FERREIRA, M. C. A resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso: da ambigüidade ao equívoco. Campinas: UNICAMP, 1994, 238. **Tese de doutorado em Ciências**. Programa de Pós-graduação em Ciências. Universidade de Campinas, 1994.

MAGALHÃES, B. O sujeito do discurso: um diálogo possível e necessário. In: **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 3, n. Especial, p. 73-90, 2003.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R. e BEZERRA, M. A. (Orgs.). **Gêneros textuais & Ensino**. Rio de Janeiro: Lucena, 2002, p. 19-36.

MARIANI, B. Subjetividade e imaginário linguístico. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 3, n. Especial, p. 55-72, 2003.

\_\_\_\_\_. Sentidos de subjetividade: imprensa e psicanálise. **Polifonia**. Cuiabá, v. 12, n. 1, p. 21- 45, 2006.

MIGUEZ, M. C. Illia y Santo Domingo: de las columnas de Primera Plana al golpe de Estado. **Ciclos hist. econ. soc.** vol. 20, n. 40, n/p. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/scieloOrg/php/reference.php?pid=S1851-37352012000200002&caller=www.scielo.org.ar&lang=es>. Acesso em: 20 dec. 2014.

NICOLAU, M. As tiras de jornal como gênero jornalístico. n/p, 2007. **Rev. eletrônica temática**. Disponível em: <http://www.insite.pro.br/2007/05.pdf>> Acesso em: 21 mai.

2015.O'DONNELL, G. Democracia delegativa?São Paulo, p. 25-40, In:**Novos Estudos: CEBRAP**, n. 31, out. 1991.

ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas: Pontes, 2003.

\_\_\_\_\_. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 5 ed. Campinas: Unicamp, 2002 [1992].

\_\_\_\_\_. Maio de 1968: os silêncios da memória.In: ARCHARD, Pierre et al. (Orgs.). **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 2010 [1998]. p. 59-67.

\_\_\_\_\_. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 11 ed. Campinas: Pontes, 2013.

\_\_\_\_\_. **Discurso e leitura**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2012a.

\_\_\_\_\_. **Discurso e texto: formulação e circulação de sentidos**. 4 ed., Campinas: Pontes, 2012b [1987].

\_\_\_\_\_.**Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia**. 2 ed. Campinas: Pontes, 2012c. [1996].

\_\_\_\_\_. **Eni Orlandi fala sobre análise do discurso e linguagem em entrevista**. Entrevista concedida Tatiana Favaro - a Globo Universidade. São Paulo, 28/02/2013. Disponível em: <<http://redeglobo.globo.com/globouniversidade/notícia/2012> d.> Acesso em: 25 abr. 2014.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Unicamp, 2009 [1988].

\_\_\_\_\_. **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 2010 [1999 (1983)].

\_\_\_\_\_. Delimitações, inversões e deslocamentos. **Caderno de Estudos Lingüísticos 19 – O discurso e suas análises**. Campinas: Unicamp, p. 7-24, 1990 [1982].

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 2 ed. Campinas: Unicamp, 1993 [1990].

\_\_\_\_\_. Metáfora e interdiscurso. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de Discurso: Michel Pechêux**. Tradução: Eni Pulcinelli Orlandi. 3 ed. Campinas: Unicamp, 2012 [1984], p.521-161.

\_\_\_\_\_. Análise sintática e paráfrase discursiva. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de discurso: Michel Pêcheux**. Tradução: Eni Pulcinelli Orlandi. 3 ed. Campinas: Unicamp, 2012, [1982] p. 163-173.

PINTO, M. J. **Comunicação e discurso: introdução à análise de discursos**. 2 ed. SP: Hacker editores, 2002.



PNUD. **A democracia na América Latina rumo a uma democracia de cidadãos e cidadãos.** PNUN – Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento. Tradução: Mônica Hirst. SP: LM&X, 2004.

ROMERO, J. L. **Breve historia de la Argentina.** 1 ed. Buenos Aires: Tierra libre, 1997.

ROSENFELD, D. L. **O que é democracia.** 5 ed. Coleção primeiros passos; n. 219. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SEOANE, M. La historia oculta de aquellanoche de losbastones largos. In: **Informe especial a 40 añosdel quiebre de lainvestigacion científica enla argentina.** V.1. p. 1 Disponível em: <http://edant.clarin.com/diario/2006/07/29/elpais/p-01415.htm>. Acesso em: 27 jun. 2015.

SILVA, L. L.; AMORIM, W. L. Política, democracia e o conceito de “representação política” em Weber. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada.** Blumenau, v.2, n. 4, p. 01-16, 2008. Disponível em: <http://rica.unibes.com.br/index.php/rica/article/viewFile/244/235>. Acesso em: dez. 2014.

SOARES, A. S. F. A Homossexualidade e a AIDS no imaginário de revistas semanais (1985-1990). Rio de Janeiro: UFF, 2006. 235. **Tese de Doutorado** – Pós-graduação em Letras da Universidade Federal Fluminense, Niterói: 2006.

SOR, F. El “proceso de organización de la personalidad”: una pedagogía de la contrarrevolución en Argentina, 1976-1983. In: **Historia y problemas del siglo XX,** Montevidéo, año 3, v. 3, p. 40-66, 2012.

VILLWOCK, A. F. Entre charges e escritas: as experiências educativas de ClaudiusCeccon. Cascavel, PR: UNIOESTE, 2013. 173p. **Dissertação de Mestrado em Educação.** Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Centro de Educação, Comunicação e Artes. Cascavel, 2013.